



Universidade Federal
de São João del-Rei

Programa de Pós-Graduação em História
CLÁUDIA MARIA DOS SANTOS FALCO

**Moderação na província de Minas Gerais: a Sociedade
Defensora da Independência e Liberdade Nacional da
vila de São João del-Rei (1831-1835)**

São João del-Rei
2021



Universidade Federal
de São João del-Rei

Programa de Pós-Graduação em História

Moderação na província de Minas Gerais: a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da vila de São João del-Rei (1831-1835)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São João Del Rei como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Poder e Relações Sociais

Orientação: Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade

Coorientadora: Prof. Dra. Edna Maria Resende

São João del-Rei
2021

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F181m Falco, Cláudia Maria dos Santos .
Moderação na província de Minas Gerais: a Sociedade
Defensora da Independência e Liberdade Nacional da
vila de São João del-Rei (1831-1835) / Cláudia Maria
dos Santos Falco ; orientador Marcos Ferreira de
Andrade; coorientadora Edna Maria Resende. -- São
João del-Rei, 2021.
117 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
História) -- Universidade Federal de São João del
Rei, 2021.

1. Sociedades políticas. 2. Moderação . 3. Elites
Mineiras. 4. Regências. 5. História do Brasil Império
. I. Andrade, Marcos Ferreira de, orient. II.
Resende, Edna Maria , co-orient. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

OUTROS Nº 1702 / 2021 - PGHIS (13.19)

Nº do Protocolo: 23122.029424/2021-16

São João del-Rei-MG, 19 de agosto de 2021.

Este exemplar da dissertação intitulada "MODERAÇÃO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS: A SOCIEDADE DEFENSORA DA INDEPENDÊNCIA E LIBERDADE NACIONAL DA VILA DE SÃO JOÃO DEL-REI (1831-1835)", da mestrandia Cláudia Maria dos Santos Falco, corresponde à redação final aprovada pela Banca Examinadora em 19 de agosto de 2021, composta pelos professores doutores Marcos Ferreira de Andrade, UFSJ - orientador, Edna Maria Resende - Prefeitura de Barbacena-MG, membro externo, e Wlamir José da Silva, UFSJ, membro interno.

(Assinado digitalmente em 20/08/2021 10:57)

MARCOS FERREIRA DE ANDRADE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DECIS (12.13)
Matrícula: 1219096

(Assinado digitalmente em 20/08/2021 11:07)

WLAMIR JOSE DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DECIS (12.13)
Matrícula: 435090

(Assinado digitalmente em 20/08/2021 09:44)

EDNA MARIA RESENDE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 856.064.136-04

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 1702, ano:
2021, tipo: OUTROS, data de emissão: 19/08/2021 e o código de verificação: 6b250eb15c

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que permitiu dois anos de formação diferenciada.

Agradeço ao meu orientador, Professor Marcos Ferreira de Andrade pela paciência e perseverança, pois não foi uma tarefa fácil a conclusão deste trabalho. Pelas inúmeras vezes em que leu e retornou o material enviado.

Agradeço ao Professor Euclides Couto pelo empenho e ajuda.

Agradeço ao Professor Wlamir Silva por sua generosidade e contribuições para meu trabalho.

Agradeço imensamente à Professora Edna Maria Resende pelo apoio incondicional.

Agradeço à minha amiga Soraya Mamede pelo apoio e pela ajuda na gramática.

Agradeço à minha família pela paciência nos momentos em que quase surtei.

E por fim, agradeço a todos que lerem esse trabalho no futuro.

RESUMO

O objetivo desta dissertação consiste em analisar a atuação da Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da vila de São João del-Rei que, como outras sucursais criadas a partir da matriz criada na cidade do Rio de Janeiro, teve o intuito de ser sustentáculo da elite liberal moderada no período de 1831-1835. A pesquisa foi desenvolvida a partir de fontes diversas (atas, periódicos e correspondências) e em diálogo com a historiografia sobre as suas congêneres no Rio de Janeiro e em São Paulo, para verificar em medida a Defensora de São João del-Rei se distinguiu e se assemelhou com as demais, com ênfase comparativa para a da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Sociedades políticas, Moderação, Elites, Regências, São João del-Rei-MG.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the performance of the Society for the Defense of Independence and National Freedom of the village of São João del-Rei which, like Other branches created from the headquarters created in the city of Rio de Janeiro, had the intention of being the mainstay of the moderate liberal elite in the period 1831-1835. The research was developed from diferente sources (minutes, periodicals and correspondence) and in dialogue with the historiography of its counterparts in Rio de Janeiro and São Paulo, to verify the extent to which the Defender of São João del-Rei distinguished itself and it resembled the others, with a comparative emphasis on the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Political Societies, Moderation, Elites, Regency, São João del-Rei-MG.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1: A vila de São João del-Rei e a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.	
1.1 - O termo da vila de São João del-Rei no século XIX	27
1.2 - Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	30
Capítulo 2: Sócios da Defensora: trajetória de alguns membros.	49
2.1 Prosopografia, micro história e elites.	51
2.2 Trajetórias Individuais	53
2.3 Sociabilidades, espaços e redes	69
Capítulo 3: A Sociedade Defensora de São João del-Rei: notas sobre a sua atuação política provincial e imperial.....	79
Conclusão	103
Anexo.....	105
Fontes	113
Bibliografia	114

INTRODUÇÃO

No dia 04 de outubro de 1831 reuniram-se na Casa da Câmara Municipal da vila de São João del-Rei, cerca de sessenta e um cidadãos voluntariamente para formarem uma Sociedade de nome Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional. Houve um discurso proferido pelo Sr. Francisco Antônio da Costa assim como a leitura dos Estatutos que deveriam reger a Sociedade, que foram aceitos unanimemente pelos presentes. A Defensora de São João del-Rei foi uma das inúmeras sociedades criadas nos anos iniciais do período das Regências, conforme apontam os estudos mais importantes sobre o tema, como os de Augustin Wernet, Lúcia Guimarães e Marcilaine Inácio.¹

A escolha do período 1831-1835 como marco cronológico fundamenta-se na atuação da Sociedade Defensora dentro deste espaço temporal, que foi marcante no Período Regencial. Segundo Edna Maria Resende, o período das Regências frequentemente foi compreendido apenas como um intervalo entre o Primeiro e o Segundo Reinado², e de acordo com Marco Morel “durante muito tempo não mereceu muita atenção por parte dos historiadores, talvez justamente pela complexidade e variedade de sinais que nos transmite, sendo tachado como caótico, desordenado, anárquico, turbulento e outros adjetivos conexos”³.

Dentro desse contexto temporal e espacial, esta pesquisa tem por objetivo estudar a Sociedade Defensora de São João del-Rei, a partir da análise do periódico *Astro de Minas*, dentre outras fontes explicitadas mais adiante, e dialogando com a historiografia sobre as suas congêneres no Rio de Janeiro e em São Paulo, para verificar em que sua atuação possa

¹ WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832*, São Paulo: Cultrix, 1978.; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1990.; ¹ INÁCIO, Marcilaine Soares. *Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas 1831/1840*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

² RESENDE, Edna Maria. *Ecossistema do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p.19

³ MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.7

ter se distinguido ou se assemelhado a elas, enfatizando principalmente a Defensora da Corte do Rio de Janeiro.

A Defensora e suas filiais foram criadas logo após a Abdicação de D. Pedro I, ocorrida em sete de abril de 1831, com a intenção de manter a ordem e de ser sustentáculo da Regência no seio do espaço público e cumpriu importante papel na realização das reformas debatidas e implementadas no período, não só por conta da pressão que exercia sobre a Assembleia, mas também pela expressiva presença de seus sócios entre os parlamentares, sendo o instrumento mais eficaz da composição moderada.

Segundo Augustin Wernet “a Defensora governou o Brasil de forma verdadeira pelo espaço de quatro anos e sua ação era mais poderosa que a do governo se estendendo por todos os ângulos do Império, por conta de sua influência”.⁴ Esta afirmação do autor se configura como um exagero, pois a defensora foi uma associação política que congregou diversos matizes dos liberais moderados e restauradores, agrupamentos políticos que travarão muitas disputas ao longo dos primeiros anos da Regência. Embora seja muito importante dialogar com o estudo e os resultados encontrados por Augustin Wernet, creio que a interpretação mais adequada para o estudo da Sociedade Defensora de São João del-Rei seja o trabalho de Lúcia Guimarães, ao afirmar que esse tipo de associação política “ não constituía um espaço de decisão e poder, mas muito mais de sociabilidade e visibilidade política”⁵, espaços políticos por excelência eram o parlamento, o senado, os ministérios e o poder moderador.

No discurso dos dirigentes da época, em busca de legitimação do exercício do poder, o período regencial é apresentado como um labirinto, discurso esse que foi perpetuado pela historiografia, “sem levar em conta os paradoxos, a riqueza das possibilidades e as dissonâncias do processo em curso no período”.⁶ Como apontam pesquisas mais recentes,

⁴ WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832*. São Paulo: Cultrix, 1978. P.9 (obra citada)

⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1990 (obra citada)

⁶ RESENDE, Edna Maria. Op. Cit. 2008, p.19

este foi o momento de debates e disputas políticas, crucial para a construção da nação brasileira e consolidação do Estado nacional. Segundo Marco Morel,

O período regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil. Nele foram colocados em discussão (ou pelo menos trazidos à tona): monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberalismos em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, diferentes fórmulas de organização do Estado (centralização, descentralização, posições intermediárias), conflitos étnicos multifacetados, expressões de identidades regionais antagônicas, formas de associação até então inexistentes, vigorosas retóricas impressas ou faladas, táticas de lutas as mais ousadas ... A lista seria interminável.⁷

O Período Regencial, foi um momento histórico complexo, marcado por grandes disputas políticas, das definições de posicionamento no interior do grupo dos liberais, que se dividiam entre moderados e radicais. Segundo Marcello Basile, naquele momento

a arena política encontrava-se acirradamente dividida em três facções, que disputavam o poder e os cargos públicos, dotadas de princípios e propostas bastante distintos: na posição de centro, os liberais moderados, que controlavam o novo governo e tinham maioria na Câmara dos Deputados; à esquerda, os liberais exaltados, que promoveram, ao lado dos primeiros, o movimento da Abdicação, mas foram logo alijados e perseguidos, gozando de fraca representação parlamentar; e, à direita, os caramurus, simpatizantes do ex-imperador, que tinham forte apoio no Senado. Os moderados seguiam os postulados clássicos do liberalismo, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Constant suas principais referências; pretendiam, e conseguiram, efetuar reformas político-institucionais que reduziam os poderes do imperador, conferiam maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, e garantiam a observância de direitos previstos na Constituição, almejando uma liberdade moderna, que não ameaçasse a ordem imperial. Já os exaltados, adeptos de um liberalismo radical de feições jacobinistas, inspirado sobretudo em Rousseau, buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos, pleiteando profundas reformas políticas e sociais, como uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos sociais livres, o fim gradual da escravidão, uma relativa igualdade social e até um tipo de reforma agrária. Por sua vez, os caramurus filiavam-se à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke; críticos ferozes da Abdicação e avessos a qualquer reforma na Constituição, vistas como quebra arbitrária do pacto social, almejavam uma monarquia constitucional fortemente centralizada, ao

⁷ MOREL, Marco. Op. Cit. 2003., p.9

estilo do Primeiro Reinado e, excepcionalmente, nutriam anseios restauradores.⁸

O aparecimento de uma Sociedade Defensora na vila de São João del-Rei, no período regencial, pode ser explicado pelo dinamismo econômico da região da Comarca do Rio das Mortes, que se refletia na existência de núcleos urbanos importantes, como São João del-Rei, Barbacena e Campanha⁹. No caso de São João del-Rei, a riqueza gerada pelo comércio possibilitou uma maior inserção socioeconômica da população, uma ascensão e destaque de políticos locais, impulsionou a urbanização e o florescimento de espaços públicos de sociabilidade, como a criação de uma Biblioteca Pública, teatro, a circulação de periódicos¹⁰.

No início do século XIX a comarca do Rio das Mortes já se configurava como a mais extensa em área habitada e a mais populosa da então capitania de Minas Gerais, tendo como sede a vila de São João del-Rei que era um polo comercial importantíssimo, centralizando o fluxo de mercadorias de diversas regiões, juntamente com Barbacena. “Sede da Comarca do Rio das Mortes, e com situação geográfica privilegiada, São João Del Rei era servida por diferentes canais de escoamento”.¹¹ Contudo, São João del-Rei não se destaca apenas pela intensa atividade agrícola – mercantil, organizada para abastecimento da Capital. Deve-se, de acordo com Alcir Lenharo,

...entender a descida de políticos mineiros para a Corte, onde desempenharam significativo papel na primeira etapa do período regencial. Enquanto estreitavam os laços mercantis de interdependência entre a Capital e as regiões produtoras do Centro-Sul, correspondentemente ganhavam maior destaque os políticos do

⁸ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Revolta e cidadania na Corte Regencial*. In: Dossiê: Cidadania e Pobreza. Revista Tempo v.11, n.22, Editora UFF, 2007. p. 32. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000100003> (último acesso em janeiro de 2020).

⁹ Ver trabalhos GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume: 2002; RESENDE, Edna Maria. Op. Cit, 2008.; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

¹⁰ RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedades e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João del-Rei, 1840-1860*. São Paulo: Annablume, 2008; SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

¹¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 90.

interior, muitos dos quais envolvidos nas tarefas de comercialização dos produtos originários de suas próprias propriedades.¹²

Lenharo analisa a questão do abastecimento de Minas com um enfoque político em que a formação de um novo setor social advindo da distribuição dos gêneros alimentícios para o mercado interno, articulou-se politicamente gerando uma importante projeção na Corte. O estudo mais recente e detalhado do ponto de vista econômico e que traz uma contribuição historiográfica importante é o de Afonso de Alencastro Graça Filho demonstrando um quadro de prosperidade e dinamismo na primeira metade do oitocentos. Em seu trabalho são analisadas as intrincadas redes de relações comerciais entre a elite mercantil de São João del-Rei com a praça do Rio de Janeiro.¹³ Devido à importância da região, é relevante que se estude a sociedade política que atuou em São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, e sua relação com a Corte no Período Regencial. E especificamente para o Sul de Minas cabe destacar a investigação por Marcos Andrade.¹⁴

Para o estudo das sociedades políticas regenciais, são pioneiros os trabalhos de Augustin Wernet e de Lúcia Guimarães¹⁵. O primeiro compreende as sociedades políticas do período regencial como grupos de pressão, comparando-as com os partidos políticos modernos, com os quais apresentam maior similitude, do que as facções políticas que naquela ocasião eram denominadas de partidos.¹⁶ Já Lúcia Guimarães recuperou a trajetória da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro através de suas práticas políticas e dos postulados ideológicos que foram veiculados pela referida agremiação¹⁷. A Defensora foi idealizada para atuar como um foro privilegiado onde seriam debatidas as diretrizes que deveriam orientar o governo instalado após a abdicação e para auxiliar as novas autoridades constituídas na manutenção da segurança pública, essa associação civil representou uma

¹² LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. Op. Cit., 1979.* p.90

¹³ A historiografia que aponta essa discussão foi pioneiramente discutida por Kenneth Maxwell e o primeiro trabalho específico da comarca foi o de GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume: 2002.

¹⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. Cit., 2008.*

¹⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1990.

¹⁶ WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832*. São Paulo: Cultrix, 1978;

¹⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit., 1990.*

tentativa organizada de um grupo de personalidades oriundas das camadas dominantes da sociedade imperial com o propósito de evitar que o movimento político de 7 de abril se transformasse numa revolução social que iria certamente comprometer a integridade do Império. Há também o estudo sobre a Sociedade Federal Fluminense, de Marcelo Basile e de Werneck da Silva sobre uma entidade de natureza não-política, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional¹⁸.

É importante ressaltar o trabalho de Marcilaine Inácio, pois em seu trabalho investigou a relação entre política e educação em Minas Gerais tendo como objeto de estudo as sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial. A autora pesquisou praticamente a atuação de todas as associações políticas de Minas, portanto foi uma grande referência para esta pesquisa. Em seu estudo um grupo de treze políticos mineiros se beneficiaram das oportunidades que a participação política se engajando na criação e manutenção de associações políticas que se constituíram em espaços privilegiados de projetos individuais.

Não obstante essas valiosas contribuições, o período das Regências ainda tem muitas possibilidades de investigação, especialmente o objeto de pesquisa proposto, ou seja, a atuação das sociedades políticas na formação do estado imperial brasileiro.¹⁹ A história política da província mineira atualmente está sendo investigada, embora o trabalho de Francisco Iglésias, pioneiro sobre a política mineira, no qual analisou o impacto da política imperial na administração mineira, não possa deixar de ser citado.²⁰ Mais recentemente, algumas pesquisas trouxeram contribuições para o debate político do período regencial. A título de exemplo, mencionaremos os seguintes trabalhos: Wlamir Silva analisou o processo de construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais no conturbado

¹⁸ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Op. Cit.*, 2004, Capítulo VIII, p. 228 a 250.; SILVA, José Luiz Werneck da. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877*. Dissertação de mestrado. Niterói: I.C.H.F. – UFF, 1979.

¹⁹ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Op. Cit.*, 2004. Esta discussão encontra-se na introdução de seu trabalho pag. 10.

²⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MRC/INL, 1958.

contexto regencial²¹. Marcos Ferreira de Andrade investigou como se deram a inserção e as articulações das elites regionais na política do Estado imperial e a importância das rebeliões escravas no contexto de intensificação e expansão da escravidão no sudeste do Império e do tráfico transatlântico, Edna Maria Resende abordou a atuação e as características das elites políticas regionais e locais, identificando seus posicionamentos em torno dos projetos políticos em embate no processo de construção do Estado imperial.²²

Especificamente sobre as Sociedades Defensoras, a tese de doutorado de Marcelo Basile, dedica o capítulo III à sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, criada na Corte em outubro de 1831, ressaltando que “ao lado da imprensa, as associações foram um importante espaço de ação política que conheceu notável desenvolvimento, em todo o Império, no início da Regência”.²³ Em sua análise aponta que as sociedades políticas estavam inseridas no movimento associativo e traziam como “novidade a publicidade” e “uma outra forma de fazer política, mais imbuída do espírito público, caro à cultura liberal”.²⁴ A Sociedade Defensora criada na corte tinha como objetivo, exposto em seu artigo II

melhorar as prisões, o seu estado penitenciário; e sustentar por todos os meios permitidos, a Liberdade e Independência Nacional: 1º auxiliando a ação das autoridades públicas, todas as vezes, que se faça preciso a bem da ordem e tranquilidade comum; 2º usando do direito de petição, para as medidas, que não estiverem ao seu alcance”.²⁵

No momento de sua criação não havia ainda um propósito definido, como afirma Lúcia Maria Paschoal Guimarães, os adeptos da moderação também apelidados de *chimangos*, “careciam de um programa definido de documentos públicos sujeitos a

²¹ SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009.

²² IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MRC/INL, 1958; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1480)*. Tese (Doutorado em História) FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

²³ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos, *Op. Cit.*, 2004. p. 83.

²⁴ Idem. p. 83.

²⁵ Ibidem. p. 85

verificação e registro”²⁶. Portanto, não constituíam um grupo coeso, como os partidos políticos que existem nas formações contemporâneas.

Na perspectiva de Augustin Wernet houve uma estreita articulação entre o surto de movimentos associacionistas, após a abdicação de D. Pedro I e a gênese dos partidos políticos no país. As sociedades políticas do período regencial foram alvo de diferentes considerações e interpretações sem, entretanto, existir publicada documentação específica sobre elas.²⁷ “Cada associação estava ligada a uma corrente política: a Sociedade Defensora à facção dos liberais moderados ou liberais monárquicos; a Sociedade Federal aos liberais exaltados,”²⁸. O conhecimento do pensamento político dos liberais moderados e exaltados baseia-se quase exclusivamente em artigos de periódicos e jornais, os quais tinham função significativa e importante na luta política, na formação da opinião pública, na divulgação das ideias filosóficas e políticas na época.

A Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1835) foi uma referência para todas suas filiais no país, tendo superado a de São Paulo surgida a 29 de março de 1831, “formando uma poderosa rede nacional de defensoras, que, com centro na Corte (que então assume o lugar da pioneira paulista),”²⁹ chegou a ter uma centena de filiais em todo o país. Poucos historiadores se debruçaram sobre esse organismo, em geral limitam-se a registrar a grande influência que exerceu no cenário político da primeira metade do período regencial.³⁰

A associação fluminense que a princípio funcionou na residência de Borges da Fonseca reuniu a fina flor das elites dirigentes. No início seu propósito era:

Contribuir para a preservação da ordem e tranquilidade pública, tão periclitantes na época, constituindo-se em sustentáculo da Regência no seio do espaço público, vista como único governo legal, legítimo e capaz de

²⁶ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org) et al. *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 105

²⁷ WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832*. São Paulo: Cultrix, 1978. p.9

²⁸ WERNET, Augustin. Op. cit., 1978. p. 11

²⁹ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Op. Cit.*, 2004. pág. 90

³⁰ WERNET, Augustin. Op. Cit., 1978; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. cit., 1990.

assegurar a decantada liberdade e independência nacional; e, neste sentido, combater todos aqueles que representassem uma ameaça a este ideal.³¹

Segundo Marcello Basile, “o espírito de congraçamento político que animou a criação da Defensora tanto em São Paulo como na Corte era de um organismo inicialmente suprapartidário”.³² Houve um grande incentivo na criação de filiais, promovendo uma intensa rede de comunicações e transformações do espaço público, como diz Marco Morel,

Pode-se dizer que essas associações políticas, não apenas maçônicas, secretas ou reservadas, mas também públicas e com objetivos explícitos, foram elemento-chave nas transformações dos espaços públicos e na consolidação das liberdades modernas na política. Diante delas, os governos não podiam simplesmente reprimir ou coibir, pois as mudanças na cena pública eram irreversíveis. Por isso assistiremos a um duplo jogo: de repressão, de tentativa de influência na organização e de movimentos que visavam apoio e controle sobre grupos que, como se vê, não se limitavam à esfera governamental.³³

Lúcia Guimarães afirma que o movimento associacionista dos defensores foi uma das diversas manifestações que se alastrou pelo país naquele período em decorrência da inquietação política, social e econômica gerada pela Abdicação. Concebida como um organismo suprapartidário, seu estabelecimento foi uma “tentativa organizada”, de um conjunto de indivíduos vindos das camadas dominantes de “pôr um freio na insurreição que eclodiu na Corte em 07 de abril culminando com o término do Primeiro Reinado e sua criação está intimamente relacionada com a vacância do trono”, propiciando a abertura de um espaço político para que outros segmentos da população trouxessem à tona suas demandas³⁴. Acreditamos que os propósitos da Sociedade Defensora de São João del-Rei possa ter objetivos similares, mas cabe ressaltar, com diferenças.

A partir da investigação realizada por Lúcia Guimarães, Marcello Basile faz um compilado da composição social da Defensora da Corte

³¹BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Op. Cit.*, 2004. p. 85

³² Idem. p. 87.

³³ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 277-278

³⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1990.

Os sócios das defensoras eram bastante diversificados, Lúcia Guimarães traça um perfil prosopográfico de vinte e quatro membros quanto à escolaridade e revela que 54,2% possuíam curso superior, dos quais 38,4% em Medicina, 23,1% em Direito, 15,4% em ciência Exatas e mesmo percentual na área militar, sendo que 46,2% eram formados no rio de Janeiro e 38,4% em Portugal; sobre a ocupação, 54,2% eram deputados, 20,8% médicos e 8,3% militares; a respeito da origem socioeconômica, 42,1% eram ligados à propriedade da terra e 21% ao comércio; e, em relação à naturalidade, havia 79,2% de brasileiros (entre os quais, 36,8% fluminenses, 21% mineiros e 15,8% paulistas) e apenas 4,21% portugueses.³⁵

A Defensora possuía muito de seus sócios no parlamento. “Os principais colégios eleitorais responsáveis pela vitória tinham sido aqueles onde a malha da Defensora era mais estendida e os moderados tinham seus maiores redutos – Minas Gerais, São Paulo e o interior fluminense”.³⁶

Portanto, nos sentido de compreender a atuação política da Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da vila de São João del-Rei, esta pesquisa lançou-se mão do método prosopográfico para investigar seus sócios, abordando suas atuações tanto na esfera local quanto na Corte, no período de 1831 a 1835, tendo em vista a manutenção do poder político em Minas Gerais e enfocará o agrupamento político moderado que se congregava em torno da Sociedade Defensora, considerada a mais organizada, sendo ela uma entidade moderada para prestar força legal ao governo. E de acordo com Marcello Basile, embora seja um período rico e de muitas pluralidades em termos de organizações e propostas políticas, é pequeno o volume de estudos sobre os grupos políticos e seus espaços de ação³⁷.

A escolha do individual não é considerada contraditória com a do social, do destino do homem, de uma comunidade, de uma obra. Forma uma complexa rede de relações, de multiplicidade de espaços e dos tempos nos quais se inscreve, “portanto, a micro história usada em pequena escala, torna possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas”³⁸. Estudos concentrados em regiões, em pequenas escalas

³⁵ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Op. Cit.*, 2004. P. 87

³⁶ Idem. p.109.

³⁷ Idem. p. 10

³⁸ Conforme evidencia Jacques Revel em sua introdução ao livro de Giovanni Levi, LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.17.

podem ser analisados como um caso para generalização e postos como estratégias para conhecimentos da História. Como afirma Revel “a mudança da escala de análise é essencial para a definição do micro história”³⁹. Ao reduzir o foco de análise é possível perceber que a história é feita pelos homens cotidianamente e o entrelaçamento do local com o geral. Debruçar sobre a atuação de uma sociedade política de uma vila no interior vai explicitar com muita clareza as reações entre as províncias, as regiões, a corte e deixa claro que essas relações não foram apenas econômicas, mostrando como as relações políticas interagem com o centro e formaram uma rede de debates.⁴⁰

O estudo de sociedades de caráter político requer a discussão do conceito de cidadania, entendida a princípio e em sentido genérico, como a forma pela qual as pessoas se relacionam com o Estado, tendo como elementos primordiais as ideias relacionadas aos direitos pretendidos ou adquiridos. Espaço público é aqui entendido como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público, com o propósito de discutir com a autoridade pública as leis gerais, pois integrantes de associações leigas e não oficiais no Rio de Janeiro se envolveram diretamente em atividades nas ruas, nos parlamentos e até em sedições.⁴¹ Portanto, podemos utilizar o conceito de sociabilidade, conceito criado originalmente no campo da sociologia por George Simmel o qual afirma que a sociedade resulta das interações sociais estabelecidas entre os indivíduos entendendo-se interação social como o conjunto das influências recíprocas desenvolvidas entre estes e os grupos sociais.⁴² Segundo Jea-Pierre Rioux:

A “sociabilidade” elevada à categoria de conceito polivalente e paradigma encantatório, não se construiu tão solidamente quanto seria desejável seu objeto e suas regras. É grande a tentação de se incluir a associação em uma história social, religiosa, mental ou cultural. [...]

Como em todos os domínios da história contemporânea, a aproximação se dará no cruzamento do estudo de caso, do painel datado e da vista panorâmica estendendo sobre a longa duração uma hipótese construída. [...]. O que supõe um novo cruzamento: o das pesquisas individuais e dos programas de trabalho coletivos. As primeiras para esquadrihar um determinado caso ou

³⁹ REVEL, Jacques. (Org). *Jogos de escalas: a experiências da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 1998. p. 20.

⁴⁰ MOREL, Marco. Op. Cit., 2004. p.134.

⁴¹ Idem. p. 296.

⁴² SIMMEL, George. *Questões fundamentais de Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

uma determinada conjunção num momento dado; os segundos para desembaraçar os fios das hipóteses experimentadas por meio de estudos ou amostragens [...]

O historiador da associação não evitará, portanto, a pluridisciplinaridade de pesquisa e de discussão. [...]

[...] deverá reconhecer sua dívida para com a etnologia que inventou a “sociabilidade” [...]

É na sociologia que obterá os empréstimos mais úteis. Durkheim havia diferenciado a associação de instituição, onde as regras são pressupostas e não submetidas ao voluntariado da adesão. E em Weber quando alargou o espaço da pesquisa quando convidou a sociologia ao estudo de todas as estruturas comumente chamadas de sociais.⁴³

Ainda que George Simmel seja uma referência, é interessante observar o uso propriamente historiográfico, mais concreto e flexível de sociabilidade, assim como certa redução à longa duração e uma leitura muito da virada do século XIX para o XX, feita por Rioux. Também Maurice Agulhon⁴⁴, de acordo com Canal, “trabalhou intensamente na análise das formas e dos espaços de sociabilidade em termos que eram inseparáveis do estudo mais global do nascimento e desenvolvimentos da França burguesa”⁴⁵. Segundo Jordi Canal, para Maurice Agulhon,

Sociabilidade significa a qualidade de ser sociável e seria equivalente aos sistemas de relações que confrontam os indivíduos uns com os outros ou que os reúnem em grupos “mais ou menos naturais, mais ou menos forçados ou menos numerosos. O seu trabalho historiográfico evoluiu para uma aceção mais ampla chegando a assimilar a história da vida da sociabilidade à vida quotidiana, pois o século XVIII foi um século de muitas transformações e houve o surgimento de uma nova sociabilidade na Europa que foi sustentada pelo aparecimento de novas associações que compartilhavam características semelhantes e que reuniam indivíduos em locais nos quais conversavam e debatiam, mesmo que em alguns momentos houvesse discordância e uma certa segregação.

⁴³ Debate que pode ser encontrado em: RIOUX, Jean-Pierre. *Associação em política*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 105,106, 107 e 108.

⁴⁴AGULHON, Maurice. Sociabilidades. In: *História Vagabunda. Etnología y Política Em La Francia Contemporânea*. Instituto Mora: México, 1994. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/318596336/134380277-Historia-Vagabunda-Maurice-Agulhon-pdf>. Acesso em 01 jan. 2021.

⁴⁵CANAL, Jordi. Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade. (<https://journals.openedition.org/1erhistoria/1780?lang=en>) ultimo acesso em abril de 2021.

O estudo da atuação das elites políticas locais no processo de construção do Estado Imperial requer uma atenção ao conceito de “hegemonia e elite com o objetivo de estabelecer uma mediação entre a Sociedade civil e o Estado”⁴⁶, pois a “construção do projeto político, e seus elementos, não é, no entanto, fruto da plena autonomia das lideranças políticas e intelectuais e sim pelo contato dialético entre lideranças e o conjunto dos setores dominantes”⁴⁷.

Investigar sobre uma associação política requer pensar sobre esses conceitos, de sociabilidade, de elite política, requer procurar definir e identificar quais grupos e pessoas integravam a Defensora. No dia 03 de outubro de 1831, data da fundação da Sociedade Defensora da vila de São João del-Rei, o padre Francisco Antônio da Costa, que era membro da Câmara da Vila de São João del-Rei fez um discurso patriótico. Na Casa da Câmara, compareceram sessenta e um voluntários para formarem a Sociedade. Foi apresentado o estatuto que deveria reger a Defensora e foi eleito o conselho que ficou composto pelos seguintes membros: Antônio Joaquim Fortes, Antônio Joaquim de Medeiros, Francisco Antônio da Costa, Francisco José de Sales, José Alcebíades Carneiro, Antônio Fernandes Moreira, João Martins de Carvalho, Antônio Joaquim da Costa, Luiz Alves de Magalhães, Francisco de Paula d’Almeida Magalhães, Caetano Alves de Magalhães, João Ferreira Leite. Imediatos: Antônio dos Reis Silva Rezende, José Joaquim de S. Anna, Francisco José d’Alvarenga, Francisco José da Silva.⁴⁸

Quem eram essas pessoas e quais posições ocupavam na sociedade local? Estavam atuando na Câmara? Na Defensora fluminense não há menção de uma única mulher apesar de não haver restrição à participação delas e na Defensora sanjoanense havia várias senhoras como sócias honorárias. Qual era, o papel representativo delas na Sociedade? Qual o papel desempenhado por essa associação? Promover a instrução, constituir milícias com intenção de manter a ordem como a Defensora do Rio de Janeiro, pois esta teve forte atuação na construção da casa de correção para os que infringissem a lei, ou atuaram com mais força

⁴⁶ Wlamir José da. Op. Cit.,2009. p. 44.

⁴⁷ Wlamir José da. Op. Cit.,2009. p. 41.

⁴⁸ *Astro de Minas*. São João del-Rei. N. 602 de 04.10.1831

nos colégios eleitorais? Por que depois de ampla movimentação nos três primeiros anos (1831 – 1833), a partir de 1834 a Defensora aparece timidamente nos jornais? São as questões iniciais que norteiam a investigação proposta.

O estudo das elites requer utilização de técnicas do método prosopográfico, pois a opção pelas elites é uma solução de escala, uma chave metodológica para analisar a complexidade do social a partir do enfoque em universos de análise ao mesmo tempo reduzidos e abundantes em informações sociais, “a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas”⁴⁹. Portanto para compreender a atuação da Sociedade Defensora da vila de São João del-Rei, propõe-se investigar através do estudo prosopográfico de seus sócios, a atuação de uma elite local pensada de forma concreta, de suas atuações tanto na esfera local quanto na Corte. Considerar-se-á como elite política sanjoanense os indivíduos que obtiveram cargos político-administrativos, na perspectiva de como diz Maria Elisa Ribeiro Delfim, ou seja, de “buscar traçar as semelhanças entre as posições e trajetórias dos indivíduos que serão pesquisados na intenção de analisá-los como um grupo”.⁵⁰

Desta forma, para o presente trabalho um estudo sobre a trajetória dos membros da Defensora será necessário. Esta metodologia começou o seu caminho associado à investigação da história política passando a ser utilizada pela história social, dada a sua adequabilidade para o estudo de processos como os que suportam a mobilidade social. Podemos dizer que a prosopografia é a investigação das características de um grupo de indivíduos com um contexto de proveniência/vínculo comum, de modo a realizar o estudo coletivo das vidas/biografias. Para realizar uma trajetória dos indivíduos que ocuparam cargos camarários, utilizaremos como referência trabalhos como o de Sílvia Maria Jardim Brugüer que mapeou através do arquivo eclesiástico da Matriz Nossa Senhora do Pilar dados

⁴⁹ HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.20.

⁵⁰ Maria Elisa Ribeiro Delfim em sua dissertação de mestrado *Viva a Independência do Brasil!* a atuação da elite política sanjoanense no processo de Independência (1808-1822). Dissertação. (Mestrado em História. Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2011., faz um estudo prosopográfico da elite sanjoanense no qual alguns membros farão parte de Defensora.

referentes à elite política local e seus familiares.⁵¹ O trabalho de Edna Maria Resende na qual encontrei alguns sócios da Defensora sanjoanense, bem como o de Marcos Ferreira de Andrade, nos quais encontrei alguns dos indivíduos que serão analisados⁵².

Para a realização da pesquisa, utilizei de fontes diversas como os jornais, atas e correspondências oficiais. As Atas da Câmara de São João del-Rei permitiram verificar se os sócios da Sociedade Defensora tinham atuação municipal e se havia nelas referências sobre a Defensora. Foi acessado o acervo microfilmado e disponível na Biblioteca do Campus Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei.

O jornal utilizado para verificar a atuação da Sociedade Defensora foi *O Astro de Minas*, pois foi neste que parte das atas da Defensora de São João Del Rei, a admissão de sócios, discursos, dentre outras informações, foram publicadas. Os periódicos são importantes fontes de pesquisa, pois diversos indivíduos se utilizaram da palavra impressa para expor suas opiniões, com a imprensa assumindo assim um espaço político aberto à participação de todos⁵³, permitindo compreender como as ideias foram transmitidas. Segundo Luciano da Silva Moreira, “a constituição de uma esfera pública de poder”⁵⁴ em Minas ocorreu quando diversas personagens se reuniam num ambiente que fosse aberto à discussão em locais como “bibliotecas, sociedades políticas, casas e tabernas”. E a praça pública fez parte desse processo sendo o local onde poderia se incluir a “parcela da população iletrada na vida política”.⁵⁵

⁵¹ O Arquivo Eclesiástico pesquisado se refere a Matriz de Nossa Senhora do Pillar de São João del Rei e suas respectivas bases foram organizadas por Sílvia Maria Jardim Brugüer, professora do DECIS, na UFSJ. Os documentos encontram-se no Arquivo do IPHAN, escritório Técnico 2, São João del Rei 13ª SR, são possíveis a consulta de suas bases de dados e fontes cartoriais de outras regiões da Comarca do Rio das Mortes na página www.documenta.ufsj.edu.br, organizada pelo Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental, instalado na UFSJ.

⁵² RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo*. Op. Cit.2008; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Op. Cit.2008.

⁵³ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação. (Mestrado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte,2006.

⁵⁴ Idem. p. 13.

⁵⁵ Idem. p. 13

Outras fontes pesquisadas também merecem destaque, como as localizadas no Arquivo Público Mineiro: Sociedades Políticas, literárias e musicais, correspondências recebidas pela presidência da Província. (1823-1852)⁵⁶, onde se verificou a correspondência trocada entre a Sociedade Defensora. As atas de Defensora, correspondências emitidas e Estatuto Original que se encontram na Biblioteca Municipal Baptista Caetano D’Almeida em São João del-Rei⁵⁷.

Esta pesquisa foi dividida em três capítulos. O capítulo I contemplará a apresentação da vila de São João del-Rei do ponto de vista político e demográfico. Em um primeiro momento apresentarei a vila de São João del-Rei contextualizando a Comarca do Rio das Mortes como uma região entrecortada por caminhos diversos que possibilitavam uma ampla atividade comercial, o desenvolvimento comercial e demográfico contrapondo teses que vigoraram até antes da década de 1980 que apontavam o oitocentos como um período de estagnação econômica. A vila de São João del-Rei se tornou um centro de abastecimento importante para a Corte, com um número expressivo de cativos para atender às demandas na produção de alimentos, além de possuir uma posição geográfica privilegiada. Os trabalhos realizados após a década de 1980 verificaram como as fazendas resistiram às conjunturas desfavoráveis nas Minas Gerais, gerando um acúmulo considerável de capitais.

E nesse contexto a elite política da Província de Minas Gerais tinha uma relação “orgânica com a propriedade” formando uma “hegemonia e criação de uma opinião pública” conforme constatou Wlamir Silva, com o intuito de construção de um espaço público através de jornais e associações políticas. Procuro discutir as associações políticas sob a perspectiva de Maurice Agulhon, com o conceito de sociabilidade para os anos iniciais do século XVIII⁵⁸. Posteriormente apresento uma breve contextualização sobre a Regência utilizando de trabalhos já consolidados e da criação da filial da Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional em São João del-Rei.

⁵⁶ SPPP 1/7 Caixas 1-2

⁵⁷ Infelizmente o livro está incompleto.

⁵⁸ AGULHON, Maurice. Op. Cit. 1994.

O capítulo 2 tem por objetivo analisar a trajetória dos indivíduos que integraram a Defensora. A partir da seleção de um pequeno grupo de sócios da Sociedade Defensora de São João del-Rei procurei elaborar um perfil coletivo desses indivíduos e discutir a partir do enfoque da micro-história e da prosopografia com o objetivo de perceber quais fatores puderam ter relação com o engajamento dos políticos e letrados. Foram sujeitos que se destacaram na política e no cotidiano tanto na Província de Minas Gerais, tanto na cidade de São João del-Rei quanto na Corte, no período de 1831 a 1835. Minha pesquisa acompanha os vários espaços de atuação dos indivíduos escolhidos e as relações sociais desenvolvidas naquele período⁵⁹.

Não tenho a pretensão de atender a amplas demandas teórico-metodológicas, mas pretendo demonstrar a potencial abordagem prosopográfica e da micro-história para a compreensão do engajamento de um pequeno grupo no movimento associativo na província de Minas Gerais. Foram escolhidos quinze sujeitos: Antônio de Sá Fortes, Antônio Marques da Silva Pereira, Carlos de Sá Fortes, Feliciano Coelho Duarte, Francisco Antônio da Costa, Francisco de Paula d'Almeida Magalhães, Gabriel Francisco Junqueira, José Alcebiades Carneiro, José Joaquim Ferreira Armonde, José Joaquim de Santa Anna, José Lameda d'Oliveira, Luiz Alves de Magalhães, Marcelino José Ferreira, Martiniano Severo de Barros e Policena Tertuliana d'Oliveira, a única mulher, uma professora que era sócia da Sociedade Defensora e atuante em São João del-Rei como professora com mais alunos na cidade, lecionando as primeiras letras.

Busquei trazer reflexões sobre solidariedades, traços comuns aos grupos no que se refere às ocupações e à carreira política, laços de parentesco e convivências diversas. Seus membros eram professores, redatores, vereadores, conselheiros, deputados provinciais ou imperiais.

O capítulo III enfoca o movimento associativo mais político através das trocas das correspondências entre as Defensoras, especialmente, com a do Rio de Janeiro, que acabou

⁵⁹ Foi utilizado estudos que se pautam sobre o uso da prosopografia e micro história por autores como Jacques Revel e Flávio Heinz que utiliza de ambos os procedimentos para realizar suas investigações sobre elites.

influenciando a constituição das demais congêneres por outras províncias do Império. Analisar se “a máquina da Defensora havia funcionado a pleno vapor”, de acordo com Lúcia Maria Paschoal Guimarães, para a vila de São João del-Rei e se a organização das filiais foi um fator de fortalecimento das Defensoras e como eram as comunicações entre elas. Corroborar através da trajetória dos brevemente analisados no capítulo anterior, se a participação na Defensora foi importante para o desempenho político de alguns sócios, tanto no plano local quanto regional tiveram relação com o desempenho de alguns candidatos “que apesar de não possuírem uma base política no interior”⁶⁰ obtiveram um número relevante de sufrágios.

Serão analisadas o que restaram das atas da Sociedade Defensora de São João del-Rei. Infelizmente o livro está incompleto. Das cinquenta páginas que deveriam existir, só restaram dezenove e terminam em 28 de julho de 1832. Pretende-se verificar como as práticas discursivas das atas da Defensora e as correspondências trocadas deram legitimidade às associações na intervenção do espaço público e se foram eficientes do ponto de vista de construção do sentido de associativismo. Assim como a esfera de influência da mesma não ficou circunscrita somente aos órgãos governamentais, estendendo sua atuação a praticamente todos os assuntos de interesse público, como a Matriz do Rio de Janeiro, a qual “iria assenhorar-se do espaço na sociedade imperial, que anteriormente era preenchido pela antiga corte palaciana”.⁶¹

⁶⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.*, 1990. p. 135

⁶¹ *Idem.*

Capítulo 1

A vila de São João del-Rei e a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

1 – O termo da vila de São João del-Rei no século XIX

A vila de São João del-Rei era a cabeça da Comarca do Rio das Mortes, umas das mais importantes regiões da então província de Minas Gerais, cuja ocupação remontava aos primórdios das descobertas auríferas do início do século XVIII. A história do município de São João del-Rei, em Minas Gerais, está associada à descoberta do ouro na região, no começo do século XVIII. Em 1704, novas descobertas de ouro atraíram levas de mineradores, fazendo surgir um novo aglomerado, que deu origem à futura São João del-Rei. Os paulistas ergueram no local a primeira capela, consagrada a Nossa Senhora do Pilar. Escolhido quando o povoado se tornou vila em 1713, o nome de São João del-Rei prestava uma homenagem ao rei D. João V, de Portugal. Sílvia Brugger relata os principais eventos que marcaram os primórdios de São João del-Rei:

Em 1702, descobriu-se ouro na região que viria a ser o Arraial Velho de Santo Antônio, posteriormente Freguesia de São João del Rei. Somente após a morte de Tomé Portes del Rei, entre 1704 e 1705, é que foi descoberto ouro no outro lado do rio, onde se formou, a partir de então, o Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar. Segundo Waldemar Barbosa, o arraial cresceu com rapidez, ‘sendo a região onde, ao lado da mineração, mais se incrementou a agricultura, que já existia anteriormente à exploração do ouro’ (1995:318). Foi elevado à Vila de São João del Rei em 1713, tornando-se cabeça da Comarca do Rio das Mortes, que tinha como limites, ao norte, as Comarcas

de Vila Rica e Sabará e, ao sul, as Capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Geraldo Guimarães, até 1718 a Câmara de São João del Rei tinha jurisdição sobre toda a Comarca. Com a criação da Vila de São José del Rei, o poder ficou dividido. Novos desdobramentos ocorreram em fins do século XVIII, com a criação das Vilas de Barbacena, em 1791, e da Campanha da Princesa, em 1799 (1996:45). Seria enfadonho continuar a citar os sucessivos desmembramentos ocorridos ao longo do século XIX, uma vez que, ainda em meados do oitocentos, a Comarca já se subdividia em oito Termos.⁶²

Marcelo de Almeida contextualiza

São João del-Rei, assim como Minas Gerais, no século XIX, foi colocada de lado nos estudos históricos em contraposição ao século XVIII. Assim, durante muito tempo pensou-se na estagnação econômica da capitania mineira. No entanto, com os trabalhos desenvolvidos a partir da década de 1980, percebe-se uma outra realidade para a sociedade mineira do século XIX.

Os caminhos mercantis das Minas Gerais tornaram-se também caminhos culturais relevando uma dinâmica tanto econômica quanto cultural.⁶³

Afonso Alencastro Graça Filho questiona teses nas quais “o Oitocentos fora visto como um período de estagnação econômica nas Minas Gerais” e um exemplo de “involução socioeconômica, regredindo a atividades de pura subsistência e baixa mercantilização”, que criaram uma imagem de que os núcleos urbanos diminuíram levando a uma debandada na população local⁶⁴. Seu trabalho mostra que ao contrário, Minas não estava decadente e nem

⁶² BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. p. 26

⁶³ ALMEIDA, Marcelo Crisafuli Nascimento de. “*Folgedos do Povo*” e “*Partida Familiar*”: A música e suas manifestações populares em São João del-Rei. (1870-1920). Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2010. p. 21.

⁶⁴ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João Del Rei* (1831-1888). São Paulo: Annablume: 2002. pág. 19. A tese da “decadência mineira” nos Oitocentos tem raízes antigas na historiografia brasileira. Sua versão mais conhecida foi exposta por Celso Furtado, que a concebeu de forma geral e de rápida regressão a uma simples economia de subsistência, com a desagregação e descapitalização das grandes empresas escravistas, impedidas de repor sua mão-de-obra. A imagem resultante seria de atrofiamento dos núcleos urbanos e dispersão populacional em comunidades isoladas, ‘trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Outra versão da decadência mineira pode ser encontrada em Francisco Iglesias, na qual a situação insular da capitania e a impossibilidade do industrialismo barraram as alternativas para a estagnação da economia mineira, até meados do século XIX.

estagnada. Atualmente, após várias pesquisas, existe um consenso sobre o desenvolvimento econômico mineiro no setecentos e oitocentos.

A vila de São João del-Rei tornou-se um centro de abastecimento muito importante para a cidade do Rio de Janeiro, justificando a grande quantidade de cativos na Comarca do Rio das Mortes para atender às demandas das fazendas escravistas cuja produção era voltada para alimentos. Essa condição foi favorecida por sua posição geográfica privilegiada, “situando-se no entroncamento das principais estradas de Minas, sendo junto com Barbacena um dos entrepostos regionais que centralizavam o fluxo de mercadorias de diferentes regiões”.⁶⁵ Embora a pesquisa enfatize a vila de São João del-Rei, serão abordadas outras regiões em virtude da participação de representantes da parte mais sul da Comarca do Rio das Mortes, a da região de Campanha da Princesa, por exemplo, originava-se um membro da Sociedade Defensora da Independência e \liberdade Nacional sanjoanense. Gabriel Francisco Junqueira, representante expressivo da elite política regional tinha laços político estabelecidos tanto na vila de São João del-Rei quanto nas de Campanha e Baependi, região sob a jurisdição do Rio das Mortes⁶⁶.

A capitania de Minas Gerais, em particular a Comarca do Rio das Mortes, era uma vasta área entrecortada por caminhos diversos que possibilitavam uma interconexão comercial, além de um desenvolvimento econômico e demográfico acentuado.⁶⁷ Marcos Andrade apresenta dados indicando que na primeira metade do século XIX houve um crescimento significativo da população confirmando o dinamismo socioeconômico, corroborando para que os moradores reivindicassem o status de vila assim como explica a oposição da Câmara de São João del-Rei em aprovar a emancipação do arraial da Campanha do Rio Verde⁶⁸.

⁶⁵ Idem, *ibidem*. p.22

⁶⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. Cit. 2008, p. 221-233.

⁶⁷ A historiografia que aponta essa discussão foi pioneiramente discutida por Kenneth Maxwell e o primeiro trabalho específico da comarca foi o de GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Op. Cit.,2002.

⁶⁸ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. Cit. 2008. p. 27-42.

Na interação da sociedade mineira urbana e abastecedora com suas experiências políticas do início do século XIX, forjou-se uma elite política peculiar⁶⁹ marcada pela complexidade de grupos sociais existentes destacaram-se os proprietários de terras e escravos, comerciantes, advindo da classe de proprietários. São esses grupos que configuram as elites que iniciaram sua atuação política entre a Independência e o Primeiro Reinado, destacando-se no período regencial tanto na direção da Província como no plano nacional. O cenário pós-1831 foi dominado por lutas políticas e socioeconômicas resultantes de fatores ligados à presença de um Estado centralizador. Durante todo o Período Regencial ocorreram movimentos, tanto no campo como nas cidades, em defesa do autogoverno provincial, em reação ao centralismo da Corte e as elites competiam para estar no poder em facções que representavam segmentos que se diferenciavam⁷⁰.

Wlamir Silva aponta que “a elite política da província tinha uma relação orgânica com a propriedade, porém ‘mediatizada’ por suas relações com o conjunto desta mesma sociedade e pela influência do pensamento liberal”. “Homens de uma espécie nova” surgindo da relação entre a economia de abastecimento e a opção liberal. Surgindo uma sociedade civil mineira que pretendia estabelecer uma hegemonia e criação de uma opinião pública, estabelecendo uma relação pedagógica com a sociedade mineira do período, “entendendo-se a sociedade civil como a esfera social em que se dá a luta pela hegemonia e a opinião pública como espaço de construção do consenso, como jornais e associações”⁷¹.

É nesse contexto, marcado pelo dinamismo econômico da vila de São João del-Rei, em particular, e da região da Comarca do Rio das Mortes como um todo, onde são construídos espaços de sociabilidade, que aflora uma elite política regional atuante nas esferas locais,

⁶⁹ SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009. p. 104.

⁷⁰Trabalhos como o de RESENDE, Edna Maria. Op. Cit., 2008; MOREIRA, Luciano. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*.; MORAIS, Christianni Cardoso: “Para aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria; de Leonardo Bassoli, https://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2019/12/2_ppghis_defesa_doutorado_leonardo-angelo_04_tese_vf-email_pdf-1.pdf. ; MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência. (São João del-Rei, 1824-1839)* - <https://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2011/01/Carlos-Eduardo-Maculan1.pdf>.; concentraram-se na abordagem política, nos espaços públicos, na sociabilidade no período de construção de uma identidade nacional durante o Período Regencial.

⁷¹ SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009. p.105.

provinciais e na Corte, que surge em São João del-Rei a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

2. Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional

A abdicação inaugurou o período das Regências e, com ela, uma época de crescente instabilidade política. Afinal, o herdeiro do trono tinha apenas cinco anos de idade. De acordo com a Constituição de 1824, o governo deveria ficar sob a responsabilidade de três regentes até que o herdeiro atingisse a maioria.⁷² O 7 de abril representou um momento em que a renúncia era vista como um golpe no absolutismo português, mas o Rio de Janeiro estava inquieto e contestador. Era necessário organizar a nação para que não houvesse um vácuo no poder. A Câmara dos Deputados e o Senado estavam de férias ficando difícil a reunião para eleger a Regência Trina, portanto os senadores e deputados que estavam na capital reuniram-se em caráter provisório no dia 7 de abril para que o governo não ficasse vácuo e representantes das facções mais importantes e antagônicas foram eleitos. Para representar os moderados foi escolhido José Joaquim Carneiro de Campos, o Marquês de Caravelas; representando os exaltados o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e um militar, o brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

Considerada uma das épocas mais agitadas e fascinantes da história imperial do Brasil, a Regência foi um período marcado por violentos protestos coletivos como sedições militares, motins, revoltas escravas, provinciais e regionais. Como afirma Ilmar Rohloff de Mattos, os anos que se seguiram à abdicação foram “anos de levantes, revoltas, rebeliões e insurreições. De sonhos frustrados e de intenções transformadas em ações virtuosas. Foram, sem dúvida, anos emocionantes para aqueles que viveram no Império do Brasil. Segundo Francisco de Paula Ferreira de Rezende, ao registrar suas memórias e recordar seu tempo de menino na vila de Campanha, o Brasil vivia ‘muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico. Esse período foi marcado também por mudanças na ordem jurídica, política e administrativa, resultado das disputas travadas entre diversos grupos e facções políticas (liberais, liberais moderados e restauradores).⁷³

⁷² IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 145 e 146.

⁷³ ANDRADE, Marcos F. Op. Cit., 2008. p. 225.

A Câmara dos Deputados, órgão que deveria realizar as eleições para a escolha dos próximos regentes, encontrava-se politicamente dividida em três grupos políticos principais: os restauradores(caramurus) – grupo formado por altos funcionários da administração pública e ricos comerciantes que desejavam o retorno de Dom Pedro I ao Brasil e a centralização dos poderes nas mãos do monarca; os liberais moderados (chimangos) – grupo formado principalmente por ricos proprietários de terras e intelectuais, defendiam a centralização política a fim de garantir a integridade do território brasileiro e a manutenção da ordem social e os liberais exaltados (farroupilhas) – grupo formado por proprietários de terras e membros das camadas médias da população, alguns desejavam uma monarquia federativa e outros mais radicais defendiam a proclamação da república no Brasil. O grupo predominante na Câmara dos Deputados no momento da eleição da Regência Trina Permanente era o dos liberais moderados, por esse motivo a maior parte dos regentes foi ocupada por integrantes desse grupo.⁷⁴

Marcos Andrade ressalta que “dentre os políticos de maior expressão, destacaram-se o mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, o paulista e futuro regente padre Diogo Feijó, e Evaristo da Veiga, responsável pelo principal periódicos do Rio de Janeiro, Aurora Fluminense, o mais importante jornal liberal da época”⁷⁵ para o fato de que

estudos recentes têm chamado a atenção para o reducionismo de como foi entendida a participação política dos moderados, exaltados e restauradores, pois como afirma Marco Morel nessa época ainda não havia “partido político” no sentido moderno do termo. Ao contrário, partidarização tinha uma conotação pejorativa porque poderia comprometer a unidade nacional. Havia formas de organização política e o partido, tal como era denominado na época,

[...] constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses e motivação específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais etc.) entre seus participantes.

Portanto, ser “moderado”, “exaltado” ou “caramuru” fazia parte de um processo complexo de construção de identidades e de participação política, “cuja manipulação significava para aqueles que ora estigmatizavam, ora eram estigmatizados, a possibilidade de, através de um complexo jogo de

⁷⁴ WERNET, *Op. Cit.*, 1978. Me apropriei de suas conclusões para este parágrafo.

⁷⁵ ANDRADE, Marcos F. *Op. Cit.*, 2008. p. 226.

atribuições e representações, afirmar seus interesses, justificar os seus projetos e legitimar as suas expectativas”.⁷⁶

A Regência passava então por um período de inquietação e incerteza, um momento em que o “temor da subversão da ordem social e econômica foi uma das motivações que contribuiu de modo significativo para o surgimento de uma agremiação com as características da Defensora”⁷⁷. Isto sugere ser importante investigar o porquê de as pessoas se sentiam ameaçadas “diante da perspectiva de uma inversão das hierarquias sociais, a ponto de se congregarem num organismo”⁷⁸ com o intuito de atingir a opinião pública. “A associação pioneira representando a facção moderada surgiu na cidade de São Paulo a 29 de março de 1831 expandindo-se pelas demais províncias do Império e na Corte em 10 de maio de 1831”⁷⁹. Marilaine Inácio Soares destaca citando Marcello Basile que “o surto associativo verificado nos anos iniciais das Regências deve-se à criação de filiais da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro”.⁸⁰ Lúcia Guimarães afirma que o movimento associativo

não deve ser entendido somente como uma manifestação dos sentimentos patrióticos dos fundadores da sociedade, o propósito demonstra as apreensões de um grupo de pessoas da sociedade imperial, frente à vacância do trono que estariam temerosos de que o vazio do poder real e a fragilidade do governo regencial recém instalado pudessem ser responsáveis por uma possível inversão das hierarquias políticas, sendo uma das motivações que contribuíram para o surgimento de uma agremiação com as características da Defensora, tornando-se necessário investigar porque essas pessoas se sentiam tão ameaçadas diante da possibilidade de uma inversão das hierarquias sociais a ponto de se associarem em um organismo com o intuito de controlar a opinião pública.⁸¹

A Sociedade Defensora de modo geral, possuía um conselho diretor formado por expressivo conjunto de homens públicos e representantes do liberalismo moderado e apontava um compromisso de evitar que a chamada regeneração nacional descambasse na subversão das hierarquias políticas e sociais. Com uma bandeira de civismo e dos interesses da coletividade, a agremiação da capital orientou suas atividades no sentido de coibir a

⁷⁶ Idem. p. 227.

⁷⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit., 1990. p.24.

⁷⁸ Idem pág. 24.

⁷⁹ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Op. Cit.,2004. p. 84.

⁸⁰ INÁCIO, Op. Cit., 2010. p.53

⁸¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit.,1990. p. 21/24.

agitação da população e organizou rondas noturnas a fim de garantir a segurança pública. Tais ações contribuíram para que a sociedade conquistasse a confiança da chamada boa sociedade, multiplicando-se por diferentes províncias e ingressar no movimento dos defensores tornou-se símbolo de prestígio social até mesmo para estrangeiros domiciliados na Corte.⁸²

Quando a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del-Rei foi criada já havia associações políticas por toda a província de Minas Gerais. Nas fontes documentais consultadas por Marcilaine Inácio Soares há registro de dez agremiações com a designação de Defensora, representando ¼ do total de 38 associações mineiras, localizadas em Alfenas, Araxá, Campanha, Lavras, Bom Sucesso, Lambari, Prados, Sapucaí e Três Corações.⁸³

Como relata Marcilaine Inácio, antes das Regências, durante o Primeiro Reinado, não seria aconselhável a formação de associações patrióticas, pois poderia adquirir o sentido de “revolução social” e nem mesmo logo após a abdicação de D. Pedro I. As associações patrióticas eram espaços de sociabilidade propícios à mobilização contra a anarquia e o despotismo, sinônimo de subversão da ordem pública e social e de restauração. A volta do imperador também constituía ameaça aos liberais moderados⁸⁴. A Defensora de São João del-Rei pronunciou-se a respeito:

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional vem de ser instituída nesta vila debaixo dos melhores auspícios. Cidadãos Patriotas desejando opor uma barreira invencível ao Despotismo, e à Anarquia, dão-se as mãos para sustentar por todos os meios o bem da ordem e a pública tranquilidade⁸⁵.

As associações mineiras se inseriam nas esferas política e cultural. A expansão da imprensa periódica deriva tanto da constituição da esfera pública de poder quanto da difusão das Luzes. A publicação de jornais é um dos mais, ou talvez, o mais importante elemento da

⁸² INÁCIO, Marcilaine Soares. Op. Cit., 2010. p.9

⁸³ Idem. p. 9, 54. A autora utiliza a documentação que se encontra no APM. *Sociedades Políticas, literárias e musicais. Correspondências recebidas pela presidência da Província (1823-1852)* SP PP 1/7, caixas 1-2.

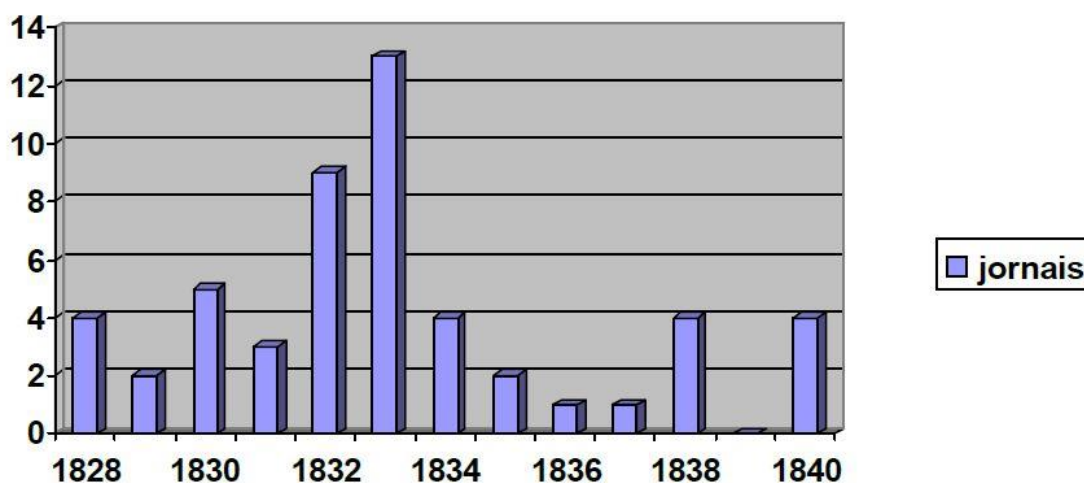
⁸⁴ INÁCIO, Marcilaine Soares. Op. Cit., 2010. p. 48.

⁸⁵ O UNIVERSAL, n.669, 1831. Apud INÁCIO, Marcilaine Soares. Op. Cit., 2010. p. 54.

dinâmica de funcionamento das associações, sendo também um instrumento eficiente para a divulgação e execução de projetos educativos⁸⁶.

A publicação em jornais foi um elemento importante para a dinâmica de funcionamento das associações. O gráfico 1 representa a explosão da palavra pública em Minas Gerais:

Gráfico 1 – Jornais publicados em Minas Gerais entre 1828 e 1840



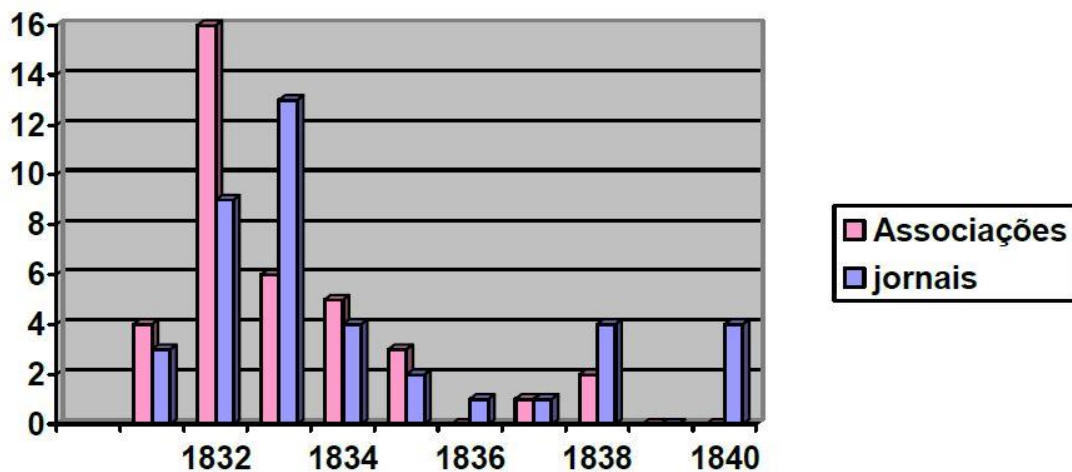
Fonte: Xavier da Veiga. *A Imprensa em Minas Gerais*, 1889. Apud INÁCIO, Marcilaine Soares. Op. Cit. p. 148 –

Essa expansão da imprensa periódica guarda relações muito estreitas com a multiplicação das sociedades públicas. Marcilaine Inácio reporta que “o período mais conturbado das Regências, de 1831 a 1834, também coincide com a edição de um grande número de jornais, sendo as publicações impulsionadas pelas disputas políticas”⁸⁷ de jornais havendo um circuito impresso e em São João del-Rei esse papel era desempenhado por Martiniano Severo de Barros, juiz de paz e sócio da Defensora. O gráfico seguinte retrata claramente a simultaneidade entre o surgimento das associações políticas e o aparecimento dos periódicos.

⁸⁶ Idem. p. 147.

⁸⁷ INÁCIO, Marcilaine Soares. Op. Cit., 2010. p. 49.

Gráfico 2 – Jornais e associações mineiras (1831 e 1840)



Fontes: APM SP PP 1/7 Caixas 01 e 02; APM, SP PP 1/18, CX 196, pac. 22; O UNIVERSAL, 20 abr. 1831; 4 abr. 1832; 26 nov. 1832; 11 mar. 1835. *Apud*. INÁCIO, Marilaine Soares. Op. Cit. p. 150 –

No dia 04 de outubro de 1831 foi publicada no periódico *Astro de Minas*, a notícia da criação da Sociedade Defensora da Vila de São João del-Rei. Num domingo, na Casa da Câmara Municipal da vila, na qual compareceram sessenta e um cidadãos que voluntariamente se ofereceram para formarem uma Sociedade cujo título seria Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. A sessão foi iniciada com um discurso patriótico do Sr. Francisco Antônio da Costa assim como a leitura dos Estatutos que deveriam reger a Sociedade, que foram aceitos unanimemente pelos presentes. Em seguida foi formada a Mesa e foram nomeados por aclamação: para Presidente o Sr. Antônio Joaquim Fortes, para 1º Secretário o Sr. Mariano Carlos de Souza Correa e 2º Secretário o Sr. Francisco Joaquim de Araújo, que imediatamente ocuparam seus lugares passando à escolha dos membros do Conselho da Sociedade. Foi resolvido que o Conselho seria formado pelos sócios presentes no momento, pois era o que regia o Estatuto. Saíram eleitos como membros do Conselho os Srs. Antônio Joaquim Fortes, Antônio Joaquim de Medeiros, Francisco Antônio da Costa, Francisco José de Sales, José Alcebíades Carneiro, Antônio Fernando Moreira, João Martins de Carvalho, Antônio Joaquim da Costa, Luiz Alves de Magalhães, Francisco de Paula d’Almeida Magalhães, Caetano Alves de Magalhães, João Ferreira Leite. Como imediatos

Antônio dos Reis Silva Rezende, José Joaquim de S. Anna, Francisco José d’Alvarenga e Francisco José da Silva.⁸⁸ Sobre a criação da Sociedade Defensora de São João del-Rei, o periódico *Astro de Minas* assim noticiou:

S. João, d’El Rei 03 de outubro de 1831

Domingo se reuniram nas casas da Câmara Municipal desta Vila os Cidadãos que voluntariamente se haviam oferecido em N. de 61, para formarem uma Sociedade com o título de Sociedade Defensora da Liberdade e Independência. O Sr. Francisco Antônio da Costa recitou um Patriótico Discurso análogo ao objeto, e lendo os Estatutos, pelos quais se deveria reger a Sociedade, foram estes unanimemente aceitos. Passou-se à formação da Mesa, e foram nomeados por aclamação, para Presidente o Sr. Dr. Antônio Joaquim Fortes, para 1º Secretário o Sr. Mariano Carlos de Souza Correa, e para 2º o Sr. Francisco Joaquim de Araújo, os quais ocuparam imediatamente os seus lugares e passaram à apuração das listas, para formação do Conselho da Sociedade. [...]⁸⁹

O discurso do Reverendo Francisco Antônio da Costa era inflamado exaltando que os “cidadãos compatriotas”⁹⁰ estavam reunidos para uma “justa e louvável”⁹¹ tarefa de estabelecer uma Sociedade que defenderia a liberdade e a independência nacional e que seria necessário provar qual a utilidade de tal empreitada, porque o homem não nasceu para viver isolado e que a felicidade do mesmo deveria provir da “reunião em sociedade”⁹², pois a falta de amigos poderá embotar seus pensamentos podendo ser continuamente “presa de suas paixões e de sua ignorância”⁹³. Continua em seu discurso ressaltando a questão de que a ideias devem ser sempre analisadas por dois lados senão poderiam se tornar inexatas e que tentariam redobrar forças para alcançar a felicidade, assim os obstáculos seriam vencidos

sem que, cedendo cada um de sua liberdade natural a parte que foi indispensável, contrate com os entes seus semelhantes, defender-se mutuamente dos inimigos de sua verdadeira felicidade, reunindo-se para este fim às Sociedades, em que a por fim concorra cada um com o seu contingente; para, com a união, símbolo da força, conseguirem-se as

⁸⁸ *Astro de Minas*. São João del-Rei. N. 602 de 04.10.1831.

⁸⁹ *Astro de Minas* nº 602 de 04/10/1831.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ *Idem*.

⁹² *Idem*.

⁹³ *Idem*.

vantagens, que só podem resultar da combinação de princípios aperfeiçoados pelo público e repetido debate.⁹⁴

Ou seja, todo o seu discurso gira em torno de ressaltar a importância da união para alcançar um mesmo objetivo e as Sociedades seriam o caminho para persuadir “as demais povoações do Termo, e ainda mesmo exceder”⁹⁵, o que de fato ocorreu devido ao quadro societário, que será apresentado posteriormente, diversificado em sua composição com indivíduos de diferentes partes da Comarca. Mencionou também que o Estatuto foi aproveitado da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, mas com algumas alterações para se adequar ao “nosso local” e que naquele momento deveria merecer a atenção dos demais e se não contemplassem tudo o que almejavam ainda assim poderia satisfazer em grande parte e caberia ao conselho as medidas mais acertadas. O Reverendo Francisco Antônio da Costa foi atuante na Vila de São João del-Rei e seu discurso é coerente com as causas defendidas pelos moderados.

Toda a movimentação da Sociedade Defensora era divulgada através do jornal *O Astro de Minas*, criado por Baptista Caetano de Almeida “o mais atuante iluminista de São João del-Rei”⁹⁶. O *Astro* era um periódico Liberal Moderado e as atas das reuniões eram publicadas na íntegra. No editorial do dia 08 de outubro de 1831⁹⁷ seguia-se a transcrição dos estatutos da Sociedade Defensora revelando seu intento de sustentar por todos os meios legais a Liberdade e Independência Nacional e auxiliando a ação das autoridades públicas sempre que se fizesse necessário para o bem da ordem e tranquilidade pública.

Como se pode notar, o objetivo da Defensora de São João del-Rei, era definido no artigo 2º de seus estatutos: “auxiliar as autoridades na manutenção da ordem e da tranquilidade pública, necessidade nos primeiros anos das Regências. Ficava claro que a Sociedade procuraria corresponder-se com outras sociedades da mesma natureza em qualquer parte da Província ou fora dela ou também com quaisquer outras pessoas que

⁹⁴ *Astro de Minas* nº 602 de 04/10/1831.

⁹⁵ *Idem*.

⁹⁶ AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. Monografia de especialização. São João del-Rei: 2003. p. 9, 21.

⁹⁷ *Astro de Minas*, São João del-Rei. N.604 de 08/10/1831.

pudessem informá-la”. A composição dos sócios seria de número ilimitado, através das relações de nomes encontrados no jornal *O Astro de Minas* até 1833 e do livro de conta corrente da Defensora, contabilizou-se um total de duzentos e noventa e um sócios, sendo que quarenta e um eram mulheres⁹⁸. Cabe ressaltar que a origem dos sócios era representativa de toda a antiga Comarca do Rio das Mortes. A Sociedade Defensora não era apenas de São João del-Rei, mas sim uma associação regional.

Seu conselho, formado de doze membros representava a sociedade por um espaço de doze meses, e decorrido esse prazo, novas eleições eram convocadas. Em seguida, o Estatuto detalhava sobre as funções do conselho, convocação das sessões ordinárias e extraordinárias, o valor das cotas mensais dos sócios e as condições para ser aceito como membro. Era preciso ser cidadão brasileiro, estar no exercício dos seus direitos, não ter se mostrado inimigo da liberdade e independência nacional, pois o sócio que se declarasse inimigo da liberdade, perturbasse o sossego público, estivesse envolvido em ajuntamentos ilícitos, incitasse para alterar a ordem, caluniasse, era expulso da sociedade e incorreria em um ato criminoso pelo estatuto. No artigo 21 era mencionado um quadro onde seriam lançados os nomes dos membros que fossem expulsos com ou sem declaração de culpa e o membro expulso não poderia tornar a pertencer à sociedade, assim como qualquer sócio poderia livremente se desligar sendo necessário uma comunicação prévia ao presidente declarando o motivo. Merece destaque a menção à admissão de sócias:

Art. 3 - Considerar-se-ão sócias honorárias as Senhoras, que se oferecerem a prestar qualquer auxílio à Sociedade. A sua entrada, e quota mensal, será igual a dos sócios.

Art. 4 – A sua admissão será feita com as mesmas formalidades, com que se procede a dos sócios, remetendo-lhes o secretário o seu diploma. São João del-Rei 2 de outubro de 1831⁹⁹.

Muito certamente os propósitos da Sociedade Defensora de São João del-Rei eram similares às suas congêneres, mas com algumas diferenças. No estatuto da Sociedade

⁹⁸ Série 38 – Conta Corrente - Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional – Soc. 203 – Caixa Amarela rolo 62 (Biblioteca do Campus Dom Bom Bosco – Universidade Federal de São João del-Rei BCDB-UFSJ). O cálculo engloba todos aqueles que em algum momento fizeram parte da associação.

⁹⁹ *Astro de Minas*, São João del-Rei. N.604 de 08/10/1831.

Defensora da Corte havia uma cláusula que incorporava uma emenda proposta pelo conselheiro Domingos Lopes da Silva Araújo franqueando às “senhoras” o ingresso na associação, “mas não se tem notícia da entrada de pessoas do sexo feminino na sociedade.”¹⁰⁰ O fato de admitir sócias estava também no estatuto da Defensora de Mangaratiba do Rio de Janeiro em seu “Art. XIX: [...] As Senhoras também são admitidas para a Sociedade”¹⁰¹.

Até o momento não foi identificado nenhum estudo historiográfico que apresente uma relação que conste o nome de sócias. Depois de analisar cinquenta números de jornais da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de Valença, em *O Valenciano*, no período de 26 de maio de 1832 a 20 de setembro de 1833¹⁰² também não encontrei nenhum registro de uma única senhora como sócia, ao contrário de sua congênera mineira em São João del-Rei. Nas correspondências recebidas pela presidência da Província há o Estatuto da Sociedade Pacificadora Defensora Da Liberdade e Constituição da Vila de Sabará, os sócios eram todos homens¹⁰³.

O movimento associativo mineiro, portanto, envolveu um grande grupo de indivíduos, em sua maioria homens, sujeitos envolvidos com a fundação das associações e como participantes do serviço de instrução atuando como professor, redator de periódico, vereador, deputado. Para melhor contextualizar a discussão, se faz necessário uma reflexão teórica sobre o patriarcalismo, sua permanência nas Minas Gerais e como as mulheres reproduzem essas relações na política da década de 1830, muito bem fundamentada por Sílvia Brügger¹⁰⁴.

O termo patriarcalismo encontra-se diretamente relacionado ao domínio masculino sobre a família se manifestando sobre o espaço doméstico e não necessariamente se

¹⁰⁰ BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. Op. Cit., 2004. p.86

¹⁰¹ Estatuto da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de Mangaratiba, Rio de Janeiro, 1834. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242458> Acesso em 31.07.2019.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Arquivo Público Mineiro. Correspondências recebidas pela Presidência da Província Caixa 1/7 - Sociedade Pacificadora Defensora Da Liberdade e Constituição da Vila de Sabará.

¹⁰⁴ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. p.47-63.

restringindo ao parentesco englobando inclusive agregados. O conceito amplamente difundido por Gilberto Freyre que diz que “a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil[...] a força social que se desdobra em política”¹⁰⁵. Por algum tempo a caracterização da sociedade patriarcal foi um consenso na historiografia até ser questionada por Mariza Corrêa que se posiciona sobre este ter sido um modelo ideal dominante sobre várias alternativas que foram propostas, mas pesquisas de natureza demográfica apontaram que em unidades domésticas menores, em algumas regiões, havia lares chefiados por mulheres. Ou seja, a caracterização apontada por Freyre e a crítica formulada por Mariza Corrêa, “apontam a existência de uma sociedade na qual os valores patriarcais são os dominantes, embora não sejam únicos”¹⁰⁶. Gilberto Freyre “narra casos em que mulheres assumiam o comando familiar, portanto o que estava em questão não era necessariamente o sexo do chefe familiar, mas sim a representação do poder da família”. Segundo Sílvia Brügger, “as mulheres, por sua vez, procuravam demonstrar as condições de esposas zelosas e não raro se mostravam subservientes aos desejos dos maridos, acatando as suas vontades”. Mas, nas entrelinhas, pode-se perceber uma postura ativa e questionadora desta submissão, embora respeitando as vontades de seus esposos, não eram obrigadas a se subordinar inteiramente a elas, pois eram esposas, não escravas¹⁰⁷.

Naquele momento, parece-me que as mulheres reproduzem o espírito patriarcal quando chefiam os fogos e administram as propriedades herdadas após o falecimento dos maridos, evidentemente as mulheres que pertencem à elite escravista e cabe discutir e perguntar qual o lugar e o papel dessas mulheres na Defensora. Tinham alguma função além de serem meras sócias? O que faziam nas Defensoras? Porque há menção às mulheres na Defensora de São João del-Rei e não há referências da participação delas em outras localidades.

¹⁰⁵ Apud BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Op.Cit., 2007. p. 47

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem, ibidem, p. 47 a 63.

Maria Magdalena Felizarda de Mello, da vila de Tamanduá era sócia da Defensora de São João del-Rei. Vale destacar que ela era uma leitora do *Mentor das Brasileiras*, um periódico redigido pelo Professor de latim José Alcebíades Carneiro, também sócio. Em uma das cartas que eram enviadas ao periódico, em um caso de ruptura com o anonimato, escreve:

Como graças às liberais instituições que nos regem e aos esforços sobremaneira patrióticos da sua bem redigida folha, já não somos consideradas zero na Sociedade; e preminente seja a sem razão de alguns homens austeros, que impondo-nos deveres e exigindo-nos virtudes, pretenderam vedar-nos toda espécie de glória e fazer-nos até um crime d'aspirar a honra, se bem que cercada de afazeres domésticos à meu cargo, resolvida estou a economizar o tempo e dele consagrar uma parte para à leitura do Mento; portanto rogo-lhe, contando-me desde já no número de suas assinaturas, me remeta pelo primeiro correio...¹⁰⁸

O *Mentor das Brasileiras* esteve vinculado à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da vila de São João del-Rei sendo um instrumento para a divulgação e execução de projetos educativos “ainda que recomendasse a lida feminina no âmbito doméstico, como esposa e mãe, pregava o ingresso das meninas em escolas públicas”.¹⁰⁹ Uma escola pública incipiente num mundo em que as meninas da elite tinham como opções o internato ou enclausuradas na família sob dominação masculina, o periódico iniciou uma pequena ação na esfera pública. Considerando que o espírito feminino era tão apto quanto o masculino, o periódico divulgava os esforços de professoras como Policena Tertuliana de Oliveira, sócia da Defensora sanjoanense, acerca dos exames públicos e dos avanços de suas alunas. Portanto, Wlamir Silva observa que a pedagogia do *Mentor das Brasileiras* estava dentro da tradição liberal-moderada. Para ele,

a interação entre o *Mentor das Brasileiras* e as suas leitoras é uma fresta que permite entrever algumas possibilidades e potencialidades da sociedade civil brasileira das primeiras décadas do século XIX. A prática do *Mentor* mostra que a sociedade não era amorfa e que as ações de uma elite política com capacidade organizativa, de ‘representantes políticos e literários’, influenciava e interpretava segmentos socialmente integrados à sociedade de abastecimento mineira. Construía-se uma opinião pública, na relação entre a

¹⁰⁸ O *Mentor das Brasileiras*. 27/01/1830 – Correspondência recebida - Apud SILVA, Wlamir. *Amáveis Patrícias: O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal na Província de Minas Gerais (1829-1832)*. In: revista Brasileira de História, São Paulo, v.28, n° 55, p. 118.

¹⁰⁹ SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009. p.121.

sociedade civil e a sociedade política, numa ‘relação pedagógica’ que não era resultado imediato de quaisquer estruturas, econômicas ou mentais”.¹¹⁰

Wlamir Silva chama a atenção para a posição do jornal em relação à identidade e ao lugar da mulher na sociedade oitocentista, destacando que “se a identidade feminina liberal foi proposta pelo *Mentor* não o foi sem a interação com o seu público leitor, a disputa simbólica em torno da identidade da mulher representa a possibilidade de se vislumbrar um espaço público feminino, um modelo atemporal de emancipação feminina”.¹¹¹

As associações tinham como objetivo influenciar a opinião pública e a questão da educação seria uma das preocupações da Defensora, como aponta Marcilaine:

O período investigado caracterizou-se por intensos debates ante a necessidade de escolarizar a população pobre, organizar a instrução pública, relacionadas à construção do Estado Nacional e formas de garantir a ordem, assim como civilizar o povo brasileiro. Esse engajamento no processo de escolarização e o fato de serem membros da Sociedade Defensora, produziu na educação uma estratégia das associações como lugar específico para as sociabilidades formais. Os trabalhos que versam sobre as sociabilidades formais, destaca-se a configuração de uma esfera pública de poder e de uma opinião pública.¹¹²

Portanto, as “organizações que têm uma direção e são visíveis e em nome dos interesses que invocam exercem pressão sobre a opinião e os poderes públicos”.¹¹³ O papel da pedagogia e da imprensa foram fundamentais para construção da opinião pública proporcionando um espaço de atuação para essas mulheres que abraçaram o magistério.

Portanto, como afirma Marcilaine Inácio,

as associações mineiras, comportaram a dimensão política, cultural e pedagógica, tendo nas instituições escolares seu espaço de realização por meio do ensino e da aprendizagem no âmbito escolar constatando um caráter multidimensional das sociedades mineiras e podendo se afirmar que as

¹¹⁰ Idem. p. 122-125.

¹¹¹ SILVA, Wlamir. Op. cit., 2008. p. 126

¹¹² INÁCIO, Marcilaine Soares. Op. Cit., 2010. p. 12

¹¹³ RIOUX, Jean-Pierre. Associação em política. In: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003. p. 103

funções pedagógicas e beneficentes se justapõem no âmbito das motivações políticas¹¹⁴.

A análise das práticas políticas desenvolvidas pela Sociedade Defensora em toda a sua trajetória implica na identificação de possíveis inimigos públicos que segundo a concepção de seus fundadores, poderiam ameaçar a estabilidade social e política do império. A elite política poderia “ter o poder nas mãos! e “construir um Estado em novas bases”, mas teria que ficar atenta às pretensões dos grupos restauradores, às camadas sociais menos favorecidas e os escravos que eram identificados como propensos à anarquia. O ano de 1831 representava uma situação nova para essa elite política que não pretendia perder suas posições nas câmaras e assembleias. Era um momento de construção e as disputas pautadas em um “reformismo ilustrado”, giravam em torno de uma ordem social a ser constituída e qualquer movimento que contrariasse a ordem estabelecida, naquele momento seria categorizado como anarquista.¹¹⁵

No dia 25 de fevereiro de 1832 a Defensora sanjoanense enviou correspondência ao Presidente da Província após deliberação em uma sessão extraordinária no dia 23 de fevereiro de 1832.

Constando ao Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de São João del-Rei que na Corte do Rio de Janeiro uma facção desorganizadora trama a demissão ilegal de alguns membros da excelentíssima regência, e do ministério para substituí-los pelos chefes e promotores da mesma, auxiliados por um sexto de tropa mercenária, e por um punhado de descontentes, e prevaricadores a quem por maneira alguma agradam as reformas da pública administração em vantagem da maioria da Nação, não duvidando para semelhante fim transformar a boa ordem, dividir, e dilacerar o grande Estado do Império Brasileiro, e convencido este conselho de que a todo cidadão patriota e honrado cumpre em conjuntura tão melindrosa sacrificar não só a fortuna, como a vida para não deixar calcar a Constituição, e a Lei, única garantia de um governo verdadeiramente livre, resolveu em sessão ordinária de 19 do corrente mês levar ao conhecimento do excelentíssimo presidente em conselho que esta sociedade está disposta a resistir a toda ordem ilegal, que não partir dos poderes delegados da nação, ou que for contrária a constituição, e aos meios

¹¹⁴ INÁCIO, Marcilaine Soares. Op. Cit., 2010. p. 146.

¹¹⁵ Para aprofundar sobre o contexto e os movimentos que contrariavam a ordem estabelecida o trabalho de RESENDE, Edna Maria. Op. Cit., 2008. pág. 224.

que esta marca para qualquer reforma escudada com o §1º ao Art. 179, e para que esta sua deliberação se torne realmente proveitosa, resolveu mais comunicar-se neste mesmo sentido com as Sociedades Defensoras Filantrópicas, e sócios correspondentes de Minas, a fim de que caso se verifique o triunfo anárquico, e faccioso na Corte, ligadas, e submetidas ao governo legal da Província promovam da sua parte a separação do Rio de Janeiro até que se estabeleça a ordem legal, e para que isto se consiga esta sociedade declara que ela espontaneamente oferece todos os seus fundos ainda que diminutos podendo todavia o Governo Provincial lançar mão deles se assim julgar mister no caso de vigência.

Deus guarde ao excelentíssimo Presidente em Conselho, como é mister para a felicidade da Província Mineira.

São João del-Rei em sessão extraordinária de 23 de fevereiro de 1832

Presidente
Francisco Antônio da Costa
2º secretário
Francisco José de Sales
José Coelho Mendes
Martiniano Severo de Barros
Antônio Fernandes Moreira
José Joaquim de Santana
José Lameda de Oliveira
José Teixeira Coelho
1º secretário
Francisco José de Alvarenga¹¹⁶

Em 25 de fevereiro de 1832 a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional – Arraial de Lavras - enviou correspondência com termos parecidos ao da de São João del-Rei referindo-se às desordens que estavam ocorrendo na Corte. Oferece a mesma ajuda que a de São João del-Rei. Em 10 de março de 1832 a Sociedade Pacificadora Filantrópica e Defensora da Liberdade e Constituição – Sabará – também enviou correspondência referindo-se à anarquia na Corte e enfatizando e renovando seus votos de tudo sacrificar se necessário for, para manter em todo o seu brilho e pureza o império da lei. Em 11 de março de 1832 – A Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da Vila de Campanha escreveu que concorreria com todas as com as outras sociedades defensoras para os mesmos esforços. Em 23 de março de 1832 a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Arraial de São José Dores de Alfenas. Em 29 de

¹¹⁶ APM SP PP 1/7 – CX 1 - Correspondências recebidas pela Presidência da Província

março de 1832 a Sociedade Patriótica de Mariana – escreveu que estava firme em sustentar com todos os esforços físicos e morais a constituição jurada em 25 de março de 1826 e a sociedade espera que vossa excelência lance mão de todos os meios ao seu alcance para suplantar o monstro que ameaça e é inimigo do Brasil, pois Dom Pedro II foi escolhido pela nação. Essas correspondências retratam a preocupação das Sociedades Defensoras com os acontecimentos políticos em curso na Corte, que culminaram no Golpe de Estado de 1832, assim descrito por Lúcia Guimarães descreveu:

No dia 30 de julho foi desfechado o que ficou conhecido como “Golpe de Estado de 1832”, também conhecido como “O golpe dos Três Padres”, já que seus principais articuladores foram os padres Antônio de Feijó, José Martiniano de Alencar e José Bento Ferreira de Mello, fundador da filial da Sociedade Defensora em sua cidade natal, Pouso Alegre – MG. O Golpe foi tramado na Chácara das Floresta, residência do defensor e deputado padre José Custódio Dias com a intenção de substituir a Carta de 1824 pela Constituição de Pouso Alegre.¹¹⁷

A Sociedade Promotora de Ouro Preto tomou conhecimento, parece que por meio de uma correspondência da Defensora do Rio. Os efeitos do golpe ficaram reduzidos à queda de Feijó e de seu ministério. De acordo com Lúcia Guimarães:

Com o malogro do golpe, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados fizeram o que ficou conhecido como transação em que cada uma das partes cedeu um pouco. Entre 17 e 28 de setembro, a Câmara e o Senado fizeram seções conjuntas para definir as bases para a reforma da Constituição. Diante disso, a Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, transformou-se numa máquina de arregimentar votos. Os liberais moderados esperavam contar com um grande trunfo eleitoral, utilizando as engrenagens da Defensora do Rio¹¹⁸.

As Defensoras estavam afinadas para promover a eleição de deputados liberais moderados que viabilizassem a reforma da Constituição de 1834. *O Exaltado* em sua edição de 18 de fevereiro de 1833, divulgou uma lista de candidatos moderados destinados à província de Minas Gerais, nomes ligados a outras agremiações mineiras¹¹⁹

¹¹⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit., 1990. p. 122.

¹¹⁸ Idem, pág. 130.

¹¹⁹ Idem, 132. e INÁCIO, Marcilaine Soares. Op. Cit., 2010. p. 69-70.

1. Antônio Paulino Limpo de Abreu (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro)
2. Antônio Pereira Ribeiro
3. Antônio Pinto Chichorro da Gama
4. Antônio Ribeiro Bhering (Sociedade Patriótica Marianense)
5. Baptista Caetano de Almeida (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro)
6. Bernardo Belisário Soares de Souza
7. Bernardo Pereira de Vasconcelos (Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto)
8. Evaristo Ferreira da Veiga (Sociedade Promotora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro)
9. Francisco de Paula Cerqueira Leite
10. Gabriel Francisco Junqueira (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del-Rei)
11. Gabriel Mendes dos Santos
12. João Dias Quadros Aranha
13. José Alcebíades Carneiro (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del-Rei)
14. José Bento Ferreira Leite de Mello (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de Pouso Alegre e do Rio de Janeiro)
15. José Custódio Dias
16. José Pedro de Carvalho (Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto)
17. Manoel Gomes da Fonseca
18. Manoel Ignácio de Mello e Souza (Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto)
19. Mariano Carlos de Souza Correa
20. Theophilo Benedicto Ottoni (Sociedade Promotora do Bem Público – extinta)

Apenas três nomes não foram eleitos: Antônio Pereira Ribeiro, Mariano Carlos de Souza Correa e Theophilo Benedicto Ottoni¹²⁰

Conforme destaca Marcilaine Inácio,

confirmando a hipótese de Lúcia Guimarães de que os liberais moderados esperavam contar com grande trunfo eleitoral, utilizando as engrenagens da Defensora do Rio e suas filiais. Depois disso, segundo Guimarães, as sequelas provocadas pelo fracasso do Golpe de 1832, que aparentemente haviam desaparecido, voltaram à tona no decorrer de 1834, por causa da reforma da Constituição. Na desagregação dos moderados, a Sociedade Defensora da Liberdade e

¹²⁰ REVISTA DO APM, p. 30-31, 1896 – Apud INÁCIO, Marcilaine Soares. *Op. Cit.*, 2010. p. 70.

Independência Nacional começaria a ver declinar seu prestígio na Corte. A despeito disso, ainda reuniria força e influência com as filiais do interior para assegurar a vitória de padre Feijó nas eleições para regente único em abril de 1835. A Sociedade Defensora do Rio foi extinta em meados do mesmo ano e extinta a matriz suas sucursais também sucumbem.¹²¹

Podemos dizer que o movimento associativo mineiro adquiriu características próprias com projetos que comportavam uma dimensão política pelos grupos que disputavam o poder por meio da difusão da política liberal. O funcionamento das associações e as dinâmicas do Estado não se restringiam à elaboração do estatuto pelos sócios, havendo coincidências entre os elementos básicos em que se apoiava o funcionamento do Estado e da associação. As atas das reuniões têm o mesmo formato das reuniões do Conselho Geral da Província, data da sessão e o nome de quem a presidiu. Era comum a formação de comissões para tratar de determinados assuntos considerados polêmicos ou muito importantes. Entre os membros havia políticos experimentados assim como outros que até se engajarem no movimento associativo não haviam ocupado nenhum cargo do Legislativo ou do Executivo. O espaço da associação foi também importante no aprendizado político e de experiência para as dinâmicas de funcionamento do Estado, alcançado por todos os políticos letrados que foram membros das associações na década de 1830.

A formação do Estado brasileiro passava, pela necessidade de se criar no país uma identidade nacional e durante o Período regencial houve um esforço no sentido de criar essa identidade. No próximo capítulo procurarei investigar a trajetória dos sujeitos envolvidos no movimento associativo da Defensora de São João del-Rei que será analisada mais detalhadamente.

¹²¹ INÁCIO, Marcilaine Soares, Op. Cit., 2010. p.71

Capítulo 2

Sócios da Defensora: trajetória de alguns membros.

Em junho de 1831, o periódico *Astro de Minas* publicou que havia recebido notícias “aprazíveis” da Corte, onde já haviam cessado “as desordens que frequentemente apareciam pelas ruas da Cidade”¹²². Informou ainda que aqueles que causaram os motins haviam se retirado porque os seus planos abortaram com as providências tomadas pela “Assembleia Geral, e o governo para o estabelecimento do sossego público; muito concorreu também a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade ereta na Corte”, cujos membros se ofereceram para ajudar nas rondas da noite. E continua:

Daqui se pode concluir, que os anarquistas do Rio de Janeiro não eram gente que gozasse de alguma consideração, e nem as desordens por eles maquinadas devem manchar a glória conseguida tão denodadamente pelo povo fluminense, cujo maior número é certamente composto de gente que sabe respeitar as Leis, e as ordens emanadas das Autoridades legitimamente constituídas. Graças a propagação das luzes! Sem ela não alcançaríamos tão depressa ver estabelecida a tranquilidade, a qual quando se agita no meio de um povo cego, e ignorante mui dificultosamente se torna conseguir.¹²³

Essa seria a forma de atuação da Defensora que será mais detalhada no capítulo 3. O objetivo central deste capítulo consiste na análise da trajetória dos indivíduos que se tornaram sócios da Sociedade Defensora de São João del-Rei concentrando o foco naqueles que mais se destacaram no cenário político e cotidiano tanto da Província de Minas Gerais quanto da cidade de São João del-Rei no período de 1831-1835¹²⁴. Será apresentado um pequeno perfil

¹²² *Astro de Minas* n° 561 de 30.06.1831.

¹²³ *Idem*.

¹²⁴ A escolha dos nomes relatados nesse capítulo foi feita por critério subjetivo com o intuito de comprovar a heterogeneidade da composição do quadro societário demonstrando que essa elite era regional e não só de São João del-Rei.

de cada um deles e, em seguida as formas e as redes de sociabilidades dos membros do grupo, analisando o modo como contribuíram para formulações de diagnósticos e de projetos individuais e coletivos delineados no espaço da Defensora. A hipótese levantada é de que o engajamento deste pequeno grupo tenha sido resultante de encontros que tiveram lugar em outros espaços políticos e de sociabilidade tais como as câmaras municipais, as assembleias provinciais, os jornais, tendo relação com as ideologias constituídas ao longo de convivências das mais diversas.

Quem foram esses homens e mulheres? A pesquisa foi orientada no sentido de acompanhar os vários espaços percorridos pelos sujeitos escolhidos, assim como as relações sociais das quais participaram. O estudo prosopográfico foi o eixo norteador para a elaboração do capítulo. Esta metodologia começou o seu caminho associado à investigação da história política passando a ser utilizada pela história social, dada a sua adequabilidade para o estudo de processos como os que suportam a mobilidade social. Podemos dizer que a prosopografia é a investigação das características de um grupo de indivíduos com um contexto de proveniência/vínculo comum, de modo a realizar o estudo coletivo das vidas/biografias.¹²⁵ A realização de uma prosopografia nos moldes convencionais diante dos objetivos da pesquisa não foi feita a partir de uma exaustiva coleta de dados, mas sim para responder às questões elementares sobre esses sujeitos e demonstrar a heterogeneidade na composição da Sociedade Defensora de São João del-Rei.

Diante da dificuldade de obter informações sobre a maior parte dos sócios, foram escolhidos alguns nomes para exemplificar o quadro dos integrantes da Sociedade Defensora. Os critérios utilizados para definir a seleção dos membros da Defensora que terão suas trajetórias destacadas passaram por aqueles que estiveram envolvidos com a expansão do serviço de instrução, como professores, redatores, vereadores, conselheiros, deputado provincial e ou imperial, na atuação política. Desse modo cheguei aos seguintes nomes:¹²⁶

¹²⁵ REVEL, Jacques. (Org). *Jogos de escalas: a experiências da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 1998. p. 20. O historiador Revel aponta a prosopografia como um dos métodos mais utilizados no micro história social. Pesquisadores como Heinz (2006), dentre outros, que recorreram à prosopografia para realizar suas investigações, destacam o valor positivo de se combinar o enfoque micro histórico e a prosopografia.

¹²⁶ A relação dos sócios está relacionada no Anexo I.

Antônio de Sá Fortes, Antônio Marques da Silva Pereira, Carlos de Sá Fortes, Feliciano Coelho Duarte, Francisco Antônio da Costa, Francisco de Paula d’Almeida Magalhães, Gabriel Francisco Junqueira, José Alcebíades Carneiro, José Joaquim Ferreira Armonde, José Joaquim de Santa Anna, José Lameda d’Oliveira, Luiz Alves de Magalhães, Marcelino José Ferreira, Martiniano Severo de Barros e Policena Tertuliana d’Oliveira.¹²⁷

1 – Prosopografia, micro-história e elites.

A escolha do individual não é considerada contraditória com a do social, do destino do homem, de uma comunidade, de uma obra. Forma uma complexa rede de relações, de multiplicidade de espaços e dos tempos nos quais se inscreve, “portanto, a micro história usada em pequena escala, torna possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas”¹²⁸. Estudos concentrados em regiões, em pequenas escalas podem ser analisados como um caso para generalização e postos como estratégias para conhecimentos da História. Como afirma Revel “a mudança da escala de análise é essencial para a definição do micro história”¹²⁹ enquanto um procedimento historiográfico. Questões teóricas que ajudam a pensar o objeto historiográfico passa pela discussão de conceitos chaves que serão fundamentais para aprofundar a análise.

Sigo aqui a perspectiva de Marcilaine Soares e assim como a autora, não tenho a pretensão de atender a amplas demandas teórico-metodológicas, mas demonstrar e fundamentar o potencial da abordagem prosopográfica e do micro história para a compreensão do intenso engajamento de um pequeno grupo no movimento associativo da Sociedade Defensora na província de Minas Gerais, particularmente na vila de São João del-Rei. Durante a pesquisa foi se configurando a necessidade de acompanhar a trajetória dos indivíduos envolvidos na tentativa de compreender o papel cultural e político que desempenharam, surgindo a necessidade de aproximar das experiências individuais dos

¹²⁷ Dos 16 nomes, 7 identifiquei como de Barbacena, o que mostra como essa elite local/regional se relacionava e como tinha relações muito estreitas.

¹²⁸ Conforme evidencia Jacques Revel em sua introdução ao livro de Giovanni Levi, LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.17.

¹²⁹ REVEL, Jacques. Op. Cit., 1998. p. 20.

sujeitos, mas sempre com atenção voltada para as suas relações com outros indivíduos e a sociedade na qual estavam inseridos. Por outro lado, para o estudo das elites, o método prosopográfico tem sido bastante utilizado e tem se revelado bastante útil para o estudo das características comuns de determinados grupos e das biografias coletivas. A redução e a variação de escalas também consistem numa chave metodológica para perscrutar a complexidade do social a partir do enfoque em universo de análise ao mesmo tempo reduzidos e abundantes em informações sociais. Combinadas com a prosopografia, permitem “a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas”¹³⁰. O historiador Jacques Revel aponta a prosopografia como um dos métodos mais utilizados no micro história social¹³¹ e Heinz recorreu à prosopografia para realizar suas investigações, destacando o valor positivo de se combinar ambos¹³².

O recurso à microanálise pode ser compreendido como um distanciamento de uma história social que desde sua origem se inscreveu num espaço macro. Portanto a mudança da escala de análise é fundamental para a definição da micro-história, pois a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento e pode ser colocada a serviço de estratégias de conhecimento e Revel afirma que convém refletir sobre os efeitos de conhecimento associados

Permitiria construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com, ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve.¹³³

A micro-história não deixa escapar aquilo que diz respeito aos comportamentos e à experiência social, significando que o real pode ser enriquecido levando em consideração

¹³⁰ HEINZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.20.

¹³¹ REVEL, Jacques. Op. Cit., 1998. p. 21.

¹³² HEINZ, Flávio M. Op. Cit., 2006. p. 20.

¹³³ REVEL, Jacques. Op. Cit., 1998. p. 21

diversos aspectos da experiência social e diante disso a prosopografia merece destaque como uma técnica eficaz.

A apropriação da noção de elite pelos historiadores permitiria assim dar conta através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social. Tal procedimento não difere fundamentalmente daqueles de outras ciências sociais contemporâneas: trata-se de compreender, através da análise mais “fina” dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivo com o conjunto ou com setores da sociedade. O enfoque metodológico preferencial desta abordagem, que recolocou as elites novamente no centro do interesse da comunidade de historiadores, é o da prosopografia ou das biografias coletivas¹³⁴.

O historiador brasileiro Heinz assim define a prosopografia:

A prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada como um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, de seleção e reprodução social que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos.¹³⁵

A prosopografia é definida por Heinz como um método ao qual se pode recorrer na realização da pesquisa histórica para identificar características comuns aos membros de um grupo, permitindo a elaboração de um perfil coletivo dos sujeitos que o compõem. Portanto, sua realização consiste em definir o universo a ser pesquisado e as questões com base nas quais serão coletadas as informações. Essas questões são fundamentais para informar o modo de como será trabalhado o método prosopográfico neste trabalho. O conjunto de questões permite interrogar a trajetória dos sujeitos que compõem o grupo selecionado para o estudo.

2. Trajetórias individuais¹³⁶

¹³⁴ HEINZ, Flávio. Op. Cit., 2006. p. 8.

¹³⁵ Idem. p. 9.

¹³⁶ As escolhas desses indivíduos foram baseadas na atuação política e importância social de seus membros e demonstrar que eram pessoas da região da Comarca do Rio das Mortes e não só de São João del-Rei.

Reconstruir a biografia de sócios que não se destacaram é complicado quando não se tem acesso às fontes tornando-se a alternativa possível, trabalhar com amostragem para exemplificar o perfil dos sócios, utilizando fontes secundárias, ficando uma lacuna nesse quesito. Mas, a amostragem, mesmo que limitada, a partir do período analisado, permitiu perceber a atuação da elite política nestes debates e engajamentos políticos da época e de como as associações se vinculavam à imprensa. Foi constatado o perfil heterogêneo dos sócios que tanto pertenciam a famílias abastadas como pessoas de origem mais modesta, mas com um capital político e de inserção social evidenciando a participação política de vários setores da sociedade.

A partir dos fundamentos da abordagem micro histórica e da prosopografia, analisarei, brevemente, algumas trajetórias individuais dos seguintes membros da Sociedade Defensora de São João del-Rei, a saber: Antônio de Sá Fortes, Antônio Marques da Silva Pereira, Carlos de Sá Fortes, Feliciano Coelho Duarte, Francisco Antônio da Costa, Francisco de Paula d'Almeida Magalhães, Gabriel Francisco Junqueira, José Alcebíades Carneiro, José Joaquim Ferreira Armonde, José Joaquim de Santa Anna, José Lameda d'Oliveira, Luiz Alves de Magalhães, Marcelino José Ferreira, Martiniano Severo de Barros, Policena Tertuliana d'Oliveira¹³⁷.

Antônio de Sá Fortes, nasceu em 1799 na vila de Barbacena, filho do coronel das guardas da coroa Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, pertencente à família Sá Fortes. Essa família desenvolveu estratégias para o reforço do desenvolvimento político e econômico da região de Barbacena.

Manuel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, foi casado com dona Maria Leocádia da Silva e teve com ela, seis filhos: Rita Leocádia de Bustamante e Sá, Maria Luiza de Sá Fortes, Antônio de Sá Fortes, Carlos de Sá Fortes e Ignácia Rita Bustamante Nogueira. Esta última teve uma filha de nome também Ignácia Carolina Fortes Silva que se casou com o sargento mor José Francisco Junqueira, filho do grande fazendeiro/negociante João Francisco Junqueira e Maria Ignácia do Espírito Santo, proprietários escravistas do sul

¹³⁷ Os dados biográficos dos membros da Defensora selecionados foram coletados de fontes secundária, ou seja, de trabalhos historiográficos de vários autores que biografaram a partir de seus distintos objetos de pesquisa, que serão citados na medida em forem utilizados. Minha escolha por esses indivíduos foi motivada pelo fato de já terem sido mapeados anteriormente e as informações foram confirmadas pelos trabalhos selecionados.

de Minas residentes na Fazenda Favacho em Baependi. [...] O coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira faleceu em 1809, assassinado, deixando muitas terras, dinheiro e negócios em andamento a sua esposa e seus filhos. [...] Sua filha Maria Luiza de Sá Fortes se consagrou como uma grande fazendeira e senhora de escravos, envolvida em extensão de relações políticas, familiares, fundiárias e comerciais. [...] Essas relações creditícias eram subordinadas a uma forte relação socioeconômica intrafamiliar, na qual as negociações estavam direcionadas, para a manutenção e ampliação do poder econômico e político de sua família dentro e fora do Termo de Barbacena. [...] essas articulações entre membros de uma mesma família e com famílias equiparadas em fortuna e posição político social já se constituía uma forma consolidada de fechar o círculo do poder e da concentração de terras e riquezas sob a hegemonia das grandes famílias locais.¹³⁸

Possivelmente, ao tornar-se sócio da Defensora talvez como uma forma de manutenção e estreitamento do poder econômico e político de sua família.

Antônio Marques da Silva Pereira, major, grande proprietário do termo de Barbacena que tinha também empreendimento desvinculados do universo rural, embora desenvolvesse atividades agrárias, dedicava-se também ao negócio de fazenda seca, tinha uma casa comercial de secos e molhados em Barbacena. Encontrava-se entre os mais bem-sucedidos proprietários de Barbacena.¹³⁹

Onde se assentava a fortuna da classe senhorial barbacenense? A análise dos inventários permite tecer algumas considerações acerca das atividades econômicas da região. Pode-se, também, através deles, mapear o caminho da formação das grandes fortunas identificadas no termo de Barbacena. A primeira constatação que salta aos olhos e a predominância quase absoluta de proprietários rurais. Dos 88 grandes proprietários do termo de Barbacena, 79 (89,8%) eram fazendeiros. Dos 79 fazendeiros, apenas quatro tinham, também, empreendimentos desvinculados do universo rural. Antônio Marques da Silva Pereira e Jose Bento Costa e Azedias, embora desenvolvessem atividades agrárias, dedicavam-se, ainda, a seus negócios de fazenda seca. Mariano Procópio Ferreira Lage tinha fazenda, criava gado vacum e cavalari. No entanto, o quilate de seus empreendimentos não nos autoriza a identificá-lo como fazendeiro.¹⁴⁰

¹³⁸ CARVALHO, Sheldon Augusto Soares de. As perspectivas do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888). Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 270, 271. O pesquisador utilizou de documentação sob a tutela do Arquivo Histórico Municipal de Barbacena “Professor Altair Savassi” Inventário de Dona Maria Luiza de Sá Fortes. Caixa 79. Ord.08. 1888. 1SVC. Fl. 36. V.37.

¹³⁹ RESENDE, Edna Maria. Op. Cit., 2008. p. 120; 150-162; 320-328.

¹⁴⁰ Idem. p. 120.

Edna Resende aponta que nos oitocentos fazendeiros que se dedicavam somente a uma atividade econômica eram poucos, em geral desenvolviam atividades denominadas consorciadas, pois “em geral plantava-se milho, arroz, feijão e criavam-se galinhas, porcos, vacas e ovelhas. Vendia-se queijo, toucinho e couro. Muitos fazendeiros fabricavam açúcar e aguardente”. Pertence ao mundo rural vinculado ao mercado de abastecimento da Corte, sendo que o desempenho dessas atividades eram fundamentais para “garantir o ir e vir das tropas e os progressos dos negócios”.¹⁴¹

Carlos de Sá Fortes, coronel, do termo de Barbacena e um dos maiores potentados políticos e rurais da época, proprietário de cerca de 129 escravos e cinco fazendas. A habilidade em lidar com os escravos, os investimentos nos negócios de abastecimento, a diversificação de atividades, abriram caminho para o enriquecimento do coronel, que soube usufruir dessas oportunidades. Pertencia a uma das mais poderosas famílias componentes da organização política, social e econômica do Termo de Barbacena. Na região da Serra da Mantiqueira, encabeçada por um “poderoso senhorio rural” composto pelos proprietários Carlos de Sá Fortes, José Jorge de Sá Fortes que eram primos e outros membros que controlavam neste “Termo, além de Barbacena e as demais regiões da Mantiqueira como os distritos de Santa Rita da Ibitipoca, Ibertioga, grande parte dos complexos da região”. O coronel Carlos de Sá Fortes era um dos maiores potentados locais da segunda metade do século XIX.¹⁴²

Feliciano Coelho Duarte, comendador, natural da vila de Queluz e chegando à vila de Barbacena no início do século XIX onde estabeleceu e casou. Atuou como vereador na câmara da vila de Barbacena em 1833 e no ano de 1837 foi relacionado como juiz de paz do distrito da Borda do Campo. Filho de Maria Francisca da S. José e do Capitão José Coelho Duarte. Casou-se com Constança Emígdia Duarte Lima dando origem à família Lima Duarte. Constança Emígdia era filha do capitão José Rodrigues Lima que foi dotada com terras na sesmaria do Posto das Éguas. Constança e Francisca, irmãs, uniram-se a dois irmãos, Feliciano e Francisco Duarte. “A geração seguinte estabelecerá inúmeros casamentos

¹⁴¹ Idem. p. 120 e 124.

¹⁴² Idem p.143 e CARVALHO, Sheldon Augusto Soares de. Op. Cit., 2008. págs. 28; 66-67.

endogâmicos e estratégicos. Alguns membros assumirão papel destacado no cenário político do Império, especialmente na segunda metade do oitocentos”.¹⁴³ A importância do mercado matrimonial entre as famílias da elite era algo essencial. Quando não eram alianças endogâmicas, as exogâmicas eram fundamentais para aumentar as redes e prestígio das famílias poderosas.

Francisco Antônio da Costa¹⁴⁴, foi eleito vice-presidente da Sociedade Defensora em 03 de outubro de 1831. Nasceu em 1796, atuou ativamente em São João del-Rei, onde residiu. Tomou posse na Câmara Municipal em 1830 e foi nomeado como fiscal das Paróquias de São João del-Rei, São Gonçalo e Rio das Mortes, e nesta função deveria informar qualquer infração à lei e à Constituição e informar sobre o “mau tratamento, ou atos de crueldade praticados contra escravos”¹⁴⁵. Chegou a fiscalizar obras públicas como a construção de calçadas e da iluminação, assim como a boa aparência dos estabelecimentos comerciais. As suas designações quanto à fiscalização foram publicadas no periódico *Astro de Minas*. Antônio da Costa foi integrante da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional de São João Del Rei, sendo escolhido por votação como Vice Presidente da Sociedade no ano de 1831. Atuou em defesa das causas liberais pautado nos princípios liberais que os moderados defendiam como a monarquia constitucional que inibisse o despotismo do governante e em defesa do governo regencial, chegando a sugerir intervenção armada contra supostas intrigas e planos de sublevação planejadas na Corte.¹⁴⁶ Propôs a criação das cadeiras de Filosofia Racional e de Retórica na vila de São João del-Rei, após representação feita em 1831, com o fim de “a bem da propagação das luzes, meio mais óbvio de conseguir-se a perfectibilidade humana após, a verdadeira prosperidade geral”¹⁴⁷, sendo aclamado.

¹⁴³ RESENDE, Edna Maria. Op. Cit., 2008. p. 74; 95; 192-193; 229-240.

¹⁴⁴ LAZZARINI, Júlia Lopes Viana. O clero para além do sagrado: atuação política dos padres, Minas Gerais, 1833-1837. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei, 2020. Pág. 28-29.

¹⁴⁵ Idem, pág. 28

¹⁴⁶ *Astro de Minas*, 21 de fevereiro de 1832, nº 662

¹⁴⁷ ACMSJDR: “Atas das Sessões da Câmara” (ATA-SES 27, 1831-1835), “Representação do Vereador Francisco Antônio da Costa dirigida aos Concelheiros da Província”, na sessão de 06/10/1831, p. 28

Francisco de Paula d'Almeida Magalhães, entrou para associação em 04 de outubro de 1831, pertenceu a uma rica família de comerciantes de sucesso, descendente do casal Bento Pinto Magalhães e Maria do Rosário Acioli Albuquerque (neto), que foi um próspero senhor de terras e escravos. Nasceu em São João del-Rei no dia 25 de março de 1788 e faleceu em 1º de novembro 1848, na mesma localidade. Casado sucessivamente com suas duas primas, Ana Custódia Magalhães e Mariana Carolina Almeida Magalhães. Vereador e Presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei, ostentando a distinção Comendador, ocupando cargo de prestígio na sociedade sanjoanense, apadrinhando 41 crianças na primeira metade dos oitocentos. “Além de poder econômico, sua inserção na política talvez tenha sido facilitada pelas duas alianças matrimoniais com suas primas, netas maternas do Sargento-Mor José Leite Ribeiro e, portanto, parentes de diversos membros da nobreza no Império. Não parece ter sido à toa que Francisco de Paula tenha reiterado sua união àquele ramo de suas primas”, conferindo prestígio ao mesmo.¹⁴⁸ Sua esposa Maria Carolina (Almeida Magalhães) de Jesus se tornou sócia da Sociedade Defensora de São João del-Rei.

Gabriel Francisco Junqueira, tornou-se sócio no dia 22 de janeiro de 1832. Futuro barão de Alfenas, era o filho mais novo de João Francisco Junqueira, proprietário das fazendas do Favacho e Campo Alegre, consideradas o berço da família Junqueira.

Herdou de seu pai a fazenda Campo Alegre, dando continuidade à agricultura e à pecuária na região. Além de proprietário de terras, foi um líder político de destaque na comarca do Rio das Mortes, elegendendo-se deputado pela província de Minas Gerais, no parlamento nacional, por três legislaturas ao longo da década de 1830, e ainda liderou a coluna dos insurgentes na Revolta Liberal de 1842. Sua trajetória sociopolítica e econômica está intimamente ligada à história de sua família e do segmento social que representava.¹⁴⁹

Foi numa de suas ausências que seus escravos deram início à Revolta de Carrancas assassinando seu filho, que havia ficado responsável pela administração da fazenda. Segundo Marcos Andrade:

¹⁴⁸ Mais detalhes sobre a trajetória de Francisco de Paula d'Almeida Magalhães ver: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. p. 245-254.

¹⁴⁹ Mais detalhes sobre a trajetória do deputado liberal moderado Gabriel Francisco Junqueira na segunda metade do século XIX ficou conhecido como Barão de Alfenas, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro - Minas Gerais – Campanha da Princesa* (199-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 221-247.

A revolta eclodiu na tarde do dia 13 de maio de 1833. Iniciou-se na fazenda Campo Alegre, de Gabriel Francisco Junqueira, então o principal representante da facção *liberal moderada*, eleito deputado em 1831. Os escravos, liderados por Ventura Mina, mataram o filho do deputado Gabriel Francisco Junqueira, enquanto este supervisionava o trabalho dos cativos nas roças da fazenda. O “senhor moço”, como era chamado, também ocupava um cargo de importância naquele contexto. Era o juiz de paz do distrito de São Tomé das Letras. Os escravos não atacaram a sede da fazenda Campo Alegre por suspeitarem que a família tinha sido avisada do que ocorrera na roça e porque o terreiro da casa-grande estava guardado por capitães-do-mato. O grupo liderado por Ventura Mina logo se dirigiu à fazenda Bela Cruz e se associou a outros escravos daquela propriedade, assassinando oito integrantes da família do irmão do deputado, José Francisco Junqueira, incluindo três crianças e duas pessoas “de cor”, segundo os autos. Parte do grupo permaneceu na Fazenda Bela Cruz e preparou uma emboscada para assassinar o genro de José Francisco, Manuel José da Costa, o que ocorreu assim que ele cruzou a porteira.

Os demais cativos rebeldes, dirigiram-se para a fazenda Bom Jardim, onde encontraram forte resistência por parte do proprietário e de alguns de seus escravos. Os cativos Ventura Mina, João Inácio, Firmino, Matias e Antônio Cigano foram mortos no confronto. João Cândido da Costa Junqueira, proprietário da fazenda Jardim, já havia sido informado dos acontecimentos funestos de Campo Alegre e Bela Cruz e, rapidamente, armou parte de sua escravaria de confiança, reuniu-a numa sala e ficou à espera dos insurgentes.¹⁵⁰

Esse fato ocorrido com a família de Gabriel Francisco Junqueira causou uma grande comoção entre os conselheiros, pois na época havia rumores de que o partido Caramuru seria responsável pelos males que vinham ocorrendo na província. Em sessão de 28 de julho de 1833¹⁵¹, o Sr. Figueiredo Neves fez uma proposta requerendo a saída de Manoel Soares Couto da Sociedade por “ser convencido do crime de sedição que tantos males tem causado a Província” e a Francisco Joaquim de Araújo Pereira da Silva que “acaba de ser declarado

¹⁵⁰ ANDRADE, Marcos Ferreira de. 2008. pág. 299. Maiores detalhes sobre A Rebelião de Carrancas podem ser encontrados na dissertação de mestrado e nos textos publicados pelo autor, que foi pioneiro no estudo e na divulgação historiográfica da revolta e, nos últimos tempos, vem fazendo uma releitura dela, incluindo análises sobre a permanência da memória oral entre os descendentes dos senhores e dos escravos na região onde ocorreu o levante. Ver, dentre outros: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. Cit.*, 2008. p. 298-322; ANDRADE, Marcos Ferreira de. A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da “lei nefanda” (10 de junho de 1835). *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 2, p. 264-289, May 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042017000200264&lng=en&nrm=iso; ANDRADE, Marcos Ferreira de. Memória oral do cativo na região da antiga comarca do Rio das Mortes: Carrancas, Minas Gerais. In: VII Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015, Curitiba. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2015. v. 1. p. 1-12.

¹⁵¹ *Astro de Minas*, 19 de setembro de 1833, nº 913

Caramuru por uma sentença, e que deu causa a grande debate em que falaram os Srs. Alcebíades, Fernandes Moreira e Fonseca não em favor dos indicados reconhecidos dignos da proposta, mas sim da maneira de proceder”¹⁵². E em sessão de 11 de agosto de 1833¹⁵³, da Sociedade Defensora sanjoanense, após a leitura da ata antecedente, entrou em discussão a proposta adiada do Sr. Figueiredo acerca da expulsão e foi feita a leitura de uma certidão:

O Sr. Pimentel fez a leitura de uma Certidão oferecida pelo Sr. Figueiredo Neves extraída dos autos de suspeição, que a Francisco Joaquim como Escrivão da Ouvidoria, propôs Gabriel José Junqueira, excluindo-o de trabalhar na devassa dos assassinos cometidos pelos escravos, nas pessoas da família do mesmo Junqueira, alegando para isso, além de defeitos morais, o pertencer ao partido Caramuru do qual supõe ter saído o detalhe da desgraçada catástrofe que tem consumido sua família; vendo-se na mesma Certidão a Sentença que por tal o julgou. Concluiu o Sr. Pimentel por mostrar a inutilidade de uma Comissão para um objeto que nenhuma dúvida oferecia em vista do documento comprobatório que apresentava o autor da proposta fazendo o Sr. Presidente ler o art. 19 do C. 4º dos Estatutos foi posta à votação a indicação do Sr. Alcebíades, que foi rejeitada.

Pôs o Sr. Presidente a votação a Proposta do Sr. Figueiredo Neves quanto à exclusão do sócio Francisco Joaquim que foi unanimemente aprovada, ficando adiada a parte relativa a Manoel Soares, por não estarem os livros presentes, e prejudicada quanto a participar-se às mais Sociedades Patrióticas por não ser isso de acordo com os Estatutos¹⁵⁴.

Nota-se aqui a solidariedade entre os associados. Não encontrei mais nenhuma referência em atas posteriores e nem referências ao sócio excluído, só de que era de São João del-Rei¹⁵⁵.

José Alcebíades Carneiro¹⁵⁶, em 1823, era morador de Itabira do Campo, atual Itabirito. Transferiu-se para Baependi, onde exercia a função de professor e advogado. Em 1829, passou a lecionar em São João del-Rei, tendo feito um requerimento e este foi aceito pela Câmara pois “o candidato estava em condições de bem desempenhar o

¹⁵² *Astro de Minas*, 19 de setembro de 1833, nº 913.

¹⁵³ *Astro de Minas*, 21 de setembro de 1833, nº 914

¹⁵⁴ *Idem*.

¹⁵⁵ Esta questão será mais detalhada posteriormente.

¹⁵⁶ INÁCIO, Marilaine Soares. Op. Cit., 2010. p. 86.

magistério”.¹⁵⁷ onde dedicou-se à advocacia e à política. Em abril de 1829 é publicado um aviso no *Astro de Minas*:

AVISOS

José Alcibíades Carneiro Professor público de Gramática Latina e D. Policena Tertuliana de Oliveira, mestra pública de meninas fazem saber ao público que se acham com suas aulas abertas na Rua Direita n. 392, prontos a receberem com agrado os alunos e alunas que comparecerem.¹⁵⁸

Mônica Jinzeji destaca:

E assim, inicialmente como professor de Gramática Latina de São João del-Rei, José Alcibíades Carneiro logo se integraria às várias outras instâncias públicas da vila, como já sabemos, se tornando colaborador do periódico *Astro de Minas* e, pouco mais de quatro meses após o anúncio de abertura de sua aula de Latim, redator de *O Mentor das Brasileiras*. Sua aproximação com a política e a administração pública iniciaram-se como cidadão comum que, aparentemente preocupado com a segurança pública da vila, encaminhava uma correspondência à Câmara Municipal, na qual defendia a criação de uma Guarda Nacional, em julho de 1831 – quando já redigia *O Mentor das Brasileiras*. A Câmara respondeu positivamente e agradeceu a preocupação e a atenção prestadas.

Enquanto redator de *O Mentor*, Alcibíades tornou o jornal permeável e interlocutor dos movimentos políticos de então, dos quais se destaca a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Uma análise inicial indica que muitos dos membros da Sociedade Defensora de São João del-Rei possuíam cargos administrativos na política, além de Policena Tertuliana de Oliveira e José Alcibíades Carneiro, que eram professores de escolas públicas.¹⁵⁹

Entrou para o quadro de sócios em 04 de outubro de 1831. Foi vereador da Câmara Municipal de São João del-Rei de 1833 a 1835 e, em sessão da Câmara de 21 de maio de 1833, foi nomeado promotor público. Foi deputado provincial. Editou o periódico *Mentor da Brasileiras*, por meio do qual implementou um verdadeiro projeto de educação política e

¹⁵⁷ JINZEJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher*. Lições de política e moral no periódico mineiro *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832) – Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2008. p. 93.

¹⁵⁸ *Astro de Minas*, n. 217, 07/04/1829 p.4. Apud JINZEJI, Mônica Yumi. Op. Cit. p. 93.

¹⁵⁹ Idem. p. 94.

moral de mulheres e colaborou como redator do *Astro de Minas*¹⁶⁰. Foi muito atuante e utilizou muito o periódico como aponta Alex Lombello

Não era exatamente uma novidade, pois em 1833, durante a luta contra a Revolta do Ano da Fumaça, José Alcebíades Carneiro propôs que sócios da Defensora de São João Del Rei usassem o laço nacional, os homens no peito e as mulheres no pescoço [...]¹⁶¹

O uso das folhas como munição de guerra não era uma novidade para os mineiros. Já em 1833 na luta contra a Sedição de Ouro Preto, José Alcebíades Carneiro propôs que a Sociedade Defensora de São João del Rei comprasse exemplares de todas as folhas impressas em São João del Rei e as enviasse para todas as sociedades com as quais ela se correspondesse¹⁶²

Sua esposa Rita de Cássia de Oliveira Campos, também era sócia da Defensora.

José Joaquim Ferreira Armonde, natural da vila de Barbacena, era padre e exerceu a função. Fazia parte da família Ferreira Armonde. Os homens desta família assim como os demais membros das famílias da elite daquela época foram negociantes, fazendeiros, traficantes de escravos e alcançaram projeção política. Edna Maria Resende em seus estudos sobre os Ferreira Armonde aponta

Não se limitaram, contudo, aos horizontes de suas fazendas. No mesmo ritmo da prosperidade de seus negócios ascenderam politicamente. Conquistaram a Corte. Viajaram pelo mundo. Os contatos com a Europa e com a América do Norte alargaram sua visão. Tomaram conhecimento dos avanços científicos e das novidades tecnológicas da época. Estavam atentos às transformações em curso no século XIX. Imbuídos dos valores da civilização, empolgados com o novo mundo que se descortinava, construíram a imprensa. Efetivamente promoveram a integração entre a região de Barbacena e a Corte. Construíram suas trajetórias ao mesmo tempo em que construíram o Estado imperial¹⁶³.

José Joaquim de Santa Anna era padre e se tornou sócio em 04 de outubro de 1831. Segundo Christianni Cardoso Morais, possivelmente alguns padres poderiam exercer o magistério nas vilas onde viviam, mas poucos deixaram registros da realização desse tipo de trabalho. Mas esse não parece ser o caso do Reverendo José Joaquim de Santa Ana, que não

¹⁶⁰ ¹⁶⁰ *Astro de Minas*, n. 217, 07/04/1829 p.4. Apud JINZEJI, Mônica Yumi. *Op. Cit.* p. 94

¹⁶¹ AMARAL, Alex Lombello. *Entre armas e impressos: a revolta de 1842 em Minas Gerais*. Tese. (Doutorado em História). Universidade de Federal de Juiz de Fora, 2019. p. 188.

¹⁶² Idem p. 207.

¹⁶³ RESENDE, Edna Maria. *Op. Cit.*, 2008. p. 76; 146-147; 228.

apenas era professor da Cadeira Pública de Primeiras Letras, como em 1831 lecionava no seu “Collégio particular, em que [...] [ensinava] Música, dança, Francês e Latim, e [contava] já dez alunos que moravam com o Professor”¹⁶⁴. Apesar de a maioria dos subscritores localizados possuir profissões exclusivamente urbanas, o padre foi nomeado juiz de fato, foi vereador e viveu na Vila de São João.

O clérigo e mestre José Joaquim de Santa Anna possuía, em casa 31 livros de títulos diversos.

Em sua biblioteca encontravam-se muitos livros sacros, sendo vários deles de uso profissional, como os 04 exemplares de breviários, muito difundidos no período em questão. Outros livros sacros bastante disseminados pelo território brasileiro e que também se encontravam na biblioteca do padre Santa Anna eram os descritos como “Larraga - 03 volumes em bom uso” e “Thiatio Eclesiástico - in oitavo - 01 volume”. O primeiro desses livros trata da obra *Promptuario de theologia moral*, de Francisco Larraga. [...]. O *Theatro Eclesiástico*, outra obra extremamente popular no período, era um volume que se tratava de partituras de cantochão (canto gregoriano) e outras peças sacras, geralmente executadas durante as festividades da Semana Santa. Ainda classificados como livros sacros se encontravam presentes na livraria particular desse padre 02 volumes in oitavo de M. Fleuri e “um tomo muito usado” da *Constituição da Bahia*. [...] Dos clássicos latinos se encontravam Cícero, Ovídio, Quintiliano, Terêncio, Calepinus e Observações críticas a respeito das obras de Horácio, em dez volumes. De acordo com Márcia ABREU, grande parte das obras dos clássicos latinos e os comentários acerca desses autores era destinada ao uso escolar, sendo esse “conjunto de textos [utilizado] na formação de certos ‘protocolos de leitura’ e na constituição de um determinado ‘gosto’” e, principalmente, na consolidação de um modelo de moral - os textos originais eram geralmente “expurgados” em nome dessa noção de moralidade. Outras obras possuídas pelo padre Santa Anna e que eram comumente utilizadas pelos mestres de fins de setecentos e início dos oitocentos em sua prática pedagógica eram os *Elementos de Civilidade*, os *Elementos de filosofia moral* e a *Colleção de instrução*. Esses livros podem ser classificados como “literatura de civilidade” e, para além do objetivo de incentivar a leitura, correspondiam à ideia amplamente difundida no início do século XIX de “civilidade distintiva”, no sentido de se procurar “cultivar” o aluno para que se tornasse “polido” ou “contido” em seus impulsos.¹⁶⁵

¹⁶⁴ MORAIS, Christianni Cardoso. “*Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria*”: Estratégias de difusão do letramento na vila de São João del-Rei. (1824-1831). Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. p. 155.

¹⁶⁵ Idem. p. 155

José Lameda d'Oliveira, tornou-se sócio em 09 de outubro de 1831, cônego, foi juiz de fato, vereador, professor público das Primeiras Letras, possuía em sua biblioteca um número aproximado de 142 volumes¹⁶⁶.

Essa biblioteca particular contava com 15 títulos, dentre eles a História de Condillac (15 volumes “truncados”). Além dessa obra referente ao “iluminista” francês, sua livraria contava com 01 volume das Lições filosóficas de Kant e mais 04 volumes de Filosofia, que contemplavam a Lógica e a Metafísica. Dos livros provavelmente utilizados em trabalhos didáticos encontravam-se os de Eloquência e de Poética: Lições de eloquência nacional de Lopes da Gama (02 volumes); Lições elementares de eloquência nacional (01 volume); Compendio de Poética (01 volume). As obras sacras, de cunho devocional, constituíam a maior parte da biblioteca do Cônego José Lameda de Oliveira, totalizando 116 volumes. Dentre elas se encontravam 03 volumes das Obras Oratorias de Frei Francisco do Monte Alverne (de acordo com as anotações do avaliador, estava faltando o primeiro volume dessa obra, que havia sido composta em 04). Ainda havia 01 volume de Assumpção, Poema em honra da Santa Virgem, por Frei Francisco de São Carlos, mais 25 exemplares de sermões e 86 volumes de “diversas obras de moral, e sermoens, muito velhos e estragados da traça”, conforme o avaliador. Esse subscritor também possuía 01 volume do famoso Theatro Eccleziastico, mencionado na biblioteca do outro padre subscritor José Joaquim de Santa Anna. A utilização dos sermões e textos de moral para o ensino das primeiras letras também era comum no período, o que pode explicar a quantidade tão grande de exemplares de sermões, já que o Cônego Oliveira era professor.¹⁶⁷

Luiz Alves de Magalhães, é eleito tesoureiro da Defensora em 04 de outubro de 1831. “Fazia parte da elite local com grande prestígio e poder econômico, assim como apadrinhou cerca de 87 crianças na primeira metade dos oitocentos”. Ocupou os cargos de Procurador da Câmara, Alferes, Tenente e Capitão. Luís Alves pertencia a uma família de relevância na sociedade sanjoanense, sendo neto do grande proprietário escravista Bento Pinto Magalhães e de Dona Maria do Rosário Acioli Albuquerque. “Esta família possuía grande importância na política da região. Inclusive Francisco de Paula Almeida Magalhães também fazia parte desta família, sendo primo de Luís Alves Magalhães”.¹⁶⁸ Sua esposa Maria do Rosário era sócia honorária da Defensora.

¹⁶⁶ Idem p. 156.

¹⁶⁷ Idem. p. 157.

¹⁶⁸ BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. Op. Cit., 2007. p. 245-252.

Marcelino José Ferreira, nascido em Barbacena, em 1785, era de origem açoriana, Marcelino destacou-se no exercício das atividades comerciais. Juntamente com seus irmãos, inicialmente negociava com as áreas mineradoras. “Após a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, travou contato com os comerciantes dessa praça comercial, com os quais negociava fazenda, vestuário, metais, sal, ferramentas, bacalhau e escravos, além de debater as questões políticas da Independência e do governo regencial”¹⁶⁹. Além das atividades comerciais, Marcelino exercia a atividade de “banqueiro”¹⁷⁰, emprestando dinheiro a juros. Marcelino, embora circunscrito à esfera local e provincial, participava da vida política regional, ligando-se aos moderados e, depois, ao Partido Liberal. Integrava também a Guarda Nacional, ocupando o posto de coronel. Em 1848, dois anos antes de sua morte, sua trajetória foi coroada com o título de Barão de Pitangui.¹⁷¹

Martiniano Severo de Barros, torna-se sócio no dia 09 de outubro de 1831, ocupante do posto de coronel, a mais alta patente da Guarda, possuía grande influência local” e sua escolha era feita tendo como base as rendas individuais e chegou a apadrinhar cerca de 48 crianças¹⁷². Foi capitão da Cia. Das Guardas Nacionais, deputado, foi presidente da Câmara de São João del Rei, além de já ter ocupado o cargo de juiz de fora. Exerceu também, ao longo de sua vida, o juizado de Paz em São João. Sua esposa Emerenciana Carolina de Almeida também era sócia.

Policena Tertuliana d’Oliveira, tornou-se sócia no dia 09 de outubro de 1831. Além de professora foi a única sócia que se destacou no jornal *Astro de Minas* no exercício de seu ofício de instrução sempre colocando anúncios de quando os exames seriam realizados. Num período em que não existia no Brasil um sistema nacional de ensino, sendo o acesso aos aprendizados de leitura e escrita extremamente seletivo, e as elites ansiosas por atingir algum grau de civilidade, começaram então a empreender alternativas para suprir as necessidades

¹⁶⁹ RESENDE, Edna Maria. *Op. Cit.*, 2008. p. 16.

¹⁷⁰Idem. p. 16. Expressão utilizada por Edna Resende. A expressão “capitalista”, usada na época, significava justamente a prática de empréstimo de dinheiro a juros e geralmente esses homens tinham atuação destaca no comércio.

¹⁷¹Idem, *ibidem*. p.16

¹⁷² BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Op. cit.*, 2007. p. 245-257.

de instrução. “Às meninas da elite cabia enclausuramento familiar, religioso ou internatos. Nesse cenário os esforços demonstrados pela professora Policena se coadunam com uma nova concepção de educação feminina.”¹⁷³. Em 31 de janeiro de 1832, D. Policena Tertuliana d’Oliveira, Professora de Meninas da Vila de São João del-Rei publicou no jornal *Astro de Minas* que no dia “02 do próximo mês de fevereiro pretende fazer nas Casas de Câmara os exames de suas alunas e espera que estas concorram no maior número possível”¹⁷⁴ e para isso roga encarecidamente aos seus pais que tenham a bondade de as fazer comparecer a “fim de que o público possa ajuizar os progressos que as mesmas têm tido”.¹⁷⁵

No dia 07 de junho de 1832, D. Policena publicou nova data para fazer exames de suas alunas pelas três horas da tarde na Sala da Câmara¹⁷⁶. O jornal *Astro de Minas* de 02 de fevereiro de 1832, registrou que “D. Policena tem 72 alunas, o Professor Guilherme José da Costa 33 alunos, o professor Antônio Dias Pereira 42 alunos, o professor Raimundo Neto Brasileiro 11 alunos e o Reverendo José Joaquim de Santa Anna 14 alunos”¹⁷⁷. Dona Policena era a professora que tinha mais alunos na vila de São João del-Rei, o que denota o seu reconhecimento social como a professora mais importante da vila. Ela lecionava as primeiras letras, fazendo parte da Escola de primeiras letras públicas e os alunos eram periodicamente avaliados em “escrita, tabuada, leitura de manuscritos e impressos, gramática e doutrina cristã”.¹⁷⁸ Ela atendia apenas as meninas e talvez não tivesse concorrência, mas ainda assim proporcionalmente, tinha mais alunas que os professores de meninos.

Esse grupo, ou melhor os biografados mineiros escolhidos eram representativos dos liberais moderados que possuíam como característica a heterogeneidade de sua origem social como padres, professores, deputados, vereadores, comerciantes, magistrados, num período

¹⁷³ SILVA, Wlamir. *Amáveis Patrícias: O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal na Província de Minas Gerais (1829-1832)*. In: revista Brasileira de História, São Paulo, v.28, nº 55, p. 121

¹⁷⁴ *Astro de Minas* nº 654 – 02 de fevereiro de 1832.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ *Astro de Minas* nº 707 – 07 de junho de 1832.

¹⁷⁷ *Astro de Minas* nº 654 – 02 de fevereiro de 1832.

¹⁷⁸ Idem.

caracterizado pela abertura de um debate acerca da centralização política e administrativa imposta pela Corte. O quando representa de forma geral os biografados:

Quadro II

Membros selecionados da Sociedade Defensora de São João del-Rei

Nome	Data de ingresso	Origem	Formação/ Ocupação	Projeção
Antônio de Sá Fortes	02/05/1832	Barbacena	Negociante	Possivelmente tornou-se sócio como estratégia para manter o poder econômico e político de sua família
Antônio Marques da Silva	Sem informação	Barbacena	Major, grande proprietário, negociante	Pertencia ao mundo rural, mas vinculado ao mercado de abastecimento da Corte.
Carlos de Sá Fortes	02/05/1832	Barbacena	Coronel, negociante, de grande fortuna.	Pertencia a uma das mais poderosas famílias componentes da organização política, social e econômica do Termo de Barbacena
Feliciano Coelho Duarte	Sem informação	Natural da vila de Queluz, mas veio para Barbacena no início do século XIX	Comendador, vereador e juiz de paz na vila de Barbacena	Vereador (1833) Juiz de Paz (1837)
Francisco Antônio da Costa	03/10/1831	São João del-Rei	Padre, vereador, fiscal das Paróquias	Vereador e fiscal das Paróquias (1830) – Atuou em defesa das causas liberais que os moderados defendiam. Foi escolhido como

				Vice-presidente da Defensora em 1831
Francisco de Paula Almeida Magalhães	04/10/1831	São João del-Rei	Comerciante, vereador e presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei	Além do poder econômico, sua inserção na política talvez tenha sido facilitada pelas suas alianças matrimoniais.
Gabriel Francisco Junqueira	22/01/1832	São João del-Rei	Proprietário e fazendas, futuro barão de Alfenas, deputado provincial	Foi um líder político de destaque na comarca do Rio das Mortes, elegendo-se deputado pela província de Minas Gerais por três legislaturas
José Alcebiádes Carneiro	04/10/1831	Itabirito/São João del-Rei	Professor e advogado	Lecionou em São João del-Rei, se integrou às várias outras instâncias públicas na vila e tornou-se colaborador do periódico <i>Astro de Minas</i> e redigia <i>O Mentor das Brasileiras</i> . Foi vereador da Câmara Municipal de São João del-Rei (1833-1835).
José Joaquim Ferreira Armonde	Convidado em 24/10/1831	Barbacena	Padre	Fazia parte da família Ferreira Armonde e como os demais membros da família da elite daquela época foi negociante, traficante de escravos e alcançou projeção política.
José Joaquim de Santa Anna	04/10/1831	São João del-Rei	Padre	O padre foi nomeado juiz de fato, vereador

				e foi professor da Cadeira Pública de Primeiras Letras.
José Lameda d'Oliveira	09/10/1831	São João del-Rei	Cônego	Foi juiz de fato, vereador, professor público das Primeiras Letras.
Luiz Alves de Magalhães	04/10/1831	São João del-Rei	Alferes, Tenente, Capitão	Ocupou os cargos de procurador da Câmara, Alferes, Tenente e Capitão.
Marcelino José Ferreira	02/05/1831	Barbacena	Negociante	Destacou-se no exercício das atividades comerciais e exercia a atividade de “banqueiro”, emprestando dinheiro a juros.
Martiniano Severo de Barros	09/10/1831	São João del-Rei	Coronel	Possuía grande influência local, foi presidente da Câmara de São João del-Rei, além de já ter ocupado o cargo de juiz de fora.
Policena Tertuliana d'Oliveira	09/10/1831	São João del-Rei	Professora	Além de professora, foi a única que se destacou no jornal <i>Astro de Minas</i> no seu ofício de instrução.

Fonte: Atas publicadas no periódico *Astro de Minas*.

3 – Sociabilidades: espaços e redes.

Com base nas micro biografias apresentadas buscaremos trazer reflexões sobre possíveis solidariedades, traços comuns ao grupo no que se refere às ocupações e à carreira política, sociabilidades informais com laços de amizade e parentesco, convivências as mais diversas e suas possíveis relações. Seus membros vivenciavam intensamente a experiência de constituição do Estado, seja como professor, redator de periódico, vereador, conselheiro,

deputado provincial, ou deputado imperial, negociante com trajetórias diversas ora se beneficiando de suas posições para manutenção e estreitamento tanto do poder econômico e político naquela região.

Reuni um número grande de associados, mas os mais ativos nas reuniões eram em pequeno número. Contabilizei que a frequência nas reuniões girava em torno de 35 sócios, a maioria dos sócios não residia em São João, o que dificultava a participação nas reuniões, os quais participavam e debatiam ativamente evidenciando claramente um associativismo, mesmo discordando em alguns pontos, o que, é comum e natural no debate. Destacam-se o professor e advogado Alcebíades José Carneiro, o padre Antônio Francisco da Costa, o cônego José Lameda d'Oliveira, o vereador Francisco de Paula D'Almeida Magalhães, o padre José Joaquim de Santa Anna, Luiz Alves de Magalhães, Martiniano Severo de Barros. Faziam parte de uma elite no sentido de mobilização da opinião pública, pois os professores tinham uma grande inserção social em suas atividades e podiam oferecer novas perspectivas porque este período da década de 30 do oitocentos era o momento de oposição de projetos, de tensão de limites da formulação do Estado brasileiro.

Alcir Lenharo aponta que na reconstituição da trajetória dos liberais moderados na década de 1830, na institucionalização do Estado monárquico, esses proprietários não conseguiram superar a fragmentação político num momento assinalado pelo aprofundamento do processo de concentração de negócios e da propriedade da terra que vinha se delineando desde os fins do século XVIII¹⁷⁹. Essa é uma das razões possíveis para o intenso engajamento dos elementos do grupo pesquisado no movimento associativo nas Regências, numa perspectiva dos moderados que aparecia sempre estampada nos jornais como *Astro de Minas*. Segundo Rioux, “a preocupação de agir dessas organizações é tal que elas solicitam habilmente a imprensa, editam precocemente boletins internos, anuários ou jornais cuja minúcia compensa as lacunas do arquivo público ou privado”¹⁸⁰

¹⁷⁹ LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 71 e 131.

¹⁸⁰ RIOUX, Jean-Pierre. Associação em política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003. p. 104.

A partir dos dados coletados sobre o grupo selecionado, mesmo que não tendo sido feita a trajetória de muitos dos membros da Defensora, podemos dizer que se trata tanto de indivíduos oriundos de famílias de posse quanto de descendentes de famílias modestas. No caso dos nascidos em famílias abastadas, a projeção parecia derivar do capital econômico dos ascendentes diretos como os pais e avós e no caso feminino, dos maridos. Os recursos familiares lhes permitiam obter formação escolar superior, no caso dos padres que possuíam formação de filosofia e teologia, e advogado estava condicionado o acesso à experiência social que forjou o comportamento do grupo. A atuação desses homens e mulheres buscavam uma pedagogia no contexto da afirmação dos liberais moderados e de defesa dos seus interesses em espaços formais como nas câmaras, parlamento, nos periódicos, nas sociedades políticas que estavam imbricadas nos espaços informais nos quais os diferentes laços estabelecidos entre eles em suas experiências sociais e cotidianas através, por exemplo, do apadrinhamento.

Wlamir Silva destaca: “Essa incipiente sociedade civil mineira, na qual se intencionava estabelecer uma hegemonia e o germe de uma opinião pública”, desempenhando uma relação pedagógica com esses grupos sociais e com necessidade de ampliar sua capacidade no “comércio dos pensamentos”.¹⁸¹ No grupo, Feliciano Coelho Duarte, Francisco Antônio da Costa, Francisco de Paula d’Almeida Magalhães, Gabriel Francisco Junqueira, José Alcebíades Carneiro, José Joaquim de Santa Anna, José Lameda d’Oliveira, Luiz Alves de Magalhães, Martiniano Severo de Barros, mais da metade, exerceram cargos ligados à política formal e José Alcebíades Carneiro foi muito presente como publicista e eram ao mesmo tempo ou em momentos diferentes professores, jornalistas, políticos.

A formação do Estado brasileiro passava, de maneira inevitável, pela necessidade de se criar no país uma identidade nacional. Nos anos que se seguiram após a independência, a maior parte da população brasileira se identificava com a região na qual vivia, somada à

¹⁸¹ SILVA, Wlamir., Op. Cit., 2009. p. 105-128.

instabilidade política e social durante o Período Regencial, muito visível nas correspondências trocadas entre as Sociedades Defensoras no período.

A inserção dos sujeitos do grupo pesquisado em espaços formais, tais como as câmaras municipais, o Conselho Geral da província, os jornais, as livrarias públicas: e os informais, ou seja, nas convivências as mais diversas, tais como laços de amizade, e de, parentesco e profissionais, exerceu papel importante na constituição de certas sensibilidades ideológicas dos sujeitos. A experiência social nesses agrupamentos produziu uma unidade de grupo que pôde ser apreendida pela identificação de uma unidade de temas e problemas, de repertório político-intelectual e de posturas. A inscrição dos membros do grupo nos espaços tanto quanto na rede de sociabilidade gera uma unidade de problemas compartilhados que têm relação tanto com o processo de constituição do Estado imperial quanto com as expectativas individuais. Além disso, e talvez o mais importante, o fato de que a percepção dos sujeitos nos espaços, nas formas e na rede de sociabilidade tenha nos levado a formular que o engajamento no movimento associativo durante as regências, em parte, resultou de experiências sociais anteriores.¹⁸²

Ao longo do período colonial, as câmaras municipais desempenharam papel fundamental nas dinâmicas de governo e seguiram como um importante lugar de sociabilidade que proporcionou importantes aprendizagens aos membros do grupo pesquisado. Mesmo tendo suas atribuições reduzidas às práticas administrativas, as câmaras não deixaram de participar das questões políticas e exemplos disso podem ser encontrados nas correspondências enviadas à Presidência da Província, pois diante das agitações políticas as câmaras não se omitiram assim como as associações¹⁸³. As correspondências trocadas com a Presidência da Província revelam que havia uma rede de comunicação dinâmica para informar o que ocorria na Corte e as preocupações dos moderados em não perder o controle da situação numa interação rápida entre Corte/província/localidade que se espalha por todo o interior, interligado pela rede de periódicos e de associações.

Em 25 de fevereiro de 1832 a Sociedade Defensora de São João del-Rei enviou correspondência para a Presidência da Província que o Conselho da Sociedade havia sido informado de que na Corte uma “facção desorganizadora” tramava a demissão ilegal de alguns membros da regência e do ministério com o intuito de serem substituídos “pelos

¹⁸² INÁCIO, Marilaine Soares. Op. Cit., 2010. p. 102.

¹⁸³ APM SP PP 1/7 Caixa 1- Correspondências recebidas pela Presidência da Província

chefes e promotores da mesma, auxiliados por um sexto da tropa mercenária, e por um punhado de descontos” aos quais as reformas da administração pública desagradavam. O intuito desta correspondência era comunicar que as Sociedades Defensoras Filantrópicas, e sócios correspondentes de Minas estariam dispostos a promover a separação do Rio de Janeiro até que a ordem fosse estabelecida e ofereciam “todos os seus fundos” para ajudar o Governo Provincial¹⁸⁴. Na mesma data a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional – Arraial de Lavras - envia correspondência com termos parecidos ao da de São João del-Rei referindo-se às desordens que estão ocorrendo na Corte. Oferece a mesma ajuda que a de São João del-Rei. Em 10 de março de 1832 a Sociedade Pacificadora Filantrópica e Defensora da Liberdade e Constituição, de Sabará – também envia correspondência referindo-se à anarquia na e enfatizando e renovando seus votos de tudo sacrificar se necessário for, para manter em todo o seu brilho e pureza o império da lei.¹⁸⁵

Em Vila do Paracatu do Príncipe, 1832 um Manifesto pela legalidade – produzido pelo Conselho da Sociedade Defensora, e Promotora dos Direitos do Cidadão, comunica que “depois de ter muito meditado sobre os diversos, infaustos acontecimentos, que posteriormente ao sem par dia sete de abril não tido lugar assim na Corte” e refletido muito nas Províncias do Império como na maior parte dos impressos periódicos e depois de ter recebido um ofício da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de São João del-Rei, que lhe comunicou, decidiu empregar todos os esforços ao seu alcance para sustentar “a Constituição e o Governo legitimamente constituído” para manter a união entre os cidadãos do Município para se ligar cada vez mais ao Governo da Província e com outras Comarcas¹⁸⁶.

As correspondências trocadas entre a Defensora do Rio de Janeiro e as sociedades interioranas evidencia a estreita vinculação da entidade com o governo dos moderados. A análise dessa documentação demonstra que a mesma estratégia utilizada para denunciar a existência de um acordo firmado para derrubar a regência seria posta em prática.

¹⁸⁴ APM SP PP 1/7 Caixa 1 - Correspondências recebidas pela Presidência da Província

¹⁸⁵ APM SP PP 1/7 Caixa 1 - Correspondências recebidas pela Presidência da Província

¹⁸⁶ APM SP PP 1/7 Caixa 1 - Correspondências recebidas pela Presidência da Província

E em 19 de janeiro de 1833 escreve:

O conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de São João del-Rei órgão fiel dos membros que tem a fortuna de representar não podia deixar de compartilhar o júbilo de que estão possuídos pela vossa instalação todos aqueles que verdadeiramente estimam e apreciam a liberdade de sua Pátria.

Felicitando-vos ... por esta sucessão de interesses e de vínculos que em épocas marcadas na constituição vivifica, alenta e dá novo empenho ao gênio da liberdade, cura as precisões locais inspira um Santo entusiasmo, o conselho da Sociedade Defensora se felicita a si mesmo, felicitando-se mutuamente aos seus com provincianos, felicita-se a Nação toda.

Todos sabem que uma constante solicitação vos anima pelo bem geral da Província que um zelo patriótico vos inspira medidas salutareas para extirpar os abusos degradantes de sua honra e dignidade provincial. O que vos falta senhores para preencherdes gloriosamente os destinos que a Província confiou as vossas luzes, a vossa providência, a vossa circunspecção? Nem forças, nem meios, nem desejos, tanto mais secundados pela voz da opinião, o voto Provincial, a verdadeira expressão do interesse público e particular, contra o qual servirão quebrar todos os esforços das facções e dos partidos que cedo ou tarde ficarão reduzidos a sua própria nulidade.

O ponto é, senhores que de todas as vossas forças coopereis para que se obtenham as reformas reclamadas pela nação, e decretadas pela Assembleia Geral, a cuja expectativa se deve certamente ao repouso que gozamos: o ponto é que as vossas luzes, e vossa profunda meditação possa achar um meio mais óbvio e pressuposto de propor ao Corpo Legislativo a renovação do atual Tutor do Jovem Imperador, entregando a direção de uma Minerva, senão mais sábia, ao menos mais bem intencionada, e que conduza retamente ao caminho da verdade e da justiça e a Pátria vos encherá de bênçãos.

Vila de São João del-Rei em Sessão extraordinária de 19 de janeiro de 1833.

Francisco Antônio da Costa
Presidente
Florêncio Antônio da Fonseca
Vice Antônio Fernandes Moreira
José Joaquim de Santana
Francisco José de Sales
Sabino Januário do Sacramento
Martíniano Severo de Barros
Francisco Antônio dos Passos
Secretário Francisco José de Alvarenga
José Maria da Câmara Secretário¹⁸⁷

¹⁸⁷ APM SP PP 1/7 Caixa 1 - Correspondências recebidas pela Presidência da Província

Em 5 de fevereiro de 1833 é enviada uma carta da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional instalada no Arraial de Santana do Sapucaí, termo de Campanha, “tendo a certeza de que os retrógrados, ou caramurus continuavam a sua marcha desorganizadora, tomando por suas astúcias errantes, um partido crescido de malvados, que podem fazer de alguma forma a nossa sorte um tanto mais pesada”. Estão dispostos a sacrificarem “as preciosas vidas antes que tais malvados consigam seus depravados planos”¹⁸⁸. A análise das correspondências trocadas será mais bem analisada no capítulo seguinte.

A imprensa mineira também foi um espaço de sociabilidade. A difusão do liberalismo na província de Minas, mesmo que por uma pequena parcela da população, se deu pela circulação de livros no meio letrado. A divulgação ilustrada ou liberal pode contar com os pasquins e panfletos, sendo a “imprensa mineira fruto do trabalho de oficiais ourives que se esforçaram com afincos fundindo tipos e o que mais fosse necessário para o funcionamento das tipografias, tais como chapas, prelos e o que mais fosse necessário”. Uma imprensa construída pelo trabalho de seus artífices e também pelo entusiasmo de liberais do interior com origem social diversa.¹⁸⁹

Merece destaque o *Mentor da Brasileiras* (1829-1832), voltado para o gênero feminino, “seu objetivo era a instrução do belo sexo nos padrões da moderação” e esse público “propiciou a duração do periódico por 2 anos e meio”¹⁹⁰. Às mulheres era vedada a participação efetiva na vida política, mas algumas senhoras fizeram um requerimento para serem admitidas à Sociedade Filantrópica paulista e o objetivo das mesmas era de socorrer os que sofriam e tentar confortar os presos detidos na cadeia e como se sentiam cheias de nobres sentimentos e querendo fazer o bem, rogavam que a sociedade as admitisse pois “além da sua joia mensal¹⁹¹”, poderiam prestar sempre “com gosto” qualquer encargo filantrópico.

¹⁸⁸ APM SP PP 1/7 Caixa 1 Correspondências recebidas pela Presidência da Província

¹⁸⁹ SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009. p. 129.

¹⁹⁰ SILVA, Wlamir. *O Mentor da Brasileiras*. 27/01/1830 – Correspondência recebida - Apud SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009. p. 109.

¹⁹¹ *Mentor das Brasileiras* n. 61 de 04 de fevereiro de 1831.

O quadro de sócias da Defensora Sanjoanense sugere que sua “joia mensal” era bem-vinda aos propósitos da mesma, pois dentro de seus objetivos os fundos poderiam ser disponibilizados quando a nação moderada necessitasse de ajuda financeira de manter a ordem, explicando o grande número de associadas e associados que efetivamente não participavam das reuniões. O redator do jornal era sócio da Defensora de São João e sua esposa também. Os nomes recorrentes no jornal eram das professoras Jacinta Carlota de Meireles, professora da Vila de Baependi; D. Luiza Tarmer do Arraial de São Gonçalo; Policena Tertuliana d’Oliveira de São João del-Rei e sócia da Sociedade Defensora; D. Maria Ricardina de Oliveira da Vila de Campanha. Portanto, podemos aventar uma hipótese de que a relação das sócias com o *Mentor das Brasileiras* abriu espaço de participação para as mulheres, pois por meio de pseudônimos mandavam correspondências, eventualmente textos, com exceção de Policena Tertuliana que usava seu verdadeiro nome. Isso nos possibilita pensar que pode ter sido uma presença feminina na esfera pública sendo uma peculiaridade de São João del-Rei na província naquele período.

No período provincial em São João del-Rei e Ouro Preto destacavam-se o *Astro de Minas* e *O Universal*, respectivamente, símbolos do liberalismo moderado. *O Universal*, periódico de referência da capital da província e representante do pensamento liberal-moderado mineiro, circulou de 1825 a 1842, refletindo o pensamento filosófico, político e cultural mineiro. Até o período de 1836 se dedicará à inspiração política de seu principal redator Pereira de Vasconcelos e intimamente ligado ao projeto liberal-moderado até se extinguir às vésperas da Revolução Liberal de 1.842. Em São João del-Rei publicou-se o segundo periódico mineiro da primeira metade do século XIX, o *Astro de Minas* que circulou de 1827 a 1839.

Esses periódicos publicavam extrato das sessões da Câmara dos Deputados e do Senado, dos Conselhos Provinciais e de Câmaras Municipais, decretos, atas da associação sanjoanense, sendo o ponto de contato com a política nacional. Exibiam representações, manifestos de Câmaras, sociedades patrióticas e de cidadãos, correspondências com posições doutrinárias e até pessoais, denunciando abusos de autoridades assim como polêmica política. Dedicavam-se também à fiscalização da atuação de Câmaras e autoridades como os

juizes de paz, magistrados, funcionários públicos e padres. Eram distribuídos entre vilas, cidades e arraiais, em geral pagos ou então distribuídos por outros periódicos liberais, estabelecendo uma rede de leitores deliberada por parte da elite liberal-moderada, conscientes da necessidade de penetrar na opinião pública da província, ou seja, seria tarefa dos ilustrados produzir e difundir na opinião pública um projeto capaz de orientá-la.¹⁹²

Os redatores posicionavam-se em relação a situações políticas e conceitos de liberalismo e do constitucionalismo. São marcados por um discurso próximo da linguagem da propaganda e os textos são discursos políticos coletivos num embate de ideários distintos em que os papéis entre leitor e editor se confundem. Publicavam correspondências, representações de cidadãos e sociedades patrióticas, sendo que essa troca de correspondências permitia a circulação de impressos e formação de uma rede de influências e interações que interligava regiões da província mineira e a Corte. Aos redatores era dada uma missão pedagógica esclarecedora com o objetivo de alcançar o consenso¹⁹³.

Alguns periódicos procuravam dialogar com um “público ilustrado”, com “homens instruídos de todas as classes”, tentando aproximar a elite cultural das elites dirigentes. Almeja-se um público de cidadãos e leitores ativos que espelhe uma identidade cultural, social e política. Estes “leitores ativos”, compostos pela elite proprietária e letrada, podiam intervir no debate político, referenciando sua intervenção nas leituras dos inúmeros livros que podiam comprar nas livrarias do Rio de Janeiro. Os redatores procuravam também, em sua missão pedagógica atingir um público com outro perfil. Por não espelhar a identidade dos redatores, este público passivo apresenta-se como uma miragem. Tratava-se da população pobre, iletrada e sem instrução. Vista como turbulenta e ameaçadora, precisava ser incorporada à sociedade através da educação e da cultura. Em uma sociedade predominantemente analfabeta, a oralidade não pode ser ignorada. Assim, os periódicos e folhetos escritos, podiam ser divulgados através de leituras públicas, seguidas de debates e discussões.¹⁹⁴

¹⁹² SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009. p. 130-135.

¹⁹³ RESENDE, Edna Maria. Op. Cit, 2008. p. 210-211.

¹⁹⁴ RESENDE, Edna Maria. Op. Cit., 2008. p. 213 A autora situa a contribuição de Marco Morel sobre o “‘comércio político da cultura’ e a chegada de novas ideias a partir da análise do catálogo da livraria do livreiro-editor francês Pierre Plancher. Os livros disponíveis, predominantemente, ocupavam-se do tema da Revolução Francesa, mediado pelo filtro da Restauração. Além dos Doutrinários franceses, os leitores podiam adquirir autores ingleses e norte-americanos. As leituras sobre a revolução certamente, foram orientadas pela busca de legitimidade constitucional e mediadas pela preocupação com a ordem. MOREL, Marco. Op cit. p. 23-60.

Muitas questões levantadas pelos periódicos podem ser pensadas no sentido de que muitas destas tenham seu ponto de origem em outros espaços de sociabilidades e encontravam no jornal mais um espaço de elaboração e publicidade de ideias. No próximo capítulo serão tratadas com mais aprofundamento as correspondências trocadas entre a Defensora com a Matriz, assim como com outras filiais interioranas, assim como será feito uma comparação da atuação da moderação em Minas e na Corte, diferenças e semelhanças.

Capítulo 3

A Sociedade Defensora de São João del-Rei: notas sobre a sua atuação política provincial e imperial

Neste capítulo utilizarei o livro das atas¹⁹⁵ da Sociedade Defensora de São João del-Rei que infelizmente está incompleto. Das cinquenta páginas originais só restaram dezenove e o livro termina em 28 de julho de 1833. Procurarei analisar se as correspondências trocadas deram legitimidade à Sociedade Defensora na intervenção do espaço público e se foram eficientes do ponto de vista de construção do sentido de associativismo. A investigação será complementada com o exame dos excertos das atas publicadas no periódico *Astro de Minas*.

Os agrupamentos políticos existentes no período abordado por esse estudo disputavam o poder numa fase que foi marcada por uma luta simbólica para tornar hegemônico vários projetos de nação e como aponta a historiografia¹⁹⁶, que vinham se desenrolando desde que o Brasil rompeu os laços com Portugal e os adeptos do posicionamento político moderado, assumiram o poder após a saída de D. Pedro I. No início da década de 1830, as pessoas que participavam das mesmas redes de sociabilidades, possuíam posições diferentes que, eventualmente poderiam entrar em confronto. A Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, por exemplo, era muito ampla no início. Contava com a participação de Evaristo da Veiga, assim como a de José Bonifácio, sendo o primeiro uma referência moderada e o segundo se tornando, posteriormente uma referência caramuru.

¹⁹⁵ As atas da Sociedade Defensora de São João del-Rei encontram-se sob a guarda da Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano D’Almeida. O livro está incompleto e com registros até 28 de julho de 1833.

¹⁹⁶ Ver capítulo 1 e 2.

e não pode deixar de citar Borges da Fonseca que se tornará uma referência dos exaltados, ou seja, havia uma variedade de perspectivas participando de uma mesma rede de sociabilidade.¹⁹⁷

A Sociedade Defensora de São João del-Rei também congregou muitos sócios das mais variadas esferas sociais, como se pode notar nas preocupações da correspondência endereçada à José Joaquim Ferreira Armonde. Havia a preocupação de “alistar o maior número possível de cidadãos patriotas que se achem nas circunstâncias dos artigos 17,18 do Estatutos¹⁹⁸ organizando uma relação nominal a vós dignáveis conseguindo o alistamento de indivíduos”, ou seja, foram convidados a participar da sociedade os indivíduos que reunissem as características de serem patriotas e que estivessem de comum acordo para barrar “tanto o Despotismo como a Anarquia, sustentando por todos os meios o bem da ordem, e a pública tranquilidade”.¹⁹⁹

Segundo Marcilaine Soares Inácio “as associações públicas e os periódicos foram espaços de aprendizados e dinâmicas de funcionamento do Estado para seus membros, ou seja de aprendizado da arte de governar”²⁰⁰. “A independência e a necessidade de constituição do Estado brasileiro influenciaram experiências sociais, forjou comportamentos e conferiu certa identidade ao grupo participante do movimento associativo mineiro”²⁰¹.

No capítulo anterior foi possível perceber os indivíduos que se engajaram nas associações fizeram parte de um espaço de sociabilidade e vivenciavam a experiência de constituição do Estado seja como professor, redator de periódico, deputado, vereador, professor, comerciante e viram até que ponto o despotismo de D. Pedro I ameaçou a constituição. Uma das razões possíveis para o engajamento era a adoção de um sistema monárquico representativo e constitucional, essa postura é ressaltada o tempo todo nas fontes consultadas, no lugar da anarquia e desordem. Buscavam elaborar um projeto para a

¹⁹⁷ Ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit., 1990. p. 104 a 127.

¹⁹⁸ Quanto aos critérios de admissão, ver capítulo 2.

¹⁹⁹ Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano D’Almeida (BMBCA) – Soc. 204 – Ofícios e correspondências da SDLIN, criada nesta vila – (1831-1833) - 24 de outubro de 1831

²⁰⁰ INÁCIO, Marcilaine Soares. Op. Cit., 2010. p. 130.

²⁰¹ Idem. p. 92.

constituição do Estado Imperial brasileiro, pois com a ausência da figura do monarca e a instalação da regência representava uma grande oportunidade de implementar demandas que contemplassem seus interesses individuais e coletivos associados aos interesses econômicos e políticos²⁰². Não foi possível dispor de elementos para traçar toda a origem social dos escolhidos, mas pude perceber que se trata de tanto de indivíduos oriundos de famílias modestas quanto de abastadas e sendo que para os indivíduos oriundos de famílias mais modestas, o apadrinhamento foi uma forma de driblar as condições desfavoráveis como muito bem trabalhou Sílvia Brügger.²⁰³

Portanto, “as associações e a rede periódicos constituíram-se em instrumentos de luta mobilizadas para além do fortalecimento das instituições regenciais, de manutenção da ordem e da tranquilidade, também espaços de aprendizado político²⁰⁴”. Pode-se afirmar que as sociedades políticas foram espaços de criação e execução de projetos individuais e coletivos estreitamente relacionados com o processo de construção da nação brasileira. Assim, como conclui Marilaine Ignácio, o “prestígio político para os associados deveu-se ao aprendizado efetivado nas agremiações e a instalação das Regências abriu espaço para a participação política dos membros”²⁰⁵. Em correspondência recebida da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro registrada no Livro de Atas da Sociedade Defensora de São João del-Rei são ressaltadas as ações necessárias aos sócios mineiros “que detestam tanto a anarquia como o absolutismo, jamais capitularão com qualquer pretensões que não tenham o cunho da lei”²⁰⁶ e que os mesmos seriam encarregados de defender a liberdade e independência não se descuidando de prevenir a “Opinião Pública contra a intriga com que as facções patrióticas, uns perversos, outros iludidos, tentam dividir em partidos a mesma Nação”.²⁰⁷

²⁰² Idem. Ibidem. p. 130.

²⁰³ BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

²⁰⁴ INÁCIO, Marilaine Soares. Op. Cit., 1990. p. 130.

²⁰⁵ Idem. p. 131.

²⁰⁶ Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano D’Almeida (BMBCA) – Soc. 204 – Ofícios e correspondências da SDLIN, criada nesta vila – (1831-1833) Correspondência enviada pelo Presidente da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro – Antônio Fernandes Moreira, 20 de novembro de 1831.

²⁰⁷ Idem.

Ao iniciar suas atividades o presidente em exercício da Sociedade Defensora de São João del-Rei, Antônio Joaquim Fortes Bustamante, registrou a correspondência enviada para a Câmara Municipal, na qual solicitava sua colaboração e comprometimento para poder usar suas salas da Casa de Câmara enquanto a Sociedade não tivesse os meios necessários para que a reuniões ocorressem.²⁰⁸ E enviou correspondências para suas congêneres buscando cooperação assim como também oferecendo apoio sempre que se fizesse necessário. Foi possível notar que, tanto as atas registradas no livro como os excertos publicados no *Astro de Minas* sempre reforçaram que a Sociedade Defensora queria manter a postura de “conservar a estabilidade das boas instituições” e não “transigir nem com aqueles que promovem criminosos excessos”²⁰⁹ sempre reafirmando o objetivo de manutenção da ordem e da lei.

Foram recorrentes esses argumentos em todos os documentos consultados provenientes das Sociedades Patrióticas Mineiras com as quais a Defensora de São João del-Rei se corresponde. Sempre solicitava a colaboração e oferecia apoio para combater qualquer movimento que era contrário aos princípios de manutenção da ordem. Nas sessões eram lidas as atas anteriores e os ofícios recebidos, como por exemplo, o de Antônio José Ribeiro Bhering da cidade de Mariana, aceitando a nomeação do conselho; outro da Sociedade Defensora Alfense congratulando-se com a instalação desta sociedade e se prontificando a colaborar no que fosse relativo à essência das “ditas sociedades”²¹⁰; um ofício do correspondente de Araxá Simão Ferreira de Figueiredo “asseverando a satisfação com que aceitava a missão”²¹¹ confiada pela Defensora de São João del-Rei; outro da Sociedade Defensora da Vila de Campanha participando que havia um boato de insurreição “maquinada pelos inimigos da ordem pública”²¹² e comunicando quais as providências haviam sido tomadas, mas ressaltando que era necessário manter a vigilância.

²⁰⁸ Idem. Correspondência enviada em 04 de outubro de 1831. Presidente Antônio Joaquim Fortes Bustamante.

²⁰⁹ Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano D’Almeida (BMBCA) – Soc. 204 – Ofícios e correspondências da SDLIN, criada nesta vila – (1831-1833). Correspondência dirigida à D. Pedro II em 23 de outubro de 1831.

²¹⁰ *Astro de Minas* n° 648 de 19/01/1832.

²¹¹ Idem.

²¹² Idem.

No final de 1831 a Sociedade Defensora começou a ter um caráter de atuação mais político, pois havia conquistado “um significativo espaço político e social, devido ao elevado conceito que gozava junto à opinião pública, como uma entidade patriótica, voltada para os interesses da coletividade”²¹³. Uma forma de estruturar os laços com as filiais do interior foi através das correspondências trocadas de uma forma ativa. A Regência contava com o apoio da Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional e as correspondências trocadas entre a Matriz do Rio de Janeiro e filiais apontam que havia setores do aparelho do Estado que possuíam ligações com o ex-Imperador sendo importante manter informadas as mesmas através de ofícios. Em novembro de 1831 acontecimentos na corte envolvendo o tutor do jovem monarca José Bonifácio de Andrada e Silva, membro e sócio fundador da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, apontavam que “o encontro com o ex-ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida”²¹⁴, que havia retornado da Europa após encontro com D. Pedro I teria por objetivo “reatar laços políticos com o mesmo gerando uma possível ameaça à Regência e retorno do ex-Imperador”.²¹⁵ Em sessão de 19 de fevereiro de 1832²¹⁶, Francisco Antônio da Costa fez um discurso enérgico abordando que a Capital do Império se encontrava traumatizada com os antigos absolutistas que pretendiam a demissão ilegal de alguns membros da Regência e do Ministério, tendo como referência um ofício recebido cujo teor era de que na “Corte do Rio de Janeiro uma facção desorganizada tramava a admissão ilegal de alguns Membros da Excelentíssima Regência e do Ministério”²¹⁷ informando que eram descontentes aos quais não agradavam as reformas da administração que era vantajosa para a maioria da Nação sendo o objetivo transtornar a “ordem, dividir e dilacerar o grande Estado do Império Brasileiro”²¹⁸. Em resposta a Sociedade Defensora de São João del-Rei reforçou que estaria disposta a resistir a toda ordem ilegal que não partisse dos poderes políticos que fossem delegados pela Nação ou que fosse contrária à Constituição e comunicar que as Sociedades Defensoras, Filantrópicas e suas correspondentes de Minas que caso se verificasse um triunfo “anárquico e faccioso” na Corte, “promovam da sua parte a separação

²¹³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, Op. Cit., 1990. p. 100.

²¹⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, Op. Cit., 1990. p. 103.

²¹⁵ Idem. p. 103-104.

²¹⁶ *Astro de Minas* n° 665 de 28/02/1832.

²¹⁷ Idem

²¹⁸ *Astro de Minas* n° 665 28/02/1832.

do Rio de Janeiro, até que ali se restabeleça a ordem legal, empenhando para que isto se consiga todos os seus esforços pecuniários e pessoais”.²¹⁹ Foi enviado também um ofício à todas as Sociedades Defensoras e Filantrópicas da Província na mesma data e com o mesmo teor e ressaltando:

Tendo se manifestado na Corte do Rio de Janeiro um partido faccioso, e desorganizador, que intenta por todos os meios transtornar a Ordem Pública, projetando arrancar da Regência do Império e do Ministério os Membros da maior confiança Nacional para substituí-los pelos Chefes, e Agentes do mesmo faccioso partido, à quem de maneira alguma podem agradar as Salutares reformas que o governo tem encetado nas diversas repartições públicas; [...] por isso o Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional desta Vila resolveu em sessão de 19 de fevereiro do corrente mês dirigir à Exma. Regência do Império, e ao Em. Governo da Província os seus Solenes Protestos de total desaprovação a todos e quaisquer atos ilegais, operados fora das regras prescritas no nosso Código Fundamental, e contrários à Ordem Pública,²²⁰

O ofício continuava ressaltando sobre a separação da Província se necessário convencidos que estavam agindo em prol da justiça da causa para defender e auxiliar os “honrados fluminenses” e que os cidadãos mineiros tinham em alto apreço suas virtudes sociais e valores patrióticos propondo, se necessário, “marcha[r] com a rapidez do raio” para sufocar o “monstro anárquico; e depois da paz restabelecida” regressariam para o seio de suas famílias para receber o agradecimento pelos feitos “heroicos”.²²¹ A Sociedade Defensora de Lavras do Funil respondeu através de ofício oferecendo toda a colaboração podendo o governo provincial contar com os fundos da Sociedade quando julgar necessário em caso de urgência. Em 10 de março de 1832 a Sociedade Pacificadora Filantrópica e Defensora da Liberdade e Constituição de Sabará também enviara correspondência referindo-se à anarquia na Corte e enfatizando e renovando seus votos de tudo “sacrificar se necessário for, para manter em todo o seu brilho e pureza o império da lei”.²²²

Em 11 de março de 1832 – A Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da Vila de Campanha escreveu que concorreria com as outras sociedades

²¹⁹ Idem. Ofício enviado à Matriz em 25/02/1832.

²²⁰ *Astro de Minas* n° 665 28/02/1832.

²²¹ Idem.

²²² APM SP PP 1/7 Caixa 1– Correspondências recebidas pela Presidência da Província.

defensoras. Em 29 de março de 1832, a Sociedade Patriótica de Mariana escreveu que estava firme em sustentar com todos os esforços físicos e morais a constituição jurada em 25 de março de 1826 e a “sociedade espera que vossa excelência lance mão de todos os meios ao seu alcance para suplantar o monstro que ameaça e é inimigo do Brasil, pois Dom Pedro II foi escolhido pela nação”.²²³ A Sociedade Defensora da Vila de Paracatu do Príncipe enviou o seguinte Manifesto:

Paracatu 1832 – Manifesto pela legalidade –

O Conselho da Sociedade Defensora, e Promotora dos Direitos do Cidadão, depois de ter muito meditado sobre os diversos, infaustos acontecimentos, que posteriormente ao sem par dia sete de abril hão tido lugar assim na Corte, como em quase todas as Províncias do Império, depois de ter refletido sobre a maior parte dos impressos periódicos e avulsos que tem o tipo de revolucionários e que a cada passo se estão traindo, e finalmente depois de ter recebido um ofício da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de São João del-Rei, que lhe comunicou, que muito se trama na Capital do Império, para derrubarem alguns dos Membros da Excelentíssima Regência, e do Ministério, tem certo o Conselho, de que, se não fosse atendível o perigo, sua ilustre Consorcia, cheia de luzes, prudências e patriotismo não desenvolveria tanto zelo, e atividade, se tem intimamente convencido de que uma facção composta de descontentes, ambiciosos e presumidos, esquecendo-se do respeitável nome da Pátria, para empolgar riquezas, honras e empregos, com tanto afã se propõe ou proclamar o Governo Democrático, não possuindo ainda o Brasil todos os elementos necessários para o poder sustentar, ou tudo perturbar, e desunir para facilitar ao Príncipe, a quem sua própria consciência gritava, que era indigno de trazer sua Coroa Constitucional, as avenidas do Trono, de que caíra, ou colocar seus chefes, de quem um dia esperam ser pelos informes serviços em o posto dos Cidadãos Patriotas, que só o bem ser, e a prosperidade do Império, e que em virtude da Constituição e das Leis dirigem os Negócios do Estado.

Dentre estes, qualquer que seja o fim dos facciosos é evidentemente atentatório e destruidor do nosso Pacto Social, cujas desejadas e necessárias reformas não se podem realizar, sendo somente pelos tramites no mesmo prescritos e para o que já se hão dado os mais sinceros e legítimos passos: por isso o Conselho desta Sociedade declarando-se altamente contra a facção desorganizadora inimiga da Pátria, tem tomado a firme resolução de empregar esforços que a seu alcance estiverem para sustentar a Constituição e o Governo legitimamente constituído, já procurando neste sentido manter a união entre os cidadãos do Município já por meio de insinuações e ligando-o cada vez mais com o Governo da Província, e com outras Comarcas da mesma, e já finalmente, caso os facciosos se declarem, e empunhem as armas,

²²³ APM SP PP 1/7 Caixa 1– Correspondências recebidas pela Presidência da Província.

visando a combater-los, e exterminá-los, e sacrificando para tão santo, justo fim as vistas e fortunas.

Vila do Paracatu do Príncipe em sessão extraordinária de 31 de março de 1832.²²⁴

Então, o grupo moderado concentrou suas forças para combater os “restauradores”, focando especialmente em José Bonifácio questionando seu cargo de tutor, reorientando as atividades da Sociedade Defensora coadjuvada com as filiais para se tornar “num importante centro difusor das ideias e das ações da ‘facção moderada’, sem contudo perder o seu caráter de organismo de controle social”.²²⁵ Em de 17 de agosto de 1832, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de Lavras do Funil via com profunda mágoa os inimigos da Pátria “pondo em prática a privação do Brasil de uma Regência eminentemente patriótica e um ministério que unia a mais consumada liberdade e encara com horror tamanha coragem. Era o momento do Brasil se unir e reitera os protestos de 2 de fevereiro, estando seus membros dispostos a concorrer ainda as custas dos mais duros sacrifícios”²²⁶. Criada em 09 de setembro de 1832, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de Arraial do Bom Sucesso, com o fim de concorrer com suas forças a bem da manutenção da ordem pública “fazendo forte barreira contra qualquer partido desorganizado que porventura dilacerar a comunhão política do Império”²²⁷.

Essa postura da Sociedade Defensora fica clara na sessão do dia 18 de março de 1832, quando José Alcebíades Carneiro como relator da Comissão devia dar um parecer sobre a circular que a Sociedade Promotora do Bem Público da Vila do Príncipe. Leu e mandou a Mesa o parecer com reflexões sobre o principal objeto daquele ofício. Pela sua análise o ofício tinha por finalidade bloquear as associações patrióticas estabelecidas no Império, assim como “aos Corpos coletivos da Municipalidade para uma revolução ou antes uma sedição, que deve terminar-se com a queda do Senado,”²²⁸ e continuava dizendo que o plano da Sociedade era grande quando “julga que os Brasileiros devem prevenir o Senado”, para

²²⁴ Idem.

²²⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit., 1990, p. 105.

²²⁶ APM SP PP 1/7 Caixa 1– Correspondências recebidas pela Presidência da Província.

²²⁷ Idem.

²²⁸ *Astro de Minas* n° 674 de 20/03/1832.

não anuir com o Projeto das reformas que foi aprovado na Câmara dos Deputados até que houvesse a convocação da futura Assembleia Legislativa e que se esforçassem para que nos respectivos círculos eleitorais se dessem poderes constituintes aos futuros deputados para reformarem a Constituição na forma do Projeto aprovado na Câmara dos Deputados e fazendo a reforma independente do Senado. Os futuros eleitos deveriam reunir-se o mais breve possível, “declarando terminada a Legislatura atual do Senado, fazendo os Deputados Eleitos as funções de Assembleia Legislativa em tudo o mais, não passando os poderes Constituintes além do Projeto de reformas da Câmara dos Deputados”.²²⁹ E acrescentava dizendo que a comissão “julga que um procedimento desta natureza nada menos importaria, que um rompimento dos laços sociais, por isso que se vinha a ofender mui de perto uma das partes essenciais dos Poderes Políticos”²³⁰, pois o Legislativo é sem dúvida a melhor garantia das instituições livres.

A comissão não desconhecia a necessidade das reformas, só reprovava os “meios violentos, e contrários ao Sistema, ora lembrados pela Sociedade Promotora do Bem Público, em quem, todavia a Comissão não supõe má fé no convite”, mas ponderaram que talvez a Sociedade estivesse com excessivo ardor pelas reformas e estava sendo precipitada o que poderia ocasionar desordem e adiar as reformas. E considerava que:

também a Comissão, que o Senado observando a pensar da minoria, ou quase totalidade da Nação, e atendendo ao interesse geral do Estado, não quererá expor-se inteiramente ao Projeto das reformas; já que alguns dados tem a Comissão para assim julgar, tal é a Resolução que se adotou no Senado, espaçando-se a época das Eleições mesmo para poder ele meditar melhor sobre o Projeto das reformas, que da Câmara dos Deputados lhe fora enviado poucos dias antes do seu encerramento. E ainda quando por íntima convicção se desse no Senado sentimentos opostos, não estavam esgotados todos os meios legais, e ordinários para que a Nação lançasse mão de um extraordinário como o que indica a Sociedade Promotora do bem público.”²³¹

E continuava citando que o direito de representação era uma das melhores garantias do artigo 179, parágrafo 30, da Constituição sendo um recurso aos cidadãos de uma nação

²²⁹ *Astro de Minas* n° 674 de 20/03/1832.

²³⁰ *Idem.*

²³¹ *Idem.*

livre para obter fins justos e melhorar as condições de governo a que pertence. O plano da Sociedade Promotora só teria lugar caso o Senado não concordasse com o Projeto de reformas e que com a crise que vivenciavam naquele momento seria de bom tom estabelecer a ordem e consolidar os ânimos que se achavam divididos pelo espírito das facções, divergência de opiniões sobre os objetos da política. Fica evidente que os objetivos da Sociedade Promotora era a mobilização das sociedades patrióticas. AS sociedades só aceitariam a proposta de reforma se ela fosse acatada pelo Senado e a Sociedade Promotora do Bem Público através da proposta de Teófilo Otoni, seira a de fazer as reformas com ou sem o Senado. Wlamir Silva aponta que “as reformas eram contextualizadas, sempre, no embate mais amplo das orientações políticas. Os moderados de Minas saíam em defesa da Regência e da Assembleia” com o intuito de fortalecer o governo regencial²³².

Portanto, o parecer da Comissão era de que a Sociedade se dirigia ao Senado por uma representação de forma respeitosa solicitando a aprovação do Projeto com emendas ou sem elas antes da convocação da “seguinte Legislatura” para que os novos eleitores pudessem conferir aos futuros deputados “os plenos poderes de reformarem a Constituição pelos meios estabelecidos nela mesmo” e que fosse comunicada essa deliberação à Sociedade Promotora do bem público da Vila do Príncipe declarando que a Sociedade Defensora de São João del-Rei não pode aceitar o convite “conforme o espírito Constitucional”.²³³ O diretório da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência de Baependi, em resposta ao mesmo ofício da Sociedade Promotora do Bem Público de Vila do Príncipe, acrescentara que meditara profundamente sobre todas as proposições e respondia de forma parecida e ressaltava a questão de ser ter prudência, mas fez um acréscimo interessante dizendo que a comissão notara que a originalidade do objeto que encerra o ofício da Sociedade Promotora do Bem Público pertence ao “misterioso e incompreensível Luiz Augusto May nos apontamentos, que oferecera à Câmara dos Senhores Deputados, e que vem impressos no

²³² SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009. p. 216.

²³³ *Astro de Minas* n° 674 de 20/03/1832.

Tempo N.34,35 e 37 e que só por este único motivo deve ser suspeitosa a proposição”²³⁴ e não mereceu a atenção da Câmara.

Quem era Luiz Augusto May e o porquê de se ter prudência? May não era brasileiro, havia nascido em Lisboa, estudou em Coimbra, fez parte do Batalhão Acadêmico com José Bonifácio, durante a ocupação francesa²³⁵. Foi redator do periódico *A Malagueta* que surgiu no Rio em 1821 e segundo Isabel Lustosa “May gostava de um cargo público, de uma condecoração. Era ambicioso”²³⁶. Seu jornal “se tornou o mais popular na Corte, chegando a contar com quinhentos assinantes no Rio de Janeiro”²³⁷ e Lustosa completa que “sua publicação era um ato de destemor de um cidadão comum”²³⁸ frente a outros mais poderosos. Seu periódico circulou de 1821 a 1833 totalizando 122 números. Foi um redator polêmico e

Mais tarde, quando May entrar em confronto direto com os Andrada, lembrará que desde o primeiro número de seu jornal, já apontara “os graves prejuízos que se seguiram do abandono em que este jovem príncipe se viu, entregue às frioleiras ou charlatanismo de outrem”. Era o estilo do *Malagueta*, cheio de circunlóquios, de observações de duplo sentido, de falsa subserviência, que irritava profundamente seus adversários²³⁹.

Provavelmente o fato de May por meio de seu jornal participar ativamente da política e usar a imprensa como uma das formas de exercê-la, a sua escrita muito assertiva poderia ser motivo de prudência por parte das Sociedades mineiras articuladas mais com a moderação.

Anteriormente foi citado que as Sociedades Mineiras fariam o que estivesse ao seu alcance para a manutenção da tranquilidade e ordem inclusive com ajuda pecuniária. A renda das associações provinha das contribuições pagas pelos associados. Em sessão ordinária do dia 04 de março de 1832 o Sr. Francisco José de Sales Secretário comentou sobre o

²³⁴ Ver uma breve biografia de Luiz Augusto May escrita por GOUVÊA, Myriam Paula Barbosa Pires.

Disponível em:

https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1528996400_ARQUIVO_ARTIGO.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021

²³⁵ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência. (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 156-157.

²³⁶ Idem, p. 158.

²³⁷ Idem p. 160.

²³⁸ Idem. p.160.

²³⁹ Idem. p.161.

comprometimento da Sociedade em entregar ao Governo seus fundos em caso de urgência, mas, até o momento, a maioria dos membros não tinha quitado as entradas e mensalidades. Solicitava ao conselho que tomasse medidas, em observação ao artigo 15 dos Estatutos da Sociedade para mandasse anunciar pelas folhas públicas “que o Conselho convida a todos os Membros da Sociedade para fazerem o mais breve possível o pagamento de suas entradas, e mensalidades”²⁴⁰, pois eles devem estar prontos para serem entregues ao governo. Foi pedido então um levantamento dos sócios inadimplentes.

Segundo Lúcia Guimarães “muitos boatos circularam na Corte sobre movimento tramados pelos caramurus com a intenção de derrubar o governo²⁴¹”, mas a rebelião esperada pela Sociedade Defensora que “poderia levar a uma guerra civil reduziu-se a dois levantes no Rio de Janeiro em 3 e 17 de abril de 1832”,²⁴² e “estas insurreições seriam intensamente exploradas pela Sociedade, que delas se utilizaria para reforçar ainda mais a sua imagem de guardiã da ordem e da segurança pública, bem como órgão de apoio do governo”²⁴³. O movimento foi de pequena dimensão e tratou-se de militares que estavam presos nas fortalezas de Villegagnon e Santa Cruz e que foram “contidos por apenas vinte cavalarianos” e “o mais significativo foi um manifesto divulgado na cidade em 2 de abril”²⁴⁴ no qual se acusava o governo de estar conivente com o plano de reconduzir D. Pedro I ao trono. O movimento de 17 de abril também foi de pequena proporção chamado de “intentona caricata”²⁴⁵ com a utilização de dois canhões de brinquedo pertencentes a D. Pedro I e D. Miguel quando crianças por alguns criados do Paço Imperial, guardas nacionais da freguesia do Engenho Velho e alguns militares comandados por um estrangeiro de nome Barão Bullock e serviria de motivo para “que fosse solicitado à Câmara a deposição do tutor de D. Pedro II, José Bonifácio, sob a alegação de que o levante de Bullock havia contado com a conivência do velho Andrada e que o jovem imperador não estaria seguro”²⁴⁶.

²⁴⁰ *Astro de Minas* n° 675 de 22/03/1832.

²⁴¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, *Op. Cit.*, 1990. p. 111.

²⁴² *Idem* p. 111-112.

²⁴³ *Idem* p. 111.

²⁴⁴ *Idem* p. 112.

²⁴⁵ *Idem* p. 113.

²⁴⁶ *Idem* p. 114.

As correspondências trocadas entre a Defensora do Rio de Janeiro e as sociedades do interior evidenciam a vinculação com o governo dos moderados e a campanha empreendida pelo esclarecimento da opinião pública promovida pela Sociedade aponta que “procurava-se evidenciar a falta de segurança a que estavam expostos os jovens membros da família real brasileira”²⁴⁷ sob a guarda de José Bonifácio e “as práticas usadas para incriminar” o tutor e afastá-lo dos príncipes não passariam “despercebidas a um outro ‘defensor’ – Martin Francisco Ribeiro de Andrada, irmão do velho Andrada, um político ardiloso na tribuna da Câmara dos deputados”. Este fez um discurso contra a Sociedade afirmando que havia cometido um engano ao ter entrado para a Sociedade. E apoiado no discurso de Martin Francisco, o Deputado Holanda Cavalcanti denunciou que a associação era incapaz de gerenciar o governo e que ela se tornava um “Estado dentro do próprio Estado”²⁴⁸. Em resposta a Sociedade Defensora do Rio de Janeiro publicou na *Aurora Fluminense* um artigo solicitando que o Sr. Holanda fosse examinar todos os registros, livros, atas e documentos para comprovar que a Sociedade nunca interveio em nenhum negócio político e que sua ambição era defender a ordem estabelecida.²⁴⁹ Consequentemente

conclui-se que, em maio de 1832, a Defensora já não seria mais aquele tipo de organização patriótica concebida por Borges da Fonseca, para fazer frente ao impacto causado pela Abdicação nos meios políticos da Corte. A agremiação se transformara numa entidade de caráter eminentemente político-partidário, cuja atuação teria como finalidade garantir a preponderância do grupo liberal moderado no governo da Regência.²⁵⁰

Apesar da pressão que fizeram os membros da Defensora do Rio de Janeiro quanto das filiais do interior, José Bonifácio de Andrada permanecera como tutor. A Câmara aprovou a sua destituição, mas o Senado a rejeitou com a diferença de um voto contribuindo para que a opinião pública reforçasse a “imagem de a Câmara Alta era um reduto ‘caramuru’”.²⁵¹

²⁴⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, Op. Cit., 1990. p. 115.

²⁴⁸ Idem p. 116

²⁴⁹ Idem p. 117

²⁵⁰ Idem p. 119.

²⁵¹ Idem p. 119

O Conselho da Sociedade Defensora de São João del-Rei enviou uma Súplica a cada um dos Ministros e Secretários do Estado das diferentes repartições do Império de acordo com um pedido da Sociedade Defensora da Vila de Campanha para que o Estado não desamparasse a administração que estava tão bem-conceituada na opinião de gente sensata, pois se devia continuar a debater “as facções de um e de outro gênero”²⁵² para salvar a nação do despotismo. A Sociedade solicitava que em nome da Pátria não desamparasse o estado de oscilação em “que espíritos ambiciosos intentam ocupar as redes do governo”²⁵³ e sim por motivos e interesses particulares. Protestos foram feitos e caso a Assembleia negasse ou demorasse para tomar providências enérgicas necessárias para salvar a Nação fez temer os sensíveis brasileiros para quem a Pátria “não é um nome em vão” e a Sociedade observava com mágoa que as medidas ainda não tinham sido tomadas, pois algumas discussões inúteis tinham tomado tempo precioso e por isso antevendo os males “roga que existisdes(*sic*), vos conserveis com tudo na administração de que estais encarregados, contando com o apoio da parte sã da Nação, que reconheceu os muitos benefícios que haveis feito ao Estado”²⁵⁴.

Todo esses questionamentos levaram ao episódio conhecido na historiografia como “Golpe da Chácara da Floresta”, quando os moderados assumiram uma postura revolucionária através de uma tentativa de golpe de Estado.²⁵⁵ Foi uma manobra das lideranças moderadas em que a Regência e o Ministério se demitiram e Câmara dos Deputados se converteria em Assembleia Nacional para aprovar as reformas pretendidas e elaborar uma nova Constituição denominada “Constituição de Pouso Alegre” documento “editado nas oficinas do jornal ‘Pregoeiro Constitucional’, de propriedade do ‘defensor’ José Bento Ferreira de Melo”²⁵⁶. O “pretense Golpe teve início em 26 de julho de 1832”, liderados pelo Padre Feijó o Ministério encaminhou à Regência o seu pedido de exoneração:

Lido o documento da Regência, cuja conivência com o golpe é incontestável, constituiu-se na Câmara uma ‘Comissão Especial’, incumbida de propor medidas capazes de solucionar o impasse gerado pela renúncia dos regentes em exercício. A comissão foi imediatamente constituída pelos deputados

²⁵² *Astro de Minas* n° 725 de 19/07/1832.

²⁵³ *Idem*.

²⁵⁴ *Astro de Minas* n° 725 de 19/07/1832.

²⁵⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, *Op. Cit.*, 1990, pág. 121

²⁵⁶ *Idem*, p. 121.

Gabriel Mendes dos Santos, Gervásio Pires Ferreira, Candido Baptista de Oliveira, Manoel Odorico Mendes e Francisco de Paula Araújo; sintomaticamente, excetuando-se Pires Ferreira, todos os demais parlamentares encarregados de estudar a questão eram membros da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional.²⁵⁷

Em 31 de julho após as ponderações de Honório Hermeto a Regência foi convidada a permanecer no cargo, o projeto de reforma constitucional foi remetido de volta à Câmara dos Deputados acompanhado das emendas feitas pelos Senadores e este episódio significou “um divisor de águas na trajetória do chamado ‘liberalismo moderado’, pois mostrou que na disputa pela prevalência do poder o grupo moderado e defensor da ordem, poderia se comportar de forma revolucionária além de mostrar que não havia uma coesão interna apesar de existir uma identidade ideológica.²⁵⁸ Na Defensora do Rio de Janeiro em seus documentos oficiais não foi feita nenhuma menção ao golpe apesar dos defensores terem se envolvido pois foi publicado um anúncio no periódico Aurora Fluminense convocando para uma reunião extraordinária em 27 de julho²⁵⁹. Também não houve nenhuma menção nas atas disponíveis da Sociedade Defensora de São João del-Rei. O periódico *Astro de Minas*²⁶⁰ publicou a carta com que Feijó se despediu da Regência e o Parecer da Câmara dos Deputados sobre a demissão da Regência e se pronunciou:

vê-se a Regência sem Ministério, graças a digna dúzia e meia de Senadores, que não leem, nem ouvem, nem se importam com o bem do Estado, embebidos em as mesmas paixões, que outrora lhes granjeou o ódio, que tantas vezes se tem manifestado, quantas têm sido as representações em prol das reformas, cada uma das quais é um manifesto do desejo que tem os povos de se desembaraçarem-se de um corpo educado no antigo Credo político, e que dificilmente deixa escapar resolução, que não pareça trazer a Cabeleira do Marquês de Pombal.²⁶¹

Segundo Lúcia Guimarães, em relação à Defensora do Rio de Janeiro há um documento oficial denominado “Voto de Graças dirigido ao ex-Ministro da Justiça, Senhor Diogo Antônio Feijó” indicando que a Defensora anuiu com o golpe e procurou identificar-

²⁵⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit., 1990. p. 122.

²⁵⁸ Idem p. 124.

²⁵⁹ Idem p. 125.

²⁶⁰ *Astro de Minas* n° 735 de 11/08/1832 e *Astro de Minas* n° 736 de 14/08/1832.

²⁶¹ *Astro de Minas* n° 735 de 11/08/1832.

se como vítima do golpe²⁶². “Esse movimento político não surtiu os efeitos desejados e gerou sequelas na facção moderada, pois saíram fragilizadas e a motivação que persistiu foi a luta contra os restauradores”²⁶³.

Existe uma lacuna na documentação da Sociedade Defensora de São João del-Rei. Não encontrei nenhuma publicação dela no periódico *Astro de Minas* e nem no Livro de Atas no período posterior à 19 de julho de 1832 até julho de 1833. No Arquivo Público Mineiro, localizei somente algumas correspondências enviadas à Presidência da Província. Em 19 de janeiro de 1833, alguns pontos da sessão extraordinária ocorrida naquela data, quando o conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de São João del-Rei, não deixaram de compartilhar o júbilo de que estavam possuídos por todos aqueles que verdadeiramente estimavam e apreciavam a liberdade de sua Pátria, pela sucessão de interesses e de vínculos que em épocas marcadas na constituição vivificavam, alentavam e davam novo empenho ao gênio da liberdade. O conselho da Sociedade Defensora felicitava a si mesmo, aos seus provincianos e a Nação. E continuava afirmando que todos sabiam que uma constante solicitação os animava pelo bem geral da Província que um zelo patriótico inspirava medidas salutares para extirpar os abusos degradantes da honra e dignidade provincial. E continua pontuando:

O que faltava aos senhores para preencherdes gloriosamente os destinos que a Província confiou as vossas luzes, a vossa providência, a vossa circunspeção? Nem forças, nem meios, nem desejos, tanto mais secundados pela voz da opinião, o voto Provincial, a verdadeira expressão do interesse público e particular, contra o qual servirão quebrar todos os esforços das facções e dos partidos que cedo ou tarde ficarão reduzidos a sua própria nulidade O ponto é, senhores que de todas as vossas forças coopereis para que se obtenham as reformas reclamadas pela nação, e decretadas pela Assembleia Geral, a cuja expectativa se deve certamente ao repouso que gozamos: o ponto é que as vossas luzes, e vossa profunda meditação possa achar um meio mais óbvio e pressuposto de propor ao Corpo Legislativo a renovação do atual Tutor do Jovem Imperador, entregando a direção de uma Minerva, senão mais sábia, ao menos mais bem intencionada, e que conduza retamente ao caminho da verdade e da justiça e a Pátria vos encherá de bênçãos.

²⁶² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, Op. Cit., 1990. p. 125.

²⁶³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, Op. Cit.,1990. p. 127.

Vila de São João del-Rei em Sessão extraordinária de 19 de janeiro de 1833

Francisco Antônio da Costa Presidente, Florêncio Antônio da Fonseca Vice, Antônio Fernandes Moreira, José Joaquim de Santana, Francisco José de Sales, Sabino Januário do Sacramento, Martiniano Severo de Barros, Francisco Antônio dos Passos Secretário. Francisco José de Alvarenga, José Maria da Câmara Secretário.²⁶⁴

Em 5 de fevereiro de 1833, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada no Arraial de Santana do Sapucaí, termo de Campanha, envia uma carta cujo teor era de que tinha certeza de que os retrógrados, ou caramurus continuavam “a sua marcha desorganizadora, tomando por suas astúcias errantes”, um partido “crescido de malvados”, que poderiam fazer de alguma forma a “sorte um tanto mais pesada” e que estavam dispostos a “sacrificarem as preciosas vidas antes que tais malvados consigam seus depravados planos”²⁶⁵. Em 01 de abril de 1833 a Sociedade Defensora Campanhense certa de que um ramo do partido restaurador pretendia “arrancar a administração do Governo desta Província as mãos de Vossa Excelência tão sábia, tão justa e legalmente rege em nome do nosso adorador Imperador o Sr. Dom Pedro II nos incumbe por meio desta um solene protesto”²⁶⁶ e dizia que ela não obedeceria jamais ao governo intruso.

A Sociedade Defensora do Rio de Janeiro enviou uma correspondência em 10 de maio de 1833 a todas as Sociedades Patrióticas estabelecidas no Império com o propósito de levar ao conhecimento de todas a narração dos fatos ocorridos na Corte da forma mais fiel possível para mostrar a “estima e consideração” pelas mesmas e reforçar que os princípios políticos que objetivavam seus trabalhos não haviam sofrido alterações. Nesta carta relatou que a última correspondência da Sociedade havia chegado em novembro 1832 e na “época em que a facção antinacional começara a por em prática o plano de assassínios”, com a intenção de interromper a paz. A carta tinha a pretensão de retomar a narração que fora interrompida e também os eventos que ocorreram naquele espaço de tempo, reforçando que o ano de 1832 havia se encerrado sem que “a menor tentativa liberticida” tivesse efeito e houve vários “escritos incendiários” espalhados em grande número, pois a eleição estava próxima e a

²⁶⁴ APM SP PP 1/7 Caixa 1 – Correspondências recebidas pela Presidência da Província.

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Idem.

intenção desses “escritos” era a “derrota dos defensores da liberdade legal”²⁶⁷ e no princípio do ano, infelizmente, a Princesa D. Paula Mariana, irmã do imperador, havia falecido e nem o governo e o povo foram oficialmente informados do estado de saúde da princesa e que durante sua doença a princesa não teve o tratamento adequado devido ao desleixo que havia no Paço Imperial, claramente em referência aos incidentes de 17 de abril e criticando o tutor Bonifácio Andrada.

Continuava a carta dizendo que o mês de fevereiro foi marcado pelo começo da luta das eleições e que estavam sendo desafiados pelos “escritores retrógrados”, pois a Corte era “o foco e reunião de todas as classes de foragidos, de vagabundos, de ambiciosos e de descontentes, que desejosos de mudar de fortuna, estão sempre à disposição do primeiro partido que melhor lhes paga”.²⁶⁸ As eleições ocorreram com violências e excessos de todos os gêneros ameaçando a ordem e a tranquilidade, porém os candidatos da “liberdade e da ordem legal” foram aceitos em toda a província.²⁶⁹ Segundo Lúcia Guimarães, Evaristo da Veiga já havia percebido que a moderação teria dificuldades para fazer maioria na Câmara e apesar “do empenho das autoridades regenciais, da atuação dos defensores a votação dos caramurus foi superior ao número de votos atribuídos aos candidatos da Moderação”.²⁷⁰ Por outro lado, “a esmagadora votação obtida no interior fluminense, pelos representantes da facção liberal moderada [...] revela que a máquina da Defensora havia funcionado a pleno vapor em todas as vilas da Província com suas filiais organizadas”.²⁷¹ Esta correspondência visava colocar todas as sociedades cientes e me pareceu uma explicação ao resultado geral das eleições de 1833 e com a intenção de historiar a expansão do “partido restaurador” conclamando as “congêneres para um movimento unificado”²⁷² no sentido de conter este avanço envia um relatório em junho 1833 :

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional nesta Corte, não perdendo ocasião de comunicar às outras Associações políticas do

²⁶⁷ APM SP PP 1/7 – Caixa 1 – Correspondências recebidas pela Presidência da Província.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, Op. Cit., 1990. p. 133.

²⁷¹ Idem p. 135.

²⁷² Idem p.137. A autora reproduz em seu trabalho o que foi publicado no Aurora Fluminense. No APM tive acesso ao documento original enviado às filiais.

Império quaisquer ocorrências que possam interessar a causa da Liberdade, vai agora levar ao conhecimento dessa ilustre Sociedade um assunto, que sem dúvida lhe merecerá a mais séria atenção.

Desde em princípios do ano passado, se começou a publicar o jornal denominado Caramuru; pelas suas doutrinas, bem como pelo entusiasmo com que foi recebido de homens, uns suspeitos, outros conhecimentos desafetos e hostis a nova ordem de coisas; e sobretudo vendo-se que emanava de uma associação intitulada Conservadora, composta de idênticos elementos, os Liberais conheceram que um partido restaurador, constante de antigos servos do Paço, que lamentam a perda das graças, e dos cabedais, que por todos os meios amontoavam, de indivíduos altamente dominados pelo espírito Metropolitano, e de descontentes que julgaram encontrar na revolução de 7 de abril um meio fácil de se locupletarem; pretendia perturbar a ordem estabelecida, e chamar de novo ao Trono Brasileiro o Príncipe, que o ocupara.[...]

Mas o perigo é grave, e há-se de mister que todas as Sociedade patrióticas, fazendo conhecer estas verdades, sincera, e eficazmente se empenhem em estabelecer entre todos os bons cidadãos uma união indissolúvel, em firmar as opiniões sustentadoras da revolução de 7 de abril, e em organizar assim uma resistência compacta, sisuda e invencível em defesa das nossas liberdades, e do Trono do Senhor D. Pedro II.²⁷³

O documento fazia menção também às “notícias fidedignas dos Diplomatas Brasileiros” anunciava que D. Pedro I “esse Príncipe alucinado por aquele abominável partido, tem mandado proceder recrutamentos de mercenários”²⁷⁴ para retornar ao Brasil. Relatava também “os horrores” como a sedição em Ouro Preto no ano de 1833, ou a Revolta da Fumaça, que evidenciou a fragmentação e dissenso da elite política mineira.²⁷⁵ Depois um longo período sem registro uma sessão do Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del-Rei em 25 de julho de 1833 faz referência ao ofício recebido da Corte apresentando os receios pelas tramas que “urdem” os inimigos em favor do ex-imperador e nesse momento o Sr. Pimentel pediu a palavra propondo o envio de uma felicitação ao novo Presidente pelo ingresso no Governo da Província e que na mesma constasse que a tranquilidade da Província dependia essencialmente da posição dos sediciosos de 22 de março e também que fosse dirigido ao ex-Presidente Manoel Ignácio “um

²⁷³ APM SP PP 1/7 – Caixa 1 – Correspondências recebidas pela Presidência da Província.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Sobre a sedição de Ouro Preto ver ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. Cit., 2008. Capítulo 4; SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009. Capítulo 7; BARATA, Alexandre Mansur. A Revolta do Ano da Fumaça. In: Dossiê. Revista do Arquivo Público Mineiro p. 79 a 91. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2014A08.pdf. Acesso em 06 jul 2021.

testemunho de gratidão pelos serviços prestados para o restabelecimento da Legalidade”.²⁷⁶ Em sessão do dia 11 de setembro de 1833 foi feita a leitura do ofício recebido do Exmo. Presidente da Província em resposta à felicitação que a mesma havia lhe enviado em julho do ano corrente e foi recebido com agrado geral “ficando o Conselho inteirado das justas intenções” do Presidente da Província.²⁷⁷

No dia 28 de julho de 1833 em nova sessão da Defensora o Sr. Pimentel propôs que fosse representado à Câmara dos Deputados a “desconveniência da anistia dos sediciosos do Ouro Preto” assim como a conveniência da demissão do Tutor que gerou uma “renhida” discussão que prejudicou as emendas do Sr. Alcebíades.²⁷⁸ Houve também uma proposta para que se riscasse da sociedade os Sócios Manoel Soares do Couto por ser “convencido do crime de sedição que tantos males têm causado a Província”. O periódico publicou uma nota em Sr. Alcebíades dizia que a facção desorganizadora havia ousado “deitar abaixo o governo legal²⁷⁹” depondo da Presidência o Sr. Manoel Ignácio de Mello e Souza e os deputados e conselheiros Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Bento Ferreira de Mello sendo o cargo assumido pelo vice-presidente Manoel Soares Couto. Convidava as sociedades patriotas para que comprassem alguns exemplares das folhas periódicas editadas na Vila e enviassem para todas as sociedades com as quais correspondiam para que fosse mostrado às Câmaras Municipais e demais autoridades que protestavam contra o “governo intruso”²⁸⁰. E fez uma proposta ao conselho da Defensora para que os sócios usassem uma insígnia no peito com as cores verde e amarela entrelaçadas no peito e as sócias usariam a mesma insígnia no pescoço.

Segundo Wlamir Silva

As características da Revolta da Fumaça resultaram da eficiência da hegemonia moderada em Minas, se entendermos que o controle do processo pela elite política mineira, tendo sob controle /consenso o conjunto da sociedade, permitiram-na iniciar uma hierarquização da política local e provincial que só será possível a outras regiões a partir de 1840/1850, com a

²⁷⁶ *Astro de Minas* n° 912 de 17/09/1833.

²⁷⁷ *Astro de Minas* n° 915 de 24/09/1833.

²⁷⁸ *Astro de Minas* n° 913 de 19/09/1833.

²⁷⁹ *Astro de Minas* n° 839 de 05/04/1833.

²⁸⁰ *Idem.*

centralização política e a submissão dos poderes locais à bipolaridade do centro²⁸¹

A Revolta do Ano da Fumaça ou Sedição Militar de 1833 foi caracterizada por uma disputa pela direção do poder e pelos projetos políticos que conduziam o país. Minas Gerais estava voltada para o projeto moderado a partir de sua elite política e a denominação da revolta ficou assim conhecida por causa da neblina que esteve presente na época na região de Minas onde ocorreu.²⁸²

E a situação de Francisco Joaquim de Araújo Pereira da Silva que acabara de ser declarado Caramuru por uma sentença e que se tornou um grande debate entre Alcebíades, Fernandes Moreira e Fonseca sobre a forma de proceder de exclusão. A sessão de 11 de agosto de 1833 se iniciou com a discussão de proposta de exclusão dos sócios na qual o Sr. Alcebíades sustentou que “esse negócio fosse remetido a uma Comissão especial para esta dar o seu parecer com a anuência do Sr. Sales e o Sr. Pimentel fez a leitura de uma certidão dos autos de suspeição reforçando que Francisco Joaquim era Escrivão da Ouvidoria, possuía defeitos morais e o fato de pertencer ao partido Caramuru do qual supunha-se ter saído o detalhe da “desgraçada catástrofe” que havia acontecido na família de Gabriel Francisco Junqueira, concluiu que não havia necessidade de uma comissão, pois os documentos não apresentavam nenhuma dúvida, e em votação unânime a exclusão do sócio Francisco Joaquim de Araújo Pereira ficando adiada à de Manoel Soares Couto “por não estarem os livros presentes”.²⁸³ A família de Gabriel Francisco Junqueira (filho, irmão, sobrinho e demais aparentados) foi alvo de uma rebelião escrava, que “ocorreu num momento em que a família adquiria grande expressão política e econômica na província e no Império”²⁸⁴. Havia vários projetos políticos em discussão e uma elite dividida. “A face mais visível desse conflito em Minas Gerais se deu com a Sedição Militar de 1833”, é esse sentido que, pode ser compreendida a movimentação da Defensora de São João del-Rei.

²⁸¹ SILVA, Wlamir. Op. Cit., 2009. p. 319.

²⁸² BARATA, Alexandre Mansur. A Revolta do Ano da fumaça. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2014A08.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021.

²⁸³ *Astro de Minas* n° 914 de 21/09/1833.

²⁸⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de Op. Cit. 2008. p. 301.

Já no dia 19 de março de 1834, houve uma sessão, em que foi feita uma indicação de exclusão de um dos membros da Sociedade. O Sr. Francisco de Paula Pereira d'Andrade, por ser indigno de pertencer a ela, pois havia participado da sedição de 22 de março do ano anterior e por se encontrar preso e sentenciado, não sendo necessário remeter a uma comissão para dar seu parecer. Segundo o Sr. Fernandes Moreira ele fora reconhecido como um dos mais influentes na Sedição e inimigo declarado das novas intuições²⁸⁵. Lúcia Guimarães constatou que na Sociedade Defensora do Rio de Janeiro as solicitações de exclusão de sócios também começaram a aparecer com frequência a partir de janeiro de 1832, o que evidenciava que internamente começava a uma averiguação de seu quadro social com o intuito de transformá-lo num “organismo político de apoio exclusivo à facção moderada”, o que certamente se tornou comum nas filiais do interior e em Minas como pode ser apurado no relato acima.

Ainda segundo a autora, houve um alerta às sociedades patriotas da ação dos caramurus.²⁸⁶ Foi empreendida uma verdadeira cruzada liderada pela Sociedade Defensora do Rio de Janeiro contra os restauradores e a permanência de José Bonifácio de Andrada e Silva²⁸⁷. Nos meses de setembro e novembro de 1833 foram expedidos relatórios para todas as congêneres, comunicados à imprensa, convocação dos associados, cidadãos para que fossem tomadas providências.²⁸⁸ O periódico *Astro de Minas* publicou em outubro de 1833 um relatório da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro enviando às Sociedades Políticas do Império. Neste relatório foi comunicado que depois de receber mensagem do governo em relação aos “Negócios Estrangeiros”²⁸⁹ na carta que dirigiu às Sociedades Políticas, poucos acontecimentos ocorreram na Capital do Império. As Câmaras Legislativas estavam ocupadas com outros assuntos, principalmente “com objetos financeiros” e não tinha tido tempo para se ocupar com as Propostas do Governo e que elas haviam se comprometido com o projeto que proibia ao ex-imperador a entrada no país através de uma resposta que foi enviada à Regência. O relatório exaltou, ainda o heroico

²⁸⁵ *Astro de Minas* n° 1002 de 19/04/1834.

²⁸⁶ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, Op. Cit., 1990. p. 138.

²⁸⁷ Idem p. 140.

²⁸⁸ Idem p. 140.

²⁸⁹ *Astro de Minas* n° 923 de 12/10/1833.

procedimento da Província de Minas Gerais no sentido de aversão contra a facção restauradora e que por ora havia bastado para reprimir as tentativas dos facciosos da Capital. Ressaltou que a facção promovia uma grande quantidade de publicações periódicas “aonde a calúnia contra os mais respeitáveis Cidadãos é a grande arma empregada”²⁹⁰.

As respostas às refutações ocorriam cotidianamente. Mas as calúnias sempre abalavam e colocavam em dúvida a probidade “dos homens que são assim diariamente cobertos de injúrias e de acusações gravíssimas”²⁹¹ e que não se devia atribuir importância, pois a meta desses “entes mais abjetos” que procuram cavar a ruína do Trono Augusto do inocente monarca e como forma de arrastar os cidadãos ofendidos ao desespero chegavam ao extremo de manchar a honra famílias, mulheres, filhas e irmãs dos homens que odiavam com escritos que a “facção aplaude, protege, e faz divulgar na Cidade e nas Províncias: não há família honesta que não tema, ao notar tais exemplos”.²⁹² E continuava dizendo que um partido que “lança mão semelhantes medidas” não tinha respeito ao “sexo indefeso, cuja posição na nossa sociedade as priva de toda a influência sobre os negócios políticos”²⁹³ só poderia trazer prejuízo e uma guerra civil ao entregar o país a um Príncipe Estrangeiro.

Segue o relatório afirmando que os absolutistas desde que foi conquistada a liberdade clamavam contra a imprensa livre e depois da regeneração se pronunciaram contra as associações populares, pois queriam usar da servidão destas como alavancas para a força liberal, não conheciam como os instrumentos de ordem e progresso foram empregados de forma regrada. E menciona a Sociedade Conservadora que em princípio do ano de 1832 tentaram erigir seria uma “poluição vergonhosa” do solo do Brasil e que foi desacreditada desde a origem apesar de seu jornal Caramuru ter maquinado “nas trevas” a ruína da pátria e então estabeleceram na capital uma Sociedade Militar com o fim de sustentar a Constituição do Estado e os direitos do Sr. Pedro II, “a subordinação e a disciplina”.²⁹⁴ Porém foi dito que

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ *Astro de Minas* n° 923 de 12/10/1833.

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ *Astro de Minas* n° 923 de 12/10/1833.

a Associação Militar mostrou querer ressuscitar tudo o que fora destruído. Como ressalta Lúcia Guimarães,

A sociedade Militar foi depredada, reiniciaram-se os tumultos de rua e foram empastelados os principais jornais que apoiavam os restauradores. Tirando proveito da situação de desordem e sob alegação de que no Paço Imperial estaria sendo planejada uma intentona semelhante àquela que fora comandada pelo falso Barão Bullock em 1832, a Regência decretou a ocupação do Palácio da Quinta da Boa Vista e a prisão de José Bonifácio. Coincidentemente, o auto de prisão do tutor seria lavrado pelo juiz de paz João Silveira do Pillar, o mesmo que havia encabeçado as adesões ao “Requerimento” enviado ao governo, dias antes.

Na realidade, numa manobra política bem articulada, aproveitando-se do recesso parlamentar e da atuação da Sociedade Defensora, os chimangos finalmente haviam derrubado a fortaleza e todos os conjurados da retrogradação.²⁹⁵

A filial mineira foi criada para apoiar à matriz da Corte e quando esta perde sua influência já não havia mais sentido continuar com a mesma. A última sessão da Sociedade Defensora de São João del-Rei, registrada pelo *Astro de Minas*, ocorreu no dia 19 de abril de 1834 para expulsão do relatado anteriormente. Assim como a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro, valendo-se de participações importantes, “entendeu ter cumprido sua missão e dever e esperava que a província mineira continuasse a colaborar para que as associações criadas contribuíssem para a grande obra da regeneração e prosperidade da Pátria”.²⁹⁶ Com a desagregação dos moderados, a Sociedade Defensora perdeu prestígio na Corte, mas junto com suas filiais do interior assegurou a vitória do Padre Feijó nas eleições para regente único.²⁹⁷

²⁹⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit., 1990, p. 142.

²⁹⁶ *Astro de Minas* n° 923 de 12/10/1833. Relatório enviado às Associações Políticas na Província de Minas.

²⁹⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit., 1990, p. 142.

Conclusão

A pesquisa confirmou que os membros das elites mineiras que compunham o quadro societário da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del-Rei possuíam múltiplas profissões, eram heterogêneos. A atuação delas nas associações políticas consistiu na adesão pública de certo número de indivíduos que assumiram compromissos para contribuir com seus interesses e fazê-los prevalecer. A associação possibilitou aos sócios um aprendizado e um meio de projeção política tanto no âmbito provincial quanto regencial. Trata-se de casos já abordados pela historiografia, como por exemplo, a trajetória de Gabriel Francisco Junqueira, que foi um líder político de destaque na comarca do Rio das Mortes, elegendo-se deputado pela província de Minas Gerais por três legislaturas²⁹⁸ e de outros membros que exerceram cargos nas câmaras municipais e tomando posições no plano de ação política dentro da filosofia liberal moderada²⁹⁹. E de acordo com a afirmação de Wlamir Silva que “o cerne da disputa esteve relacionado com a busca de cargos e vantagens eleitorais”³⁰⁰, o motivo dos sediciosos de 33, ao contrário da versão moderada, é que alguns tinham sido moderados e brigavam para continuar a ter acesso a esses espaços políticos. As elites mineiras proporcionaram uma consolidação política de âmbito nacional e eficiente e através suas atividades adquiriram através da prática a “homogeneidade necessária para sua continuidade”³⁰¹, contribuindo para que a integridade do Império não fosse comprometida.

Comparada com a Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, a de São João del-Rei possuía uma singularidade, pois houve admissão de mulheres em seu quadro societário. Para a do Rio de Janeiro, os estudos realizados não indicam a participação das mulheres sócias. Já no caso de São João del-Rei, há registros de várias mulheres, mas a única que teve um papel efetivo, citada nos periódicos e que desempenhava um papel pedagógico, foi a Professora Policena Tertuliana. Foi uma mestra de atuação e reconhecimento destacados. Possuía o

²⁹⁸ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. Cit., 2008. p. 233.

²⁹⁹ BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. Op. Cit. 2007; CARVALHO, Sheldon Augusto Soares de. Op. Cit., 2008. RESENDE, Edna, Op. Cit., 2008.;

³⁰⁰ SILVA, Wlamir. Liberais e Povo. Op. Cit., 2009.p. 318.

³⁰¹ Idem. p. 322.

maior número de alunas, exerceu o magistério com reconhecimento público em seu tempo, sobretudo em uma época em que os espaços de letramento eram bastante restritos. Esse número de considerável de mulheres possibilita discutir o lugar da mulher na sociedade do oitocentos e sua participação no espaço público, mas o silêncio das fontes não possibilitou analisar outras sócias, a não ser saber que eram casadas em uma situação em que suas ações eram mediadas pelos homens. A Policena Tertuliana é uma exceção que lança uma luz sobre esse universo patriarcalista.

Cumprido seu papel, não havia mais a necessidade da existência da Sociedade Defensora. E de acordo com Lúcia Guimarães, “a entidade, desde sua fundação, já trazia em seu bojo a semente regressista: trata-se do modo como os seus associados conceberam o episódio de 7 abril, encarando-o como um recurso extremo para que o Império fosse recolocado nos eixos”³⁰². A sociedade tentou ser uma unidade pela preservação da ordem e da regência, um projeto de ordem no qual os liberais mineiros acreditavam que haveria a possibilidade de manter a ordem sem necessitar a centralização. E esse projeto começa a perder força com a morte de D. Pedro I em 1834 quando os restauradores começam a perder espaço. A herança da Sociedade Defensora foi a preservação da integridade do Império.

³⁰² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, *Op. Cit.*, 1990. p. 238.

Anexo I

Quadro I – Integrantes da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional de São João del-Rei (1831-1835)³⁰³

Localidade de São João del-Rei
André Esteves dos Santos
Antônio Celestino de Figueiredo Neves
Antônio da Costa Braga
Antônio da Silva Braga
Antônio de Assis Alves Banho
Antônio de Pádua Costa (Reverendo)
Antônio Fernandes Moreira
Antônio Joaquim da Costa
Antônio Joaquim de Medeiros (Reverendo)
Antônio Joaquim Fortes
Antônio Joaquim Machado
Antônio José d'Almeida
Antônio Mariano Pereira Pimentel
Antônio Pereira da Costa
Antônio Simão de Almeida Luas
Antônio Vital de S. Anna
Benedito dos Santos Reis
Bernardo José Carneiro
Bernardo José Gomes Silva Flores
Caetano Alves de Magalhães
Cândida Júlia Dias (mulher de Antônio de Assis Banho)
Carlota Theresa de Jesus (mulher de Manoel de Magalhães)
Constança das Chagas e Andrade
Delfina Joaquina Lopes (mulher de Antônio Fernandes Moreira)
Desidério Antônio d' (?) e Silva
Domingos Antônio da Rocha
Domingos Gonçalves de Barcellos
Domingos José Vieira
Emerenciana Carolina de Almeida (mulher de Martiniano Severo)
Emerenciana Ludivina Porfíria do Nascimento (mulher de Francisco Antônio Gonçalves)
Emerenciano José de Souza Vieira

³⁰³ Série 38 – Conta Corrente - Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional – Soc. 203 – Caixa Amarela rolo 62 (SJDR). Biblioteca do Campus Dom Bosco - O cálculo engloba todos aqueles que em algum momento fizeram parte da associação.

Felipe Gomes Pereira
Fermiano Alves de Souza
Florêncio Antônio da Fonseca
Fortunato Antônio da Costa Magalhães
Francisco Antônio da Costa (Reverendo)
Francisco Antônio de Pádua
Francisco Antônio dos Passos
Francisco Antônio Fernandes
Francisco Antônio Gonçalves
Francisco das Chagas Caldeira
Francisco das Chagas e Andrade
Francisco das Chagas e Andrade Júnior
Francisco de Assis Pinto de Campos
Francisco de Paula d'Almeida Magalhães
Francisco de Paula Monteiro de Barros
Francisco de Paula Pereira de Andrade
Francisco de Paula Siqueira
Francisco Joaquim de S. Anna Rego
Francisco Joaquim DE Araújo Pereira da Silva
Francisco José d'Alvarenga
Francisco José da Silva
Francisco José de Sales
Francisco José Nogueira
Francisco Xavier das Chagas Viegas
Francisco Joaquim drie Avila Pereira da Silva
Gabriel Francisco Junqueira
Herculano Rodrigues Pacheco
Henriqueta Júlia de Andrade (mulher de Antônio da Costa Braga)
Ignácio Bernardes de Souza
Ignácio M. de Figueiredo
Ignéz Carlota Alves da Costa
Izidoro Correa de Carvalho (Reverendo)
Jacinto Ferreira Fontes
Jesuina de Goes e Lara (mulher de Francisco Xavier Chagas Viegas)
João Batista de Magalhães
João Batista Pereira Pimentel
João Batista Pinto de Almeida
João Bernardo
João da Silva Pereira
João Evangelista de Magalhães
João Ferreira Leite
João Gonçalves Gomes

João Martins de Carvalho
João Moniz de Carvalho
João Nepomuceno de Castro Viana
João Nepomuceno Cardoso Fontes
João Ribeiro Bastos
Joaquim Flausino Moreira
Joaquim José Correa
Joaquim Júlio Barroso Pereira
Joaquim Simões d'Almeida
Joaquim Thomaz da Costa Braga
José Antônio da Silveira e Costa
José Bernardino Teixeira
José Alcebíades Carneiro
José Coelho Mendes
José Estácio Ribeiro Vieira
José Fabião Cordeiro (Reverendo)
José Felipe de Castro Viana
José Francisco Guimarães
João Francisco Lopes (Reverendo)
José Gonçalves Gomes e Souza
José Joaquim Correa
José Joaquim de Assis
José Joaquim de S. Anna (Reverendo)
José Lameda d'Oliveira (Reverendo)
José Leite de Araújo
José Leite de Magalhães
José Manoel Ribeiro de Campos
José Maria da Câmara
José Pedro Lopes de Andrade
José Roiz Silva
José Roiz Viana
José Teixeira Coelho
Laura das Chagas e Andrade
Lina Augusta de N. Rosa
Luiz Alves de Magalhães
Luiza Maria de Noronha (mulher de João Batista Pinto de Almeida)
Manoel Antônio de Souza Ramos
Manoel Araújo Cortez
Manoel Azedias Pereira
Manoel Carlos Pereira
Manoel da Costa Santos

Manoel de Magalhães Gomes
Manoel Ferreira de Pinho
Manoel Francisco Campos Reverendo
Manoel Joaquim de Assis
Manoel Joaquim de Castro (Reverendo)
Manoel José da Cruz
Manoel Moniz de Azevedo Coutinho Rangel
Manoel Moreira da Rocha
Marciano Eugênio de Souza Ferraz
Maria Cândida de Jesus (mulher de José Rodrigues Viana Roiz)
Maria do Rosário (mulher de Luiz Alves de Magalhães)
Maria Ignacia Rufina
Maria Jesuina de Magalhães
Maria Josefa das Chagas Andrade
Maria Bernardina de Souza (esposa de Manoel Ferreira Cruz)
Mariana Carolina de Jesus (mulher de Francisco de Paula Almeida)
Martiniano Severo de Barros
Mecias Cândida de Almeida (mulher de João M. de Carvalho)
Missias Joaquina de Magalhães
Policena Tertuliana d'Oliveira (Professora)
Quinteliano José da Silva
Rita de Cássia de Oliveira Campos (mulher de José Alcebiades Carneiro)
Rita Maria Evangelista
Sabino d'Almeida Magalhães
Sabino Januário do Sacramento
Sebastião Antônio José Ribeiro
Silvestre Justiniano da Silva
Sem registro
Anna Carolina de Oliveira
Ana Thomasia da Mota (mulher de Francisco José de Magalhães)
Delfina Rosa Perpétua
Francisco de Paula Silva
Gabriel Mendes dos Santos
João Chavier da Silva
Joaquim Barbosa de Faria
Joaquim da Silva Lustosa de Macedo
José Gonçalves da Fonseca
Manoel Barbosa de Faria
Manoela Maria do Nascimento
Marçal de Souza Correa Landin

Mariana Augusta da Gama (mulher de Manoel Gonçalves Gomes e Souza)
Mariana Carolina de Magalhães
Localidade de Formiga
Anna Rosa de Jesus
Anna Luiza Teixeira
Antônio Felipe de Arantes
Antônio Ribeiro de Moraes
Bernardino de Faria Pereira
Bernardo Alves Moreira
Cândido Joaquim d'Arantes
Carlos Ferreira Pires
Francisco Bernardes da Silveira
Francisco Clemente Frade
Francisco José de Andrade e Melo
Francisco Teixeira de Carvalho
Honório Hermeto Correa da Costa
João Caetano de Souza
João José de Freitas
João Moreira Ribeiro
Joaquim Carlos Ferreira Pires
Manoel Rodrigues Braga
Maria Honória de São José
Maria Justina de S. Anna
Modesto Antônio de Faria
Prudêncio da Silva Leão
Rita Cândida de Arantes Moreira
Severino José de Oliveira
Thomaz Joaquim Barboza
Venceslao Alves Bello
Localidade de Musquito
Alexandre G. Parreiras
Antônio Cândido de Rezende
Damásio Pinto de Almeida Lana
Francisco de Assis Rezende de Alvim
Gervásio Gonçalves de Faria Lana
Gervásio Pereira do Carmo
João Gonçalves de Faria Lana
Joaquim Rodrigues Lana
Matheus Furtado de Mendonça
Localidade de Barbacena
Alexandre José dos Passos Herculano
Antônio de Sá Fortes

Antônio Marques da Silva Pereira
Carlos de Sá Fortes
Feliciano Coelho Duarte (Comendador)
Flora Florentina Ferreira (mulher de José Rodrigues Condé)
Joaquim José Bernardes
José Joaquim Ferreira Armonde
José Roiz Condé
Marcelino José Ferreira
Maria Honória da Silva (mulher de Alexandre José P. Herculano)
Localidade de Passatempo
Antônio Alves de Moura
Antônio Félix Teixeira
Francisco José de Mesquita
Manoel Lourenço de Mesquita
Localidade Tamandoá
Antônio Domingues Ferreira de Souza
Braz Valentin Dias
Felipe de Souza Macedo (Reverendo)
Francisco Martins do Nascimento
Gregório Luiz de Cerqueira
João Antunes Correa (Vigário)
João José Loures
Joaquim Ferreira Carneiro
José Severino do Rego (Vigário)
Josefa Maria de Jesus
Laura Joaquim da Assunção
Maria Magdalena Felizarda de Melo
Maria Rita
Sebastião Alves de Sá Rocha
Severino da Silva Leão (Reverendo)
Thomaz de Aquino Cabral
Victal Manoel de Azevedo
Aiuroca
Antônio dos Reis Silva Rezende (Reverendo)
Francisco Teodoro Teixeira
Barra do Rio das Mortes
Antônio José Teixeira
Vassouras
Antônio Leite de Magalhães Pinto
Jacuí
Bonifácio Justino Alvares
Madre de Deus
Camilo de Lélis Ribeiro da Cruz (Reverendo)

Quilombo
Clementino José do Carmo
Joaquim Vital d'Oliveira
José Braz d'Almeida
José Dias Tostes
José Ribeiro d'Almeida
Julião Dias Tostes
Luiz Coelho Guimarães
Manoel Ribeiro Nunes
Marcelino Gonçalves da Costa
Pedro Dias Tostes
Rio Grande / Saco do Rio Grande
Delfina Leocádia de Magalhães
Joaquim Pedro Guimarães
Manoel Rodrigues de Andrade
José Maria da Fonseca Reis
Santa Rita
Flávio José da Silva
Francisco Mendes de Almeida
Santo Antônio do Monte
Florentino Costa Pacheco
João Caetano Novaes
João Gonçalves de Mascarenhas
Manoel Caetano de Almeida
Manoel Caetano de Almeida Júnior
Nicolau Antônio N.V. da Gama
Zeferino José de Mesquita
Nazareth
Floriano Leite Ribeiro
Cajurú
Francisco Antônio de Carvalho
Francisco H. de Castro
Francisco S. Antunes Guimarães
Mariana Delfina da Conceição
Japão
Francisco de S. Antão Abbade
João José Santos (Reverendo)
Joaquim Barcellos de Aguiar
Joaquim Anacleto do Nascimento
Manoel Ferreira Villassa
Carrancas
Francisco José de Andrade
Joaquim da Silva Pires

José Esteves de Andrade
José Camilo de Lellis
Manoel Joaquim de S. Anna
Manoel José Soares
Rio Preto
Francisco Ricardo da Silva
Luiz José de Souza e Silva
Remédios
Francisco Teixeira Guedes
Ouro Preto
Inocêncio Palestino Ribeiro
José Pedro de Curi
São Domingos de Bocaina
João Alves Serino
Lavras
João da Silva Ribeiro de Pereira
João Evangelista de Araújo
Turvo
João Gualberto de Carvalho
Freguesia de Simão Pereira
João Havier da Silva
Bom Sucesso
José Lopes Camado Vigário
Paraíba
José Pedro Vieira Ferraz
Rio de Janeiro
José Pereira de Melo
Mariano Carlos de S. Correa Souza
Santa Fé
Manoel Pereira Lopes
Aplicação do Remédio
Manoel Pinho de Faria
Bega Be (sic)
Pedro José Martins
Pousos Reais
Prudêncio Amarâncio dos Reis
Valério dos Reis Silva Rezende
Pintagrande
Severino Domiciano dos Reis
Ibituruna
Thomé Rodrigues de Faria

Fontes

- Estatuto da Sociedade Defensora de Mangaratiba – RJ:

Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242458>

- *Astro de Minas*. São João del-Rei 1831 a 1834, MG

Disponível: Microfilmado – Biblioteca do Campus Dom Bosco – São João del-Rei

- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – (APM):

APM SP PP 1/7 Caixa 1 - Correspondências recebidas pela Presidência da Província

- BIBLIOTECA MUNICIPAL BATISTA CAETANO DE ALMEIDA - (BMBCA):

Atas da Câmara de São João del-Rei. 1831 a 1835.

Soc. 204 – Ofícios e correspondências da SDLIN, criada nesta vila – (1831-1833)

- *O Valenciano*: jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Villa de Valença –

Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41760>

- *O Mentor das brasileiras*, São João del-Rei, MG

Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242458>

- Série 38 – Conta Corrente - Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional – Soc. 203 – Caixa Amarela rolo 62 (SJDR). Biblioteca Campus Dom Bosco

BIBLIOGRAFIA

AGULHON, Maurice. *Sociabilidades*. In: História Vagabunda. Etnología y Política Em La Francia Contemporânea. Instituto Mora: México, 1994.

ALMEIDA, Marcelo Crisafuli Nascimento de. “*Folgedos do Povo*” e “*Partida Familiar*”: A música e suas manifestações populares em São João del-Rei. (1870-1920). Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei, 2010.

AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. Monografia de especialização. São João del-Rei: 2003.

_____. *Entre Armas e Impressos: A Revolta de 1842 em Minas Gerais* – Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

ANDRADE, Marcos Ferreira, SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). *Almanack*. Guarulhos, n.04 p.130-148, 2º semestre de 2012.

_____. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004.

BARATA, Alexandre Mansur. *A Revolta do Ano da Fumaça*. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Dossiê. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2014A08.pdf. Acesso em: 06 jul 2021.

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CANAL, Jordi. Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1780?lang=en>. Acesso em: 06 jul 2021.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 18, 1996. p. 337-359.

_____. *A construção da ordem: teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Relume Dumará, 1996.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, set 2000. p. 123-152.

CARVALHO, Sheldon Augusto Soares de. *As perspectivas do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2008.

DELFIM, Maria Elisa Ribeiro. *Viva a Independência do Brasil: a atuação da elite política sanjoanense no processo de independência (1808-1822)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal da São João del-Rei. São João del-Rei, 2011.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume: 2002.

_____. Fragmentos de memórias: impressões sobre São João del Rei: In ARAÚJO, Marta Maria, VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.) *São João del Rei, uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro

GOUVÊA, Myriam Paula Barbosa Pires. *Luís Augusto May – sua história e a imprensa de seu tempo*. Disponível em:

https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1528996400_ARQUIVO_ARTIGO.pdf. Acesso em: 06.07.2021.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro*. Dissertação. (Mestrado em História). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1990.

_____. (Org) et al. *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

HEINZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MRC/INL, 1958.

_____. *Trajétoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

INÁCIO, Marcilaine Soares. *Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas 1831/1840*. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

JINZEJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher*. Lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832) – Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LAZZARINI, Júlia Lopes Viana. O clero para além do sagrado: atuação política dos padres, Minas Gerais, 1833-1837. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de São João del-Rei, 2020.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808- 1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência. (1831-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência. (São João del-Rei, 1824-1839)*

MORAIS, Christianni Cardoso. “*Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria*”: *Estratégias de difusão do letramento na vila de São João del-Rei. (1824-1831)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. pp. 9-37.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

REVEL, Jacques. (Org). *Jogos de escalas: a experiências da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

RESENDE, Edna Maria. *Ecossistema do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1480)*. Tese (Doutorado em História) FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

RIOUX, Jean-Pierre. Associação em política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais de Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SILVA, José Luiz Werneck da. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877*. Dissertação de mestrado. Niterói: I.C.H.F. – UFF, 1979.

SILVA, Wlamir José da. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. ‘Amáveis patricias’: O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.28, n.55, 2008, p.107-130.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832*. São Paulo: Cultrix, 1978.